



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ISRAEL RODRIGUES BEZERRA

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO CEARÁ: POSSE E USO DA TERRA NOS
ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E 13 DE MAIO EM QUIXADÁ/CE**

FORTALEZA

2020

ISRAEL RODRIGUES BEZERRA

A QUESTÃO AGRÁRIA NO CEARÁ: POSSE E USO DA TERRA NOS
ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E 13 DE MAIO EM QUIXADÁ/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B469q Bezerra, Israel Rodrigues.

A questão agrária no Ceará : posse e uso da terra nos assentamentos Califórnia e 13 de Maio em Quixadá/CE / Israel Rodrigues Bezerra. – 2020.

115 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

1. Questão agrária. 2. Estrutura fundiária. 3. Posse e uso da terra. 4. Assentamentos rurais. I. Título.

CDD 910

ISRAEL RODRIGUES BEZERRA

A QUESTÃO AGRÁRIA NO CEARÁ: POSSE E USO DA TERRA NOS
ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E 13 DE MAIO EM QUIXADÁ/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Reservo estas linhas iniciais primeiramente para minha mãe Dona Neli Rodrigues da Silva que no decorrer dos anos de minha formação prestou apoio, auxílio e amor, fortalecendo minha formação acadêmica, mas mais do que isso, fortalecendo minha formação enquanto cidadão solidário e consciente.

Agradeço aos meus irmãos Paula Ester Rodrigues Bezerra, Natanael Rodrigues Bezerra e Camilla Rodrigues da Silva pela amizade, apoio e cafés rodeados de afeto e solidariedade. O esforço e comprometimento constante e parceria que transcende qualquer dificuldade. Por sua juventude e força de vontade que me abasteceram em todos os momentos de cansaço.

Aos meus tios e tias, Eneuda, Alexandre, Noélia e Ana pelo apoio sistemático no decorrer da infância, adolescência e jovem vida adulta, pelo amor, apoio e dedicação em cada incentivo, em cada palavra de solidariedade.

Aos meus primos e amigos de infância pelos momentos de alegria e desafios conjuntos. Conversas partilhadas que me ensinaram o valor das amizades duradouras.

A minha companheira Beatriz Martins pelo apoio, compreensão, afeto e atenção, os momentos mais duros se tornaram fáceis de superar com as palavras e ombro amigo. Também agradeço a seus pais, irmão e família pela confiança e amizade.

Também agradeço ao meu orientador prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar, que desde minha graduação apoiou e contribuiu para minha formação como profissional, como educador e como sujeito ético. Agradeço a amizade de anos e o apoio em todos os momentos, a orientação durante todo o percurso foi fundamental.

Ao prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio, pelo aprendizado constante durante a graduação e pós-graduação, por ouvir e partilhar seus valiosos ensinamentos.

Ao prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves pelas contribuições fundamentais que ativamente melhoraram esta dissertação.

Aos professores do Departamento de Geografia que participaram de minha formação no decorrer sete anos, contribuindo com saberes, experiências e conselhos.

Ao curso de Pós-Graduação em Geografia nas figuras da coordenação e membros da secretaria.

Aos colegas e amigos da turma de Pós-Graduação, em especial Magno Ricardo, Jefferson Santos, Orlando Inácio Jalane e Gerlaine Franco, que dividiram momentos de aprendizado, desafios e conquistas.

Aos colegas e amigos de minha graduação em Geografia, em especial Ana Larissa Freitas, Hamilton Ribeiro, Juciler Marques e Vinicius Severo, pela amizade duradoura e parcerias realizadas.

Aos colegas e amigos do LEATE, pelas discussões, aprendizados, solidariedade e redes de afeto e resistência. Em especial aos amigos/parceiros Daniel Gadelha de Oliveira, Juliana Santos Bandeira e Francisco Amistardam Soares Silva, pelos cafés, auxílios e conversas.

Aos servidores e servidoras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que foram solícitos em minhas buscas em seus documentos, arquivos e histórias.

A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE) pelo apoio e auxílio na obtenção de informações, documentos e por seu papel representando o campesinato no Estado do Ceará.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixadá em nome de sua presidenta Conceição Sousa que prestou auxílio durante trabalho de campo e compartilhou de sua confiança nos diálogos construídos.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST pelo apoio e parceria durante a pesquisa e principalmente por seu papel de luta e resistência por direitos e acesso à terra.

Aos assentados e assentadas dos Assentamentos Califórnia 13 de Maio e por compartilharem sua história e sua acalorada recepção. Este trabalho é feito e compartilhado para/ por todos vocês.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do país que com grande sacrifício contribuem diariamente para a manutenção de um ensino superior de qualidade, universal e gratuito.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

“Quando as cercas caírem no chão
Quando as mesas se encherem de pão
Eu vou cantar.” Zé Vicente.

RESUMO

Esta dissertação traz o debate sobre a questão agrária brasileira e sua interpretação dos processos referentes a estrutura fundiária do Estado do Ceará, trazendo elementos para compreender a organização espacial do campesinato cearense e sua (re)produção em um cenário de concentração fundiária. Fundamenta-se em um tripé básico: histórico da posse e uso da terra; caracterização do campesinato; coleta, tabulação e análise de dados primários e secundários. Neste contexto apresento o debate sobre a questão agrária brasileira e sua interpretação dos processos referentes a estrutura fundiária, que tiveram como elementos fundamentais os dados secundários existentes no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A metodologia de coletas de dados levou em consideração os censos agropecuários da década de 1950 a 2010 janela da que favoreceu uma série histórica, possibilitando uma maior compreensão da concentração fundiária no tempo e espaço. Os fundamentos do debate teórico e análise de dados se encaminharam para a escolha do município de Quixadá/CE e dois assentamentos federais: Califórnia e 13 de Maio, enquanto objetos do estudo, possibilitando compreender a organização do campesinato cearense e revelando as nuances dos impactos da concentração fundiária no Estado do Ceará. O trabalho se organiza em quatro partes: a primeira a introdução onde apresento as diretrizes gerais da pesquisa. A segunda se refere às discussões e aos elementos teóricos que compõem o mosaico de entendimento entre a temática da questão agrária e a Geografia na compressão do Brasil Agrário, revelando a diversidade da discussão sobre a questão agrária brasileira. A terceira parte realizo uma discussão sobre a terra no Estado do Ceará, realizando uma breve discussão sobre a formação espacial do estado e as raízes da concentração fundiária já existentes no período colonial, neste capítulo também realizo uma análise detalhada da série histórica dos censos agropecuários conforme o recorte temporal sinalizado na metodologia, além de enunciar algumas das políticas e programas de acesso a terra que existiram e existem no Ceará. E o quarto capítulo que está diretamente ligado aos estudos de caso dos assentamentos estudados frente as transformações no campo da estrutura fundiária e posse e uso da terra, os desafios de organização e a realidade da busca por uma autonomia camponesa.

Palavras-chave: Questão agrária. Estrutura fundiária. Posse e uso da terra. Assentamentos rurais.

RESUMEN

Esta disertación trae el debate sobre la cuestión agraria brasileña y su interpretación de los procesos referentes a la estructura de tierra del Estado de Ceará, aportando elementos para comprender la organización espacial del campesinado cearense y su (re)producción en un escenario de concentración de tierra. Se basa en un trípede básico: historia de propiedad y uso de la tierra; caracterización del campesinado; recopilación, tabulación y análisis de datos primarios y secundarios. En este contexto, presento el debate sobre la cuestión agraria brasileña y su interpretación de los procesos relacionados con la tenencia de la tierra, que tenía como elementos fundamentales los datos secundarios existentes en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística - IBGE y el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria - INCRA. La metodología de recolección de datos tomó en cuenta los censos agropecuarios de la década de 1950 a 2010, ventana que favoreció una serie histórica, permitiendo una mayor comprensión de la concentración de la tierra en el tiempo y el espacio. Las bases del debate teórico y el análisis de datos llevaron a la elección del municipio de Quixadá / CE y dos asentamientos federales: California y 13 de Maio, como objetos de estudio, permitiendo comprender la organización del campesinado cearense y revelando los matices de los impactos de concentración de tierras en el Estado de Ceará. El trabajo está organizado en cuatro partes: la primera es la introducción donde presento las pautas generales de investigación. El segundo se refiere a las discusiones y elementos teóricos que componen el mosaico de entendimiento entre el tema de la cuestión agraria y la Geografía en la comprensión del Brasil Agrario, revelando la diversidad de la discusión sobre la cuestión agraria brasileña. En la tercera parte, realizo una discusión sobre la tierra en el Estado de Ceará, haciendo una breve discusión sobre la formación espacial del estado y las raíces de la concentración de la tierra ya existente en el período colonial, en este capítulo también realizo un análisis detallado de la serie histórica de censos agrícolas como el plazo indicado en la metodología, además de enunciar algunas de las políticas y programas de acceso a la tierra que existían y existen en Ceará. Y el cuarto capítulo que se vincula directamente con los estudios de caso de los asentamientos estudiados ante las transformaciones en el campo de la estructura de propiedad y tenencia y uso

de la tierra, los desafíos organizativos y la realidad de la búsqueda de la autonomía campesina.

Palabras-clave: Cuestión agraria. Estructura de la tierra. Tenencia y uso de la tierra. Asentamientos rurales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa de Localização dos P.A Califórnia e 13 de Maio.....	80
Figura 2	- Ruínas da casa grande da antiga Fazenda Califórnia.....	84
Figura 3	- Área de plantio planejada para irrigação.....	85
Figura 4	- Trator recém-adquirido P.A Califórnia.....	86
Figura 5	- Estoque da colheita de milho P.A Califórnia.....	87
Figura 6	- P.A 13 de Maio.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Estabelecimentos rurais com área de 1 a 50 hectares	52
Gráfico 2	- Estabelecimentos rurais no Ceará.....	53
Gráfico 3	- Percentual de estabelecimentos rurais no Ceará.....	54
Gráfico 4	- Área dos estabelecimentos rurais no Ceará.....	55
Gráfico 5	- Área percentual dos estabelecimentos rurais no Ceará.....	56
Gráfico 6	- Área (ha) por estabelecimento rural.....	58
Gráfico 7	- Área média (ha) por estabelecimento rural.....	59
Gráfico 8	- Área (%) por estabelecimento rural.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Ceará: Estrutura Fundiária (IBGE) no período de 2006 a 2017.....	45
Tabela 2	- Condição legal da terra: Número de estabelecimentos rurais no Ceará.....	46
Tabela 3	- Condição legal da terra: Área (ha) no Ceará.....	46
Tabela 4	- Distribuição das terras privadas: Número de estabelecimentos rurais no Ceará.....	47
Tabela 5	- Distribuição das terras privadas: Áreas (ha) no Ceará.....	48
Tabela 6	- Número de estabelecimentos rurais no Ceará, IBGE, 1950 a 2017...	50
Tabela 7	- Área dos estabelecimentos rurais no Ceará, IBGE, 1950 a 2017.....	50
Tabela 8	- Área média de estabelecimentos rurais no Ceará IBGE, 1950 a 2017.....	57
Tabela 9	- Área (%) por estabelecimento rural.....	61
Tabela 10	- Ceará: Estrutura fundiária por categoria de imóvel rural.....	64
Tabela 11	- Assentamentos realizados pelo PROTERRA, POLONORDESTE e PRRA no Estado do Ceará (1971-1989).....	70
Tabela 12	- Distritos do município de Quixadá/CE.....	73
Tabela 13	- Culturas agrícolas de Quixadá/CE: Ano Agrícola 2018.....	74
Tabela 14	- Estrutura fundiária de Quixadá/CE por categoria de imóvel rural em 2019.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador
CNIR	Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DTC	Departamento de Terras e Colonização
ESPLAR	Centro de Pesquisa e Assessoria
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LEATE	Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte Nordeste
SEMACE	Superintendência Estadual de Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
STRAAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Agricultoras Familiares de Quixadá
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A QUESTÃO AGRÁRIA: PARADIGMA PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	26
3	A TERRA NO CEARÁ: QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO CEARÁ.....	42
3.1	A terra no Ceará.....	42
3.2	Acesso a terra no Ceará.....	66
4	FORMAS DE POSSE E USO DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E 13 DE MAIO – QUIXADÁ/CE.....	73
4.1	Quixadá e os assentamentos rurais: em busca de uma autonomia camponesa.....	73
4.2	Assentamento Califórnia: Sujeição, luta, resistência e conquista.....	82
4.3	Assentamento 13 de Maio: Nos rastros da luta pela terra.....	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICE A – CALENDÁRIO AGRÍCOLA SIMPLIFICADO.....	102
	ANEXO A – DADOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MÓDULO FISCAL (INCRA).....	103
	ANEXO B – TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO TÉCNICA – PROJETO FOMENTO MULHER.....	104
	ANEXO C – NÚMEROS DO CAR NO ESTADO DO CEARÁ.....	113

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária é complexa e atual no contexto do Brasil. Entender os conflitos e resistências existentes no campo requer o entendimento da natureza destes que nascem fundamentalmente com a luta e defesa pelos direitos de posse e uso da terra.

Existem duas grandes teses quando é posto em debate o espaço agrário brasileiro. A primeira de que não existe uma questão agrária, e concebe como saída o paradigma de desenvolvimento capitalista como modelo único no campo. A segunda reconhece a questão agrária, enquanto um conjunto de perspectiva que compreende a importância da base social, da reforma agrária, da agricultura familiar camponesa, políticas de acesso a crédito e valorização e protagonismo de um mercado interno, para se produzir um crescimento econômico e desenvolvimento integrado das forças produtivas de uma sociedade.

Ao aliar-me a segunda tese, com uma interpretação geográfica, compreendemos a questão agrária como uma tentativa “para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território.” (STEDILE, 2012, p. 16). O espaço agrário brasileiro foi e é formado por diversos interesses conflitantes, a problemática apresentada sob a égide da questão agrária não é recente. Historicamente, a posse da terra no Brasil se ligou a propriedade privada com interesses definidos a uma classe dominante. Indígenas, negros, pescadores, ciganos e camponeses de diferentes categorias foram sendo ignorados e excluídos do projeto de nação Brasil.

A dinâmica da estrutura fundiária no país se comporta de forma que possibilita a concentração de terra que iniciou no sistema de sesmaria, quando os “amigos do rei” tinham direito à faixas gigantescas de terra, e usavam para produção em regime de monocultura e exportação.

Conforme Oliveira (2014) apresenta, outro momento também define o caráter concentrador da posse de terra no Brasil, através da formação de um mercado com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras de 1850, pois, somente era possível adquirir terra através de compra, o que inviabilizou acesso

para aqueles que não tinham recursos financeiros para adquirir e sem o aval legal do Estado.

Ainda em um caminho de contextualização, durante a governança política do presidente João Goulart (1961-1964), quando em seu governo era proposto reformas de base, incluindo a Reforma Agrária, houve movimentação de setores da elite brasileira juntamente com os militares, articulando em conjunto o golpe civil-militar de 1964. Nesta conjuntura surge a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Como relembra Veiga (1981), esta lei ainda é um dos fundamentos legais que sustentam posse e uso da terra no Brasil. Uma tentativa de acalmar os ânimos dos movimentos camponeses em ascensão no período do golpe civil e militar, que teve como uma das principais ações, cercear as tentativas de modificação da estrutura fundiária brasileira através da reforma agrária. Mudança que acabou fortalecendo o latifúndio e o grande proprietário, enfraquecendo uma proposta democrática do projeto.

Para esta compreensão buscamos a correlação entre Estado e Espaço. Compreendendo então, a fim de embasar a visão tomada nesta dissertação, o Estado como elemento fundamental do capitalismo e o ponto de inflexão sobre a posse da terra, o Estado capitalista substancia a propriedade privada e o latifúndio, pois tem como objetivo a separação entre o trabalhador e os meios de produção:

O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados. (MASCARO, 2013, p.19).

A contradição do Estado capitalista se encontra pois, ao mesmo tempo em que enseja a quebra da relação entre trabalhador e meios de produção, que podemos considerar aqui a terra, determina também condições para que a partir das correlações de forças políticas assumam caráter de retomada de acesso a terra por grupos sociais excluídos destes direitos historicamente, ou seja, a formação social propicia através do Estado suas próprias contradições que (ré) produzem os conflitos por terra em toda a história, desde o Brasil colonial até a fase mais avançada do neoliberalismo sobre o campo. Assim:

O Estado está em relação com as contradições próprias dos diversos níveis de formação, mas, na medida em que representa o lugar onde se reflete a articulação destes níveis e o ponto de condensação das suas contradições, ele é testemunho da “contradição da sociedade consigo próprio” (POULANTZAS, 1977)

Essas transformações, conflitos e contradições se materializam no espaço geográfico, palco dos conflitos, resistências e conquistas, mas para além disso, a condição de (re) produção da sociedade. A partir da teoria marxista, entendo que há relação espaço-tempo, nesta perspectiva às contradições espaciais são motores para a análise espacial. Henri Lefebvre (1999) apresenta o espaço em uma perspectiva Marxista, correlacionando o espaço a estruturas e sistemas de determinada realidade em um modo de produção. Aqui o espaço não é absoluto e nem somente produto final, é *lócus* da materialização e reprodução das relações sociais de produção, reprodução e produção da sociedade.

Esta leitura relaciona-se com a dimensão da produção do espaço como condição de existência do latifúndio no Brasil, pois:

O capital se esforça para produzir uma paisagem geográfica favorável a sua própria reprodução e subsequente evolução [...]. O capital deve forçosamente se adaptar a esse mundo em constante evolução, mas também tem um papel fundamental em sua formação. (HARVEY, p. 139).

Sob essa ótica, entendo que a reorganização do espaço nacional a partir da modernização das atividades produtivas, principalmente a partir da década de 1970, acompanhadas da difusão das inovações tecnológicas, ou seja, as descontinuidades convivendo com permanências – denominadas de rugosidades por Santos (2004), deixam em evidência a continuidade de condições arcaicas no campo brasileiro, o que determina uma estrutura fundiária concentrada perpassada por uma lógica produtiva que visa a exportação e o conseqüente lucro, passando por uma negação da valorização das pequenas formas de produção.

No Estado do Ceará, as incisões do capitalismo em um contexto espacial de escala nacional atuam diretamente na definição da estrutura fundiária com o intuito de formar uma malha concentrada e má distribuída entre os sujeitos que produzem e vivem do campo. Enfrentando uma situação semelhante ao país, devido às formas institucionais que inviabilizam o acesso igualitário a terra, o Estado cearense torna-se uma representação do cenário nacional passível de ser analisado e compreendido.

Como dito, a questão agrária provoca um debate amplo e caloroso, porém dentro desta leitura do Ceará, me atenho a posse e uso da terra e as formas das relações sociais de produção que se materializam nas formas de apropriações da natureza, através da organização da estrutura fundiária e dou um passo inicial para compreender as dinâmicas que se alocam nesta temática.

De acordo com dados do censo agropecuário de 2017, do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), a estrutura fundiária cearense é altamente concentrada. Ao consideramos a quantidade de estabelecimentos rurais com área de até 50 hectares, estes representam 87,14% e ocupam 28,59% da área rural. Enquanto os estabelecimentos acima 500 representam 0,43% do total de estabelecimentos, ocupando 25,95% da área declarada¹. Neste contexto a distribuição de terra é desproporcional. Surge assim emergência na compreensão e persistência deste perfil na estrutura fundiária cearense e seu impacto na posse e uso da terra.

Para compreender a diversidade físico-natural do Estado do Ceará é importante saber que a Depressão Sertaneja ocupa a Maior parte do estado, possuindo topografias planas ou levemente onduladas, composta por diversidade litológica e edáfica, constituindo-se como forte superfície de erosão; caracterizada pela semiaridez com regime pluviométrico irregular, característica que determina a dinâmica dos ciclos agrícolas do sertão (NOGUEIRA, LIMA e PAIVA, 1979). Tais características conferem a esta área singularidades no âmbito da agropecuária, tendo sido fortemente marcada pela produção de cana-de-açúcar; extrativismo; pecuária extensiva; exploração da carnaúba; produção de mamona; agricultura de base camponesa familiar.

Levando em consideração estas características de predominância da depressão sertaneja, caracterizando o sertão cearense, juntamente com aspectos históricos de dualidade entre grandes latifúndios e pequenas propriedades camponesas.

Para este trabalho escolhi estudar duas propriedades que eram grandes e tornaram-se assentamentos rurais, ambos estão localizados no município de Quixadá, Ceará, são vinculados administrativa e juridicamente a Superintendência Regional do

¹ Dados referentes ao censo agropecuário de 2017, já consolidados e usados a fim de ilustrar a contextualização inicial, disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

INCRA no Ceará (SR 02). Esses assentamentos são o Califórnia e o 13 de Maio, a escolha de ambos se deu ainda no início da pesquisa, a partir de conversas com Odilo Coelho, do setor de obtenção de terras do INCRA, responsável por mapeamento agroflorestal de diversos assentamentos no Estado, indicações da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), além de diálogos com Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os dois têm como características o modo de vida camponesa e distintos processos históricos de formação, formas de posse e uso da terra e as relações sociais de produção que são moldadas no tempo-espaço em um cenário de concentração fundiária permanente.

O recorte temporal compreende as décadas de 1960 à 2020, ou seja, sessenta anos. Essa escala de tempo é justificada pela série histórica dos Censos Agropecuários do IBGE em seu sistema, bem como a disponibilidade de outras informações deste período junto ao INCRA, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), teses e dissertações que se complementam a fim de gerar um panorama geral da situação analisada na pesquisa

Assim apresento como problemática: O que significa para a produção do espaço agrário cearense as formas de posse e uso da terra das famílias camponesas? Como estas formas de organização espacial do campesinato cearense permanecem e resistem em um cenário constante de modernização excludente e conservadora do agronegócio brasileiro?

Estes questionamentos me fizeram chegar a alguns objetivos: analisar os processos da posse e uso da terra a partir de uma visão geohistórica de análise da estrutura fundiária do Estado do Ceará; estudar os dados da estrutura fundiária do Ceará; interpretar a questão agrária cearense tendo como elemento estrutural a posse e uso da terra; caracterizar a organização espacial do assentamento Califórnia e 13 de Maio, enquanto estudo de caso.

Atualizar a leitura da questão agrária cearense é a pedra angular desta contribuição, a partir da comparação dos dados atuais com os já disponibilizados em trabalhos anteriores, através da geografia como ciência que busca compreender a dinâmica espacial do Ceará. Dado que os números disponíveis, isoladamente não são suficientes para compreender o processo de dinâmica das transformações do espaço agrário cearense, abordo os estudos de caso citados anteriormente na materialização

a partir dos assentamentos rurais, somando com a análise geográfica aqui proposta será possível uma Geohistória da posse e uso da terra.

Justifico este estudo a partir da importância de compreender os efeitos da concentração fundiária na organização espacial do estado do Ceará, e principalmente, compreender a permanência de formas de relações sociais de produção antagônicas ao modelo predominante no país. Em um contexto fundado na exploração a emancipação a partir das lutas sociais e do papel do Estado na emissão de políticas públicas transforma latente o debate e a compreensão da temática. Além da questão teórico-metodológica, minha relação com a Geografia Agrária e relação com movimentos sociais e sindicais fortaleceu desde a graduação o interesse na temática, através de pesquisas ainda no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) optei assim por seguir um caminho de comprometimento em fazer da pesquisa também atividade política, escolhendo e determinando que os sujeitos da luta cotidiana sejam os protagonistas de todo o esforço de entendimento da questão agrária.

Ao refletir sobre o tema tenho a percepção da magnitude das formas de materialização das relações sociais de produção engendradas nas formas de posse e uso da terra para a Geografia. Mais do que isso, percebo a importância no sentido de ser urgente evidenciar as resistências que se caracterizam através da permanência dos grupos sociais menos favorecidos no campo. Essa proposta vai ao caminho de questionar: quem são, como permanecem e como é possível dar protagonismo a estes sujeitos.

Entendo ainda que as formas de posse e uso da terra que se configuram a partir das relações sociais de produção, constituem territórios e territorialidades que se transformam quando as primeiras se adequam, metamorfoseiam ou se extinguem gerando novas. Pensar a produção do espaço iniciada a partir das correlações de força, que possuem força motriz no Estado enquanto mediador dos processos é fundamental para compreender a dinâmica territorial aqui implicada.

Para desenvolver esta pesquisa adotei algumas etapas metodológicas, que possibilitaram o desenvolvimento da temática. Na primeira etapa realizei levantamento bibliográfico da temática estudada nos mais diversos campos do conhecimento, documentos diversos, dados estatísticos de bancos de dados públicos, além de levantamentos cartográficos. Realizei pesquisas no Centro de Estudos do Trabalho e

Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), MST e Comissão Pastoral da Terra (CPT), no INCRA responsável pelas estatísticas cadastrais de imóveis rurais, no IBGE referente ao censo agropecuário, e IDACE responsável pela regularização fundiária do Estado do Ceará.

A base da pesquisa quantitativa destes dados se fundamentou em analisar as informações histórica dos censos agropecuários do Ceará realizado pelo IBGE. Para isto foi seguido algumas etapas metodológicas: A confecção de gráficos para a evolução do número de estabelecimentos rurais no Ceará de acordo com os intervalos de área em que cada estabelecimento é classificado; também foi realizado a confecção de gráficos para a evolução das áreas ocupadas pelos estabelecimentos rurais de acordo com as categorias de intervalos de área de cada estabelecimento; a partir disto foi realizado o cruzamento do número de estabelecimentos rurais e a área ocupada, afim de saber se ao longo dos anos há um acréscimo ou diminuição das áreas médias por estabelecimento, para cada categoria de área (ha). Para descobrir a área média por estabelecimento foi dividido o número de estabelecimentos, de cada categoria de área, pela área total ocupada por aquela categoria. Com esses valores será realizado um modelo de regressão simples (ou uma correlação) da área média do estabelecimento em função do tempo, para cada uma das categorias de área. Desenvolvendo assim um relatório completo contendo todos os resultados, com as devidas interpretações e conclusões, além do desenvolvimento teórico de toda a metodologia utilizada no estudo.

Também se tornou fundamental as visitas realizadas à FETRAECE onde realizei articulações que fortaleceram a proposta da pesquisa e deram viabilidade ao primeiro trabalho de campo realizado em Quixadá.

O primeiro trabalho de campo realizado entre os dias 26 e 29 de agosto de 2019, possibilitou o primeiro contato com processos levantados através dos questionamentos da pesquisa. Em Quixadá, contei com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Agricultoras Familiares de Quixadá (STRAAF-QUIXADÁ) e através da diretoria ouvi relatos da situação no município e obtive apoio logístico para visita aos assentamentos rurais selecionados para estudo.

Por intermédio do STRAAF-QUIXADÁ, estive em visita à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura familiar do município e verifiquei os projetos em desenvolvimento. Com informações que obtive, visitei os assentamentos Califórnia e

13 de Maio, com mediação sindicato. Ressalto que no planejamento ainda havia um segundo trabalho de campo planejado para o período pós-qualificação, no sentido de aprofundar as informações adquiridas, porém interrompido devido a pandemia do novo coronavírus. Optei por considerar as entrevistas abertas (BONI e QUARESMA, 2005) como melhor forma de dialogar com as narrativas dos sujeitos. Além disto determinei que as falas serão informadas a partir de nota de rodapé como informação verbal, fornecendo abrigo ético para aqueles que confiaram suas histórias a mim.

Foi planejado um segundo trabalho de campo para março/abril de 2020, porém com a pandemia do **novo coronavírus** as atividades programadas ficaram impossibilitadas. Com isso, desafios tiveram que ser contornados para viabilizar essa dissertação, como muitas entrevistas e acesso a informações se dava com pessoas idosas, logo, do grupo de risco e em respeito a saúde de todos que se comprometeram com a pesquisa, também foram canceladas. O caminho encontrado foi a atenção aos dados quantitativos e uma interpretação crítica a partir da literatura escolhida e das informações recolhidas em trabalho de campo anterior.

Com isto chego à fase de análise onde procuro alguns elementos essenciais que possam auxiliar na interpretação dos dados e leituras adquiridas no percurso até aqui. Essa pesquisa se caracteriza como exploratória, pois se apresenta como afirma Godim (1999) numa perspectiva de descobertas embasadas nas possibilidades e flexibilidades que o tema permite em que se alinha com a natureza qualitativa proposta, a fim de proporcionar Maior apreensão da realidade da geohistória da posse e uso da terra no Ceará, realizando assim uma integração e síntese de todo o espaço pesquisado, onde também o aspecto qualitativo assumiu caráter importante na construção desta dissertação.

A pesquisa é dividida em quatro partes. A primeira está introdução. O segundo capítulo, A QUESTÃO AGRÁRIA: PARADIGMA PARA COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO, se refere às discussões dos elementos teóricos da questão agrária e a Geografia na compressão do Brasil Agrário.

O terceiro capítulo, A TERRA NO CEARÁ: QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO CEARÁ, faço uma discussão sobre a terra no Estado do Ceará, realizo uma breve discussão sobre a formação espacial do estado e as raízes da concentração fundiária.

O quarto capítulo, POSSE E USO DA TERRA E A AUTONOMIA CAMPONESA: FORMAS E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E 13 DE MAIO – QUIXADÁ, CEARÁ, são os estudos de caso dos assentamentos rurais frente as transformações no campo da estrutura fundiária e posse e uso da terra, os desafios de organização e a realidade de o que acredito ser evidências de um humanismo radical.

As considerações finais completam com reflexões e questionamentos acerca dos novos rumos da questão agrária cearense, dos desafios e mudanças a partir das evidências de concentração fundiária permanente e também dos elementos da resistência do campesinato no contexto da pandemia do novo coronavírus.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA: PARADIGMA PARA COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

A Geografia Agrária enquanto campo de estudo geográfico vem se articulando e desenvolvendo de forma contínua nas últimas décadas. Por isso, é importante compreender o que é esta questão agrária antes de associá-la diretamente a Geografia, partindo assim de uma perspectiva macro, até chegar a temas de natureza geográfica. Dito isto, em aspectos gerais sigo a compreensão de que há uma diversidade de conceitos a partir das diferentes lentes de leitura da realidade, logo compactuo que:

O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. ***Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território.*** Na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (STEDILE, 2011, p. 15, grifo do autor).

Tenho a questão agrária como um paradigma que busca compreender a realidade agrária a partir dos processos de posse e uso da terra, relações sociais de produção e principalmente, com uma visão espaço-temporal crítica do processo de ocupação do espaço agrário brasileiro.

Visto que há uma condição social e de relação homem natureza no conceito de questão agrária que trago em minha análise, se faz fundamental compreender que a posse e uso da terra está para além de uma leitura jurídica da situação do indivíduo e a propriedade da terra em que produz, é a característica determinada a partir das relações sociais de produção, a forma de mediação do trabalho e da produção agropecuária, a materialização das atividades camponesa e as formas de apropriação desta produção (MARTINS 2004).

Conforme tratado por Martins (1975) a questão agrária se constitui e deve ser entendida a partir dos problemas agrários, tendo um elemento principal em minha concepção, a propriedade privada da terra. A raiz dos problemas que levam aos mais diversos debates, se encontra em uma sinuosa manutenção de uma organização espacial baseada na concentração de terra e na sujeição daqueles que se encontram despossuídos.

Característica marcante que segundo Vinha (2011):

Desde cedo, quando se processou a ocupação e colonização do País, institucionalizou-se o monopólio da terra. Este prolongou-se durante a vigência do sistema das sesmarias, quando foi feita a distribuição de grandes extensões do território nacional aos senhores portugueses, ao mesmo tempo em que eram espoliadas e expulsas as populações aborígenes (p. 137).

Encontro então um problema agrário de raiz histórica e geográfica que se fundamenta em um modelo de economia dependente desde o processo colonial, embasado no que Abromavay (1992) define como paradigma do capitalismo agrário, um conjunto de teorias, opções jurídicas e posicionamentos políticos que é pautada em uma mecanização da agricultura em grande escala e monocultura fundada no latifúndio em um sistema de exportação de commodities.

Este problema agrário, a concentração fundiária, se inicia com o sistema de sesmarias, primeiro conjunto jurídico a garantir acesso a terra para poucos privilegiados em solo da ainda colônia Brasil, encontrando uma relação com movimento econômico de um sistema mercantil, embrião de um sistema mundial de trocas desiguais na produção econômica.

O elemento explicativo do regime de sesmarias é que a ocupação do território brasileiro se faz em função dos interesses mercantis europeus, implicando no estabelecimento de grandes unidades de produção [...] Para a empresa colonial, baseada no trabalho escravo e na monocultura, o latifúndio era uma necessidade, e eles foram largamente cedidos no decorrer do período mercantilista (SILVA, et al, p. 16).

É formado assim então uma mentalidade no imaginário nacional de naturalização das formas de ocupação do espaço agrário. A concentração fundiária contempla um instrumental que viabiliza uma série de injustiças sociais como desemprego, êxodo rural, fome etc.

Neste cenário, a partir de uma lógica contraditória as formas opostas a este modelo de concentração também vigorou nas brechas de um sistema excludente, conforme Oliveira (2016) resume “A geração de riquezas na colônia nunca se baseou em um sistema econômico fechado, com recursos limitados e com papéis antagonísticos, mas complementares, no processo de produção.” (p. 17).

Ocorrendo assim uma apropriação e sujeição de formas de relações sociais de produção pelo capitalismo, gerando um processo de acumulação primitiva através de formas consideradas ultrapassadas e inferiores, tais ações eram presentes na estratégia de dominação da nova colônia brasileira – a história não é linear, é um processo cíclico e complexo e a questão agrária parte de uma análise multifacetada.

Já é evidente que a função de análise do ponto de vista do paradigma da questão agrária parte de um pressuposto teórico que leva em consideração em suas perspectivas e pontos de vista dentro do campo científico, de uma visão holística da caracterização do campo, das formas de apropriação das riquezas e principalmente das condições de vida dos diversos sujeitos que compõem essa realidade agrária.

Isto torna a tarefa de identificar os sujeitos sociais imprescindível, pois a construção da linha do tempo do Brasil agrário se dá a partir de um antagonismo constante. As relações estabelecidas entre os detentores de capital e terra e os grupos despossuídos, excluídos ou confinados em pequenos extratos se caracteriza por desigualdade constante.

Caio Prado Jr. coloca em tese, que na análise da questão agrária existem pontos de vista distintos, onde encontramos o eixo central da conflitualidade entre terra de vida e terra de negócio, pois existe um modelo que prioriza os aspectos humanos e condições de vida do campesinato e outro que trata do “negócio” da agropecuária. Compartilho de um olhar a partir da primeira perspectiva, pois, “[...] os problemas agrários, como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo ‘humanos’” (PRADO JÚNIOR, 1979).

O êxito do agronegócio se deu devido a condições que favoreceram as elites agrárias, primeiro a vasta disponibilidade de terra que era facilitada para um número reduzido de empreendedores, não havendo concorrência para se dominar vastos hectares de terra fértil, e em segundo lugar a facilidade da mão de obra, inicialmente escravizada e em seguida de baixo custo, com os escravizados libertos

e imigrantes, assim não havendo uma corrida justa à conquista da riqueza fundiária existente.

Não houve mudanças estruturais no Brasil, o padrão da terra concentrada articulada à produção para atender demanda do mercado internacional continua como base da agropecuária do Brasil. Circundando este eixo hegemônico se encontra a resistência da agricultura familiar. Em 2006, quando o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² tratou de especificar os percentuais de produção dos agricultores familiares, conforme pode ser visto nos dados há uma significativa participação na produção, 83,2% da mandioca, 69,6% do feijão (agregando todos os tipos), 33,1% do arroz em casca e 14,0% da de soja, 29,7%, na pecuária o padrão se mantém, 29,7% do total de cabeças de bovinos, 51,2% das aves e 59,0% de suínos (HOFFMANN, 2014).

O complexo cenário que torna fundamental o tratamento desta temática por uma ótica da questão agrária se constitui assim em um ambiente de permanência da desigualdade. Historicamente a posse da terra no Brasil se ligou a propriedade privada com interesses definidos a uma classe dominante. Indígenas, negros e negras quilombolas, camponeses de diferentes categorias e os povos das águas e florestas foram sendo ignorados no decorrer de tomadas de decisões.

As opções das formas de relação com a natureza se caracterizam como elemento fundamental na definição destes sujeitos sociais, é notável o papel de devastação imposta pelo avanço dos latifúndios, o desmatamento, a poluição de sistemas hídricos e o exílio forçado de população autóctone. Um confinamento foi criado pelos mecanismos de exclusão ocasionando uma diversificação de modos de vida que tiveram que se adaptar e resistir as forças hegemônicas do Brasil agrário.

Logo, dentro deste debate é necessário haver reconhecimento e diferenciação das categorias diversas que compõem o campo, não é um extrato homogêneo, é diverso formado por classes antagônicas, e mesmo dentre os povos tradicionais³ que direta e indiretamente vivem da terra a variedade sociocultural é

² Os dados sobre a agropecuária no Brasil disponibilizados pelo IBGE podem ser encontrados no endereço < <https://sidra.ibge.gov.br>> onde o acervo é organizado por anos de censo agropecuário, Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios, fornecendo rico acervo através de tabelas e cartogramas geradas a partir de variáveis selecionadas pelo usuário.

³ Os povos tradicionais são definidos e assistidos a partir do decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>

gigantesca. Porém esta análise tem como sujeitos camponeses, que podem ser considerados povos tradicionais, mas que constituem um grupo específico, porém multifacetado em suas organizações e no debate teórico (KAUTSKY, 1980; LENIN, 1982; CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1983).

Logo o debate sobre a unidade camponesa de produção, o campesinato em si, é fundamental para compreender o papel destes sujeitos nas transformações do espaço agrário e na questão agrária como um todo. As divergências que incidem no pensamento social agrário, negam ou reafirmam o campesinato, com o avanço das forças produtivas do capital o debate caí na tendência do desaparecimento ou manutenção a partir das próprias contradições internas da reprodução do capitalismo no campo. Porém na perspectiva em que o trabalho foi concebido, o camponês e sua organização se mantêm, se reproduzem e resistem dentro da estrutura capitalista, tanto em aspectos do modo de vida quanto politicamente. Neste sentido sobre a negação do campesinato compreendo que:

Para nós, a questão camponesa nesses termos é um falso debate; já que, como veremos, desde uma perspectiva agroecológica que é a que utilizamos aqui, o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando assim distintos graus de “camponesidade”. (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.75).

Entendo assim que não há um consenso sobre o conceito de campesinato, porém na perspectiva analítica deste trabalho concordo quando Guzmán e Molina (2013) trazem à contemporaneidade a relação campesinato e agroecologia. E compreendo que a agroecologia enquanto movimento de resistência traz à tona questão levantada por Chayanov (1974) de que o campesinato se caracteriza pela resistência a partir da manutenção de suas próprias relações sociais de produção.

Neste complexo mosaico que caracteriza a questão agrária, brevemente apresentado aqui, torna os olhares sobre esta realidade diversas, e uma das funções da Geografia é entender este cenário, entra em ação o papel da Geografia Agrária como campo do conhecimento que a partir dos métodos, teorias e categorias específicas desvenda e busca compreender a realidade.

O problema agrário tratado como raiz no debate desta temática, a propriedade privada da terra, possui uma natureza geográfica. A resistência dos povos

do campo possui uma natureza geográfica. As relações sociais de produção e as formas que elas assumem possuem também natureza geográfica, e neste âmbito compreender a forma de relação entre questão agrária e Geografia Agrária é fundamental.

Um dos pioneiros do estudo e caracterização da Geografia Agrária é o geógrafo francês Max Derruau, onde em sua obra Geografia Humana vol. 2 de 1977 faz uma inicial diferenciação entre Geografia Agrícola e Geografia Agrária,

A geografia agrícola é mais técnica e mais econômica que a geografia agrária. Faz intervir a agronomia, quer dizer, a ciência das relações entre a produção e as técnicas de cultura, bem como analisa a economia da produção agrícola [...]. Pelo contrário, a geografia agrária apela predominantemente para os resultados da exploração dos meios naturais. Procura particularmente, a influência, já muitas vezes assinalada da geografia humana, do passado sobre o presente [...]. De uma forma um pouco diferente, poderemos dizer que ela não separa as apreciações quantitativas do feixe de relações em que elas se inserem (DERRUAU, 1977, p. 255).

A fim de continuar os esclarecimentos sobre a Geografia Agrária o autor continua ao diferenciá-la de Geografia Rural,

Agrário não é sinônimo de rural. A geografia rural é a geografia do campo. Ora, existem no campo muitos habitantes que não vivem diretamente do trabalho da terra: funcionários, comerciantes, artesão e até operários da indústria. Estes elementos não agricultores só indirectamente interessam a geografia agrária (DERRUAU, 1977, p. 255).

Não se pode cair em reducionismos, a leitura de Max Derruau se encontra em um período de grandes transformações na ciência geográfica, porém na definição e diferenciação do autor encontro elementos estruturantes que auxiliam a compreender o embrião da Geografia Agrária – um subcampo do saber que busca compreender os problemas agrários a partir das relações do homem com os meios naturais, terra, água, florestas, etc. E não se limita um fator quantitativo, mas que se debruça pela interpretação crítica da realidade agrária.

Pierre George também oferece de forma pioneira interpretações da ciência geográfica para este debate ao determinar que “A geografia agrária e seu complemento, a geografia agrícola têm como objeto o conhecimento e expressão das

relações sociais e das relações econômicas referentes a produção agrícola” (GEORGE, 1973, p. 80).

Elementos que dialogam a partir da compreensão das relações sociais que se desenham para além da produção agrícola, dado que as dinâmicas que se envolvem a partir de relações sociais e econômicas possuem características que contribuem para uma interpretação mais diversa da questão agrária. O fator central é o entendimento das especificidades do espaço agrário, tendo como ponto de partida a posse e o uso da terra e as implicações que levam a fatores como: conflitos, produção, capacidade de desenvolvimento da força produtiva. Assim oferecendo teses que auxiliam uma visão integrada da questão agrária, mesmo que de forma embrionária.

Tendo como ponto de partida, nesta proposição enxergo nas relações sociais de produção sob a ótica geográfica, um campo de disputa, e, a geografia agrária surge para compreender e desvelar os processos e consequências. Nesta síntese podemos compreender que a Geografia Agrária possui seus dilemas, o que compõe uma diversidade também nos estudos possíveis.

Nesta visão geral podemos considerar alguns pioneiros que influenciaram a atividade da Geografia nos temas agrários, de diversas matrizes metodológicas o fator mais importante a ser enunciado é o papel de desenvolvimento de teses e leituras sobre o Brasil Agrário. Pierre Monbeig que morou no Brasil de 1935 -1949, sua principal contribuição para o tema foi a produção do livro “Pioneiros e fazendeiros de São Paulo”, onde a discussão sobre a expansão cafeeira e o papel da agricultura se destacaram no debate sobre temas geográficos e Brasil (MONBEIG, 1984). Leo Waibel (1958) também teve contribuição fundamental para um apanhado geral da discussão sobre agricultura no campo da Geografia, em sua obra publicada pelo IBGE, discute a agricultura brasileira a partir de uma visão de sistemas agrários, de forma pragmática com um processo de descrição e caracterização da agricultura e seus processos no Brasil.

Destaco o papel de Orlando Valverde (1917-2006), geógrafo brasileiro que durante sua carreira atuou ativamente na defesa da reforma agrária, tendo grandes contribuições para a discussão do tema. Duas obras se destacam “*Geografia Agrária*

do Brasil” (1964) e “*Estudos de Geografia Agrária Brasileira*” (1985)⁴, sua vasta obra possui significância, pois traz elementos para o debate teórico que até então se encontravam dispersos. Sua luta em defesa da reforma agrária e da preservação da Amazônia destacam o papel crítico que a Geografia possibilita em suas diversas leituras.

Contribuições de Manoel Correia de Andrade (1973), que ao discutir sobre o Nordeste a partir da face do espaço agrário, leva em consideração as classes sociais envolvidas na cultura de cana no Nordeste: senhor de engenho; escravizados; lavradores; moradores; assalariados entre outros. Trouxe o debate sobre a cana-de-açúcar, a pecuária, o algodão, a partir de uma leitura crítica que apresentou os principais problemas do campo no Nordeste sob a ótica da Geografia. Discutir o Nordeste agrário requer fundamentalmente a compreensão de sua obra e as implicações que as transformações na agricultura trouxeram para a dinâmica agrária do Nordeste.

Apesar de não geógrafo de formação, Josué de Castro, médico, nordestino e baiano tem sua importância, ao discutir a fome e elevar este problema a uma questão social, extraíndo a partir de uma visão espacial, os mapas da fome (CASTRO, 1984) surgem como elementos reveladores que se atrelam a questão agrária, pois, assumem a consequência mortal do desequilíbrio ambiental, e principalmente, da incapacidade do latifúndio como modelo organizacional privilegiado no campo brasileiro, de garantir a produção de alimentos em escala aceitável no Brasil, o problema da fome se liga diretamente a capacidade de garantias de acesso a terra, políticas de desenvolvimento agrário, que possibilitem produção de alimentos acessível a todas e todos.

Estas pontuações gerais não anulam as diversas contribuições e ações políticas dos diversos autores, pesquisadores, militantes. Mas surgem como marcos que apontam uma visão própria da Geografia para a interpretação e compreensão do espaço agrário brasileiro e nordestino. O objetivo deste breve enunciado é esclarecer a capacidade analítica da Geografia a partir do problema que se constituiu a questão agrária brasileira. Entendo tais fundamentos podemos construir uma visão

⁴ Informações a partir de registros memoriais: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/QuemfoiOrlando_Valverde.pdf

característica e fundamentada da compreensão do problema agrário que é a concentração fundiária.

Sob a ótica de uma especificidade geográfica no olhar da questão agrária, compactuo com Ferreira (2001) quando determina que a Geografia Agrária brasileira possui fases distintas no decorrer de sua consolidação no Brasil, tal argumento se torna ainda mais importante ao entender que a perspectiva aqui abordada se enquadra em um destes momentos, o que acredito se adequar as leituras realizadas na contemporaneidade.

Em seu levantamento Ferreira (2001) assinala quatro fases de estudos da questão agrária sob a égide geográfica. A primeira se trata dos esforços de estudos não-geográficos, que são detectados em produções entre o século XVIII até a primeira metade da década de 1930, estes estudos tinham caráter mais descritivo, com forte valorização de informações agrícolas a partir de diferenciação de áreas.

Uma segunda fase denominada Geografia Agrária Clássica cobre dos anos 1930 até 1960. Esta fase se caracteriza por um paradigma de diferenciação de áreas - aqui temos um corpo metodológico fortemente inspirado pela tradição francesa e alemã, característica do marco geral da Geografia no período, o trabalho de campo também surge como elemento fundamental nas pesquisas deste período, o contexto vivido pelo Brasil de uma agricultura ainda dominante mas com processo de transição para uma economia urbanizada, determinou as categorias de estudos, tais como: “caracterização, classificação, e distribuição de produtos agrícolas por áreas, colonização, habitat rural, paisagem rural” (FERREIRA, 2001, p. 63), essa leitura quase esquemática toma como pragmatismo os elementos constituintes da agricultura brasileira. Uma terceira fase foi a Geografia Agrária Quantitativa, fortemente influenciada por um positivismo pragmático durante as décadas de 1960 e 1970, tinha como base modelos estatísticos e matemáticos na compreensão da modernização da agricultura. Esta fase foi fortemente marcada pela transformação da indústria de agrotóxicos e a potência da mecanização da agricultura. Estes estudos centravam-se neste recorte a partir da caracterização por tipologias de elementos da agricultura e organização fundiária.

A quarta fase, a Geografia Agrária Social que se inicia na segunda metade da década de 1970 atua em seus estudos a partir da interação e ação sobre o espaço, entra aqui um fator determinante na visão da Geografia sob o espaço agrário, as

transformações sob ele a partir da ação do Estado e sob as classes sociais que compõem esse extrato da sociedade. Um enfoque na agricultura a partir de determinantes de um contexto de desenvolvimento rural - temas como êxodo rural, o acesso a terra por meio de ação do Estado, capitalização e industrialização da agricultura visando a compreensão da “transformação do espaço rural, modernização da agricultura, relações de trabalho, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar, agroindústria” (FERREIRA, 2001, p. 63).

Ressalto que a ascensão desta Geografia Agrária Social emerge em um período que se inicia uma nova crise econômica de grandes proporções relacionado ao mercado global do petróleo. A conjuntura trouxe, nesta década, a luta pela reabertura democrática e o fortalecimento da luta pela terra. Neste contexto a ascensão de uma Geografia que olha as contradições e transformações do espaço agrário é fundamental.

Envolto nesta perspectiva a compreensão do espaço agrário assume uma camada crítica na interpretação da questão agrária. Assim a leitura desta temática tão fundamental neste trabalho passa pelo entendimento que desenvolvimento capitalista no campo se assenta sob dois monopólios, da produção e da circulação, que se desenvolve através da reprodução ampliada do capital favorecida pelas relações sociais não capitalistas de produção. Os camponeses se veem submetidos a uma “sujeição de renda da terra”. Tal sujeição encontra raiz na capacidade de mobilidade do capitalismo no campo, através da unificação de suas frentes de expansão e acumulação.

A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tomou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria. (OLIVEIRA, 2001, p. 24)

Este processo se configura em uma barbárie que possui marcos institucionais, a condição de desigualdade e pobreza se atrelam diretamente a constante atomização dos núcleos de vida do campesinato. Instrumentos jurídicos determinam uma concentração fundiária que caracteriza toda a organização espacial do campo no Brasil. A visão sob a Geografia Agrária crítica, lança o elemento

interação e ação sob o espaço na compreensão destes instrumentos que determinam o processo de acumulação capitalista no campo, principalmente a partir, do elemento de posse da terra sob a forma de latifúndio.

Neste sentido a lei no. 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras de 1850 surge como elemento mediador entre Estado e latifúndio, determinando juridicamente a exclusão de camponeses, além da população negra que já se encontrava em caminho para a libertação, ou seja, um regime de trabalho fundado na força de trabalho de escravizados, para um regime onde, aparentemente haveria oferta de trabalho assalariado. Importante pontuar que não existe uma linearidade deste processo, mas uma sobreposição deles, havendo então elementos transitórios que auxiliam na compreensão histórica. Pois a semente da contradição que suplantaria o trabalho escravo já estava presente na sociedade colonial e imperial – o trabalho livre (com especificidades no período em questão) já se fazia presente.

Durante grande parte do período colonial a ocupação de terras obedecia a dois critérios básicos, os pequenos lavradores, ocupavam áreas presumidas devolutas, enquanto o grande fazendo adquiria por via legal cartas de sesmaria. Nesse contexto ainda da mão de obra escravizada, um modelo de produção baseada na exploração do trabalho escravizado, não tinha na terra renda capitalizada, a terra era destituída de valor e o poderio econômico se materializava na quantidade de escravos existentes na fazenda, “o trabalho escravo acumulado”. (MARTINS, 2004).

A lei de terras de 1850 altera este fator, transferindo a terra o valor necessário nos moldes de penetração de um capitalismo, ainda embrionário, nas relações sociais de produção no Brasil, sob a forma do latifúndio, quando em seu artigo primeiro e segundo determina que

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes. (BRASIL, 1850).

A terra adquire assim valor, encontrando justificativa na forma de apropriação indicada. No momento em que determina que a terra passa a ter valor enquanto mercadoria e que os que se apossarem de maneira irregular, que não seja a compra, ferem diretamente a lei. Assim a lei de terras de 1850, logo após a proibição do comércio de escravizados logrou com o objetivo de bloquear acesso a terra das massas que seriam nas próximas décadas libertas, e principalmente, obteve sucesso ao garantir que os imigrantes que iniciam sua chegada no final do século XIX (os ditos trabalhadores livres) tivessem somente alternativa ao sujeitar seu trabalho aos grandes fazendeiros. Ocorre assim uma transformação da renda capitalizada em escravos para a **renda territorial capitalizada**, a valorização da terra enquanto ativo de acumulação capitalista.

Este período da questão agrária brasileira é marcado por uma agricultura de exportação, de base primária, focada na grande propriedade e fortemente vinculada a uma dependência externa. Um processo de barbárie marcada pela degradação do homem e da terra, um período de avanço da monocultura que destruiu ecossistemas de forma sistemática. Como já dito, a característica fundamental de reprodução do capitalismo baseado em relações não capitalistas de produção. O sistema de *platanion* estruturado sob o latifúndio, tendo como marco a lei de terras de 1850.

Durante as décadas que se seguiram, e a virada do século as transformações da sociedade brasileira atuaram de forma desigual no campo e na cidade. Fortemente marcada por uma aceleração na transição para trabalho livre, a força de trabalho assumindo relações capitalistas de produção. A economia do país caracterizada fortemente por um modelo primário agro-exportador, focado em produtos como cana-de-açúcar e com o alto crescimento da exportação do café. No campo o colonato se torna relação primordial estabelecida, principalmente nas zonas cafeeiras onde havia forte presença de imigrantes, relação que se fundamentava na ideologia do trabalho, a noção de liberdade e autonomia mascarando a espoliação da classe trabalhadora relação que direcionava o colono para o trabalho em busca de um dia torna-se proprietário.

Outras relações se estabeleceram e se tornaram características nas demais regiões do país, no Nordeste o morador de favor, camponês que tem na relação com os coronéis latifundiários a sujeição de seu trabalho e produção. Neste

mesmo momento, principalmente a partir da década de 1930 o processo de urbanização se acelera nas áreas de interesse da industrialização. Pontua que este processo de urbanização se deu de forma transcorrente com as transformações no espaço agrário, a crise do café e suas implicações na política industrial brasileira são exemplos destas relações. O latifúndio segue como estrutura essencial para a organização do avanço do capitalismo no campo.

Com o avanço da urbanização e a lógica industrial penetrando cada vez mais no campo, o latifúndio continua sob duas formas, da apropriação enquanto *status* e garantia de direito a propriedade privada e como grandes complexos de monocultura de exportação. O campesinato submetido a relações de sujeição produz culturas para o abastecimento interno, e neste mesmo período, principalmente nas décadas de 1940, 1950 e início de 1960, as lutas pelas garantias de condições de trabalho e também acesso a terra, se fortalecem com os diversos focos de organização camponesa. A exemplo disto as ligas camponesas no Estado de Pernambuco, que em conflito direto contra as oligarquias agrárias do estado obtiveram vitória na luta pela terra do Engenho Galileia no município de Vitória de Santo Antão

Em 1959, os camponeses exigiram a distribuição das terras do engenho Galileia, onde ressurgiu o movimento das Ligas Camponesas. Com grandes manifestações de rua e comícios camponeses ante a Assembleia rua e comícios camponeses ante a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo, conseguiu-se fazer aprovar o projeto do deputado Carlos Luís de Andrade (Partido Socialista), que determinava a expropriação daquele engenho. (MORAIS, 2012, p. 44).

Foi neste período em 1963 que as pressões por mais direitos no campo também culminaram na lei no. 4.214, de 2 de março de 1963, o estatuto do trabalhador rural, que versava sobre os direitos e garantias de trabalhadores do campo, que eram entendidos por aqueles trabalhadores que prestavam serviços em estabelecimentos rurais, prédios rústicos e fazendas em termos gerais por pagamento em dinheiro ou em produtos (*in natura*), ou em ambos.

O fortalecimento das organizações camponesas e a pressão política por reformas de base entrou diretamente em conflito com os interesses de setores do capitalismo brasileiro, culminando com apoio das forças armadas, no golpe que instituiu a ditadura civil-militar no ano de 1964. A fim de aplacar as massas que

reivindicavam as reformas já, e especialmente a reforma agrária, o estatuto da terra de 1964 foi promulgado como ato mediador, para garantir controle sob as massas populares, que somadas a intervenções em sindicatos, proibição de partidos e movimentos sociais tiveram efeito desarticulador nas lutas que emergiam cada vez mais.

Nos anos de 1970, o Estado brasileiro optou pela continuidade do modelo agro-exportador, latifundiário e monocultor, a modernização conservadora que chegou ao espaço agrário com grande força determinou diretamente e indiretamente a expulsão de famílias camponesas e demais povos tradicionais de seus territórios. A expansão das frentes de expansão agrícola para zonas do Centro-Oeste e Norte do país amplificaram o êxodo rural fornecendo mão-de-obra barata para a indústria e ocasionando cada vez mais a atomização do campesinato.

Com início da reabertura democrática, a luta pela terra assume novo patamar a partir da organização camponesa, por via sindical, por meio da organização em Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), a teologia da libertação da igreja católica através das pastorais, em específico a Comissão Pastoral da Terra⁵ e também através de organizações camponesas, com destaque ao papel de luta do MST que teve na década de 1980 sua origem.

É neste mesmo período que o capital também encontra formas de produção e reprodução no campo, os latifúndios assumem novas configurações e os complexos agroindustriais surgem como consequência da unificação da indústria, agricultura e capital financeiro, incorporado as regras de um mercado global que define o que é produzido, como é produzido e o local onde se produz, tendo assim espaços seletivos do mercado no espaço agrário (MAIA, 2017).

Em meio aos conflitos e conquistas que culminam em políticas públicas de acesso a terra em frente a pressão de organizações sociais, camponesas e demais povos do campo, a agricultura brasileira, se encontrava cada vez mais dominada por grandes empresas transacionais, seja no controle dos complexos agroindustriais, no controle de grãos, produção de agrotóxicos e químicos em geral e especulação fundiária de terras.

⁵ Anualmente CPT organiza a publicação "Cadernos de conflitos no campo" onde apresenta dados e denúncias sobre a violência cometida contra camponeses, indígenas, quilombolas e demais grupos sociais que vivem no e do campo.

A década de 1990 com o avanço de governos neoliberais encerrou contradições que culminaram em violência aos camponeses - caso dos massacres de Corumbiara (Rondônia) e Eldorado dos Carajás (Pará) em 1995 e 1996 respectivamente, mas também em reação do campesinato que através de suas organizações pressionaram o Estado e denunciaram ao mundo os casos de conflitos e violência.

Nas duas últimas décadas a questão agrária brasileira teve mudanças substanciais, elevando a dificuldade de análise, mas também fornecendo indícios das capacidades de luta e organização camponesa, levando em consideração não somente a pauta de acesso a terra, mas também condições de produção, assistência técnica, crédito e infraestrutura.

Com eleições de governos progressistas com um modelo de avanço em questões sociais, as conquistas tiveram alguns pontos a serem considerados, como a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) no primeiro governo petista de Luís Inácio Lula da Silva, como também a promulgação da lei Agricultura familiar da lei no. 11. 326, 24 de julho de 2006: que reconhecia condições mínimas para a reprodução de uma família camponesa, tendo como piso mínimo propriedade de 4 módulos fiscais, incentivo a mão-de-obra- familiar, garantido a agricultura como renda principal do estabelecimento.

A continuidade de governos progressistas entre 2003 e 2016 apesar de não transformarem a estrutura fundiária brasileira, garantira uma linha de diálogo ao mesmo tempo em que se fortaleciam as organizações camponesas. Com o golpe parlamentar que iniciou governo de Michel Temer ainda em 2016, o desmonte de políticas públicas e principalmente a exclusão de um debate que levasse em consideração todos os pontos-chaves da questão agrária brasileira foram massacrados.

No que tange a questão fundiária chamo atenção para a Medida Provisória 759/2016 transformada na Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, que tem já em seu início fortes problemas, como a falta de diálogo com a sociedade civil e a desconsideração de movimentos sociais, pesquisadores e organizações não governamentais. A lei altera de forma significativa as diretrizes sobre regularização fundiária de terras públicas, a fim de possibilitar artimanhas jurídicas que facilitam a grilagem de terras. Com a atualização e mudança da legislação anterior o aumento de limite de área a

ser regularizado, chegou a 2500 ha ampliando o prazo de ocupação destas terras, geralmente áreas públicas, de 2002 para 2008, contemplando as irregularidades mais recentes (SAUER e LEITE, 2017).

Com a eleição de um novo governo em 2018, as continuidades de desmonte de políticas vinculadas a questão agrária, foram não somente descontinuadas, mas enterradas em um endosso direto ao beneficiamento do modelo monocultor e latifundiário. Os conflitos e violência no campo assumem outro fator institucional, quando falas do presidente eleito endossam o ataque a camponeses e suas organizações. Intervenções em órgãos como IBGE ainda em 2017 teve como consequência a diminuição de recursos e fragilização do censo agropecuário, retirando itens referentes a utilização de agrotóxicos em estabelecimentos rurais e características da agricultura familiar, dificultando ainda mais a leitura do espaço agrário brasileiro.

O INCRA durante os anos de 2018 e em 2019 já com nova gestão teve a reforma agrária suspensa por conta de redução orçamentária⁶. Estes problemas assumem uma nova camada em 2020 com a pandemia do novo coronavírus, as transformações no campo que implicam a questão agrária brasileira novos desafios e problemas, que ainda irão se revelar nos anos subsequentes sugerem também novos desafios de leituras e interpretação da Geografia Agrária.

Estes elementos da questão agrária que perpassam toda a história do Brasil, configuram importantes ferramentas e possibilidades na interpretação do espaço agrário. Entendendo que as problemáticas do campo e em específico, da concentração fundiária, são processos históricos, marcados por transformações e permanências, será possível discutir os efeitos destas, na concentração fundiária permanente no Ceará reveladas nos dados do censo agropecuário.

⁶<https://reporterbrasil.org.br/2019/03/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais/>

3 A TERRA NO CEARÁ: QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO CEARÁ

3.1 A terra no Ceará

O processo de ocupação do Ceará, em relação aos outros estados do Nordeste do Brasil, ocorreu tardiamente, Pernambuco e Bahia foram ocupados no século XVI. De acordo, com Farias (2018), uma das causas desse do atraso na ocupação “foi a falta de grandes atrativos econômicos - apesar de o europeu, de início, limitar sua presença praticamente ao litoral” (2018, p. 22).

A ocupação do Ceará ocorreu a partir do século XVII, constituído com as tentativas de sobrepujar modos de vidas tradicionais, como no caso dos indígenas, incidiram no que até hoje determina estruturas do funcionamento da questão fundiária.

Compreendendo que a organização do Ceará colonial não se sobrepuja ao do Brasil sua organização espacial quando já consolidada a ocupação da capitania do Siará Grande o sistema de sesmarias determinava as ocupações e seus senhores, portanto esse modelo organizacional,

Tratava-se de uma plataforma de lançamento do latifúndio em um sistema de plantio de monocultura para exportação para o que viriam a ser as grandes propriedades produtoras de commodities, as quais contribuíram para a problemática formação social do país. Como dificilmente as **sesmarias** coloniais eram devolvidas ao rei, o significado de **terras devolutas** também diferiu no Brasil, referindo-se essencialmente às terras ainda não doadas ou desenvolvidas – isto é, a Maioria daquilo que viria ser o Brasil independente em 1822 (FERNADNES, WELCH e GONÇALVES p. 28, *grifo nosso*).

Assim, o Brasil e o Ceará ainda no período colônia, definiu a ocupação das terras através da concentração fundiária, portanto, priorização do latifúndio. Com a necessidade de expansão da pecuária devido a necessidade de demanda da emigração de portugueses e com objetivo a adensar os sertões, a criação de gado no Ceará, desenhou e construiu a sangue as paisagens que encontramos nos sertões nos caminhos dos rios, como o Banabuiú, Salgado, Poty e Jaguaribe entre outros, as sedes das fazendas, os primeiros povoados, as freguesias e posteriormente as cidade nas periferias do latifúndio, sua base de ocupação territorial (GIRÃO, 1984; JUCÁ NETO, 2012).

Essas características do pastoril extensivo da ocupação do território do Ceará têm duas fases determinantes. A primeira, as sesmarias foram alocadas para

homens ricos que as usavam com as boiadas e administravam através dos vaqueiros, não ocupando eles próprios as sesmarias. Pois, conformavam-se com as taxas de lucros da boiada sem a necessidade de sua presença cotidiana, constante na administração. Prática essa ainda comum na contemporaneidade. A segunda fase, os fazendeiros estabelecem-se nas sedes de suas fazendas participando direta e presencialmente do trato de suas boiadas com vaqueiros, daí o ditado “o olho do dono engordou o boi” (ABREU, 2004).

O ciclo do gado encontrou um Maior fluxo a partir do chamado de acordo com Moraes (2002) de “Sertão de Dentro”, as redes e caminho fortaleceram a expansão e a formação de caminhos que contribuíram para o espalhamento das boiadas das redes de comunicação e estradas que cortavam os extremos do Estado (BANDEIRA, 2019).

Estas transformações ocorridas durante os séculos XVII e XVIII é o que a historiadora Frieda Knobloch assinala como *ato agrícola* (KNOBLOCH, 1996, apud FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, p. 23), e em todas as fases de estruturação espacial a terra surge como elemento ângular das relações - a formação espacial cearense em seu espaço agrário e para fins de compreensão de sua atual organização, passou por processos transcorrentes que Lima, Vasconcelos e Freitas (2011) apresentam como reestruturações espaciais do Ceará.

A primeira é o espaço da pecuária; A segunda é a passagem da pecuária para o espaço da cotonicultura, o algodão como elemento essencial da economia cearense, principalmente durante o século XIX , pois, a guerra da secessão nos EUA elevou as taxas de importação deste produto naquele país, fortalecendo a cultura do algodão como padrão de produção para fins de exportação. O terceiro da ascendência da indústria que se relaciona diretamente com a questão agrária; e o quarto das construções dos Perímetros Irrigados empresariais.

Estes processos interligados contribuíram para valorização do espaço agrário cearense, em um caminho de consolidação do capitalismo que se baseia na renda e no lucro até o século XXI e na organização espacial se agrega ao funcionamento do capitalismo nacional, tais elementos determinam e estruturam a concentração fundiária na escala de análise adotada.

A situação de desigualdade no campo constitui a problemática encontrada em todo o período histórico seja no Brasil ou no Ceará, como pode ser visto em

Alencar (2000) que ao afirmar que não há política democrática de baixo para cima e dentro desta condição de subalternação em que os anseios da população se encontram. Visualizamos as contradições dessas propostas de políticas de Governo, quando contemplam simultaneamente duas classes que se opõem e, principalmente, encontram forma e possibilidades de reprodução da elite agrária ao não criar “condições institucionais, políticas, econômicas e sociais para a realização de uma reforma agrária pelo alto (Estado) que propiciasse a democratização da posse e uso da terra” (Id. Ibid., p. 11).

Para Diniz (2008) a formação espacial do Ceará e a razão da natureza concentradora da estrutura fundiária, tem como um dos principais fatores da pecuária extensiva, pois, era necessário o uso de grandes extensões de terra de forma predatória, o que em parte se apresenta como um dos fatores da excludente organização espacial do campo cearense, cenário que permanece na contemporaneidade.

Assim, perdura a manutenção de uma problemática que persiste em função de dois elementos que estão enlaçados: concentração e exclusão. Como define Barquete (2002), no engodo do mundo rural temos associação direta entre negação de direitos, concentração fundiária e falta de uma construção nacional, onde há uma violenta demonstração de marginalidade daqueles que, sem terra, veem-se obrigados a viverem em êxodo. A interpretação do processo de ocupação e o resgate a importância da terra para viver e produzir como direitos em uma nação são abordagens fundamentais para a compreensão proposta.

Compreender a questão agrária sob a perspectiva da geo-história significa apreender quem são os sujeitos políticos das resistências no espaço agrário cearense, bem como, ter uma leitura crítica da malha fundiária que revelem o comportamento da questão agrária cearense. Por isso, pesquisamos e sistematizamos os dados da estrutura fundiária cearense baseado no Censo Agropecuário da década de 1960 ao último Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Em uma primeira parte da análise me atendo a comparações entre os censos de 2006 e 2017, com o objetivo de entender a dinâmica mais recente da estrutura fundiária, após isto início a análise da série histórica que se inicia, conforme dito, na década de 1960.

Em 2006, a quantidade de estabelecimentos⁷ que possuem menos de 50 hectares era de 81,64%, ocupando, 22,35% da área rural. Enquanto em 2017 representam um percentual Maior, 87,14% e área ocupada de 28,13%, um aumento insignificante comparado a progressão de pequenos estabelecimentos em constante crescimento. Quando faço análise do extrato do grupo Maior que 500 hectares no ano de 2006, percebo que os estabelecimentos acima de 500 ha representam 0,42% do total de estabelecimentos ocupando de 13,03% da área total. Esses valores permanecem quase que inalterados para o ano de 2017(Ver tabela 1). Neste contexto a distribuição de terra é desproporcional, o que caracteriza uma quantidade famílias camponesas que se “espremem” em uma pequena área, na Maioria dos casos menores que o módulo fiscal necessário para a reprodução, caracterizando inúmeros bolsões de minifúndio no estado cearense⁸, por um lado, e do outro lado uma concentração de terra a partir do extrato de 500 ha.

Tabela 1 - Ceará: Estrutura Fundiária (IBGE) no período de 2006 a 2017

Grupo de área	2006				2017			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	Número	Percentual	Hectares	Percentual	Número	Percentual	Hectares	Percentual
Menos de 1 a 50	311.057	81,64	1 776 336	22,35	343.423	87,14	1.943.297	28,13
50 a 100	14.495	3,91	1 022 887	12,87	13.963	3,54	953.110	13,8
100 a 500	13.291	3,49	2 626 054	33,04	11.465	2,91	2.205.837	31,93
500 a 1.000	1.534	0,4	1 035 575	13,03	1.174	0,3	778.953	11,28
Mais de 1000	685	0,18	1 487 215	18,71	501	0,127	1.026.982	14,87
Sem declaração	-----	-----	7 948 067	100,0	-	-	-----	-----
Produtor sem área	39.535	10,38	1 776 336	22,35	23.613	5,99	-----	-----
Total	381.017	100,0	1 022 887	12,87	394.330	100	6.908.179	100

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

***Produtores sem área (extrativistas produtores de mel ou produtores que já tinham encerrado sua produção temporária).**

Quanto a condição legal da terra no Estado do Ceará, que está no cerne da posse e uso da terra enquanto categorias jurídicas, 187.084 estabelecimentos eram de propriedades privadas em 2006, já em 2017 este número aumenta para

⁷ “**Estabelecimento agropecuário** é todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, em que se processa uma exploração agropecuária.” (IBGE, 2019).

⁸ **Bolsões de minifúndio**: se caracteriza pela aglomeração de imóveis rurais abaixo do módulo familiar rural .Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

256.875 estabelecimentos, levando em consideração que o conceito de estabelecimento permite uma mutabilidade na gestão destas propriedades, podemos levantar uma série de questionamentos, um deles é a retomada de áreas que eram ocupadas, usadas em regime de parceria e outras formas de arrendamento. Estas tiveram diminuição considerável quando vistas nos dados de 2017, o aumento das terras em condição legal de propriedades privadas sobe de 51,37% para 60,42%, o aumento pode ter uma de suas raízes na diminuição das outras categorias de condição legal da terra – exceto assentamentos sem titulação definitiva que aumentaram de 3,65% para 5,24% no período exposto nas tabelas, o que revela que não há predominância da forma privada de apropriação da terra (Ver Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 - Condição legal da terra: Número de estabelecimento rurais no Ceará

Condição da terra	2006		2017	
	Número	Percentual	Número	Percentual
Própria	187 084	51,37%	256 875	60,42%
Sem titulação definitiva	13 274	3,65%	22 295	5,24%
Arrendada	52 265	14,35%	39 250	9,23%
Parceria	46 612	12,80%	31 730	7,46%
Ocupada	64 920	17,83%	15 042	3,54%
Em regime de comodato	-	-	59 953	14,10%
TOTAL	364 155	100,00%	393 415	100,00%

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Tabela 3 - Condição legal da terra: Área (ha) no Ceará

Condição da terra	2006		2017	
	Hectares (ha)	Percentual	Hectares (ha)	Percentual
Própria	6 715 054	84,49%	5 478 887	79,31%
Sem titulação definitiva	288 664	3,63%	334 431	4,84%
Arrendada	276 310	3,48%	159 352	2,31%
Parceria	179 659	2,26%	213 518	3,09%
Ocupada	488 392	6,14%	127 878	1,85%
Em regime de comodato	-	-	594 117	8,60%
TOTAL	7 948 080	100,00%	6 908 183	100,00%

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Frente a grande concentração, o caso ainda se agrava quando pensamos naqueles que não possuem a propriedade legal da terra em que produzem, do total

de estabelecimentos em 2017, 60,42% são próprias. Enquanto as demais categorias se dividem da seguinte forma: 5,24% são assentados sem titulação definida; 9,23% terras arrendadas; 7,46% se encontram em situação de parceria; 3,54 são ocupantes; e as terras em regime de comodato representam uma parcela de 14,10% (Ver Tabela 3). Este grupo, composto por diversas categorias do campesinato, que não possuem o título ou mínima garantia de direito de permanência na terra (excluindo-se aqueles que são assentados regularizados de assentamentos federais) são os principais impactados pela minifundização e a pobreza rural, frente a incapacidade produtiva das pequenas áreas ocupadas por estes.

Porém quando nos debruçamos sobre distribuição das terras privadas por extrato de área⁹ é encontrado um cenário que reflete a situação geral de concentração fundiária, em 2006 85,53% destas terras se enquadravam em estabelecimentos de até 50 hectares ocupando apenas 18,51% da área rural, já as propriedades acima de 500 hectares chegam a representar somente 1,05% da quantidade total de estabelecimentos privados, ocupando 33,21% da área cadastrada das terras particulares (Ver tabela 4 e 5). Em 2017 encontramos um aumento de 73.948 estabelecimentos no intervalo de área de menos de 1 a 50ha, porém tal aumento não significa de fato uma democratização, pois quando vamos a comparação entre este número e a área ocupada encontramos uma continuação de confinamento destes estabelecimentos. Vejamos nas tabelas 4 e 5, onde é possível identificar que este grupo de área representa 91,08% do total de estabelecimentos rurais, ocupando 25,03% da área rural informada, uma equivalência da desigualdade.

Tabela 4 - Distribuição das terras privadas: Número de estabelecimentos rurais no Ceará

Grupos de área	2006		2017	
	N ^a de estab.	Percentual	N ^a de estab.	Percentual
Menos de 1 a 50	160 016	85,53%	233 964	91,08%
50 a 100	13 096	7,00%	11 619	4,52%
100 a 500	12 002	6,42%	9 888	3,85%
500 a 1.000	1 336	0,71%	995	0,39%
Mais de 1000	634	0,34%	409	0,16%
TOTAL	187 084	100,00%	256 875	100,00%

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

⁹ Os dados da tabela 6 refletem dados do censo agropecuário de 2017– micro dados do censo agropecuário de 2017 para comparação foram disponibilizados em junho de 2020.

Tabela 5 - Distribuição das terras privadas: Áreas (ha) no Ceará

Grupos de área	2006		2017	
	Hectares (ha)	Percentual	Hectares (ha)	Percentual
Menos de 1 a 50	1 256 565	18,71%	1 371 477	25,03%
50 a 100	889 145	13,24%	781 146	14,26%
100 a 500	2 338 471	34,82%	1 843 915	33,65%
500 a 1.000	890 741	13,26%	646 349	11,80%
Mais de 1000	1 340 133	19,96%	836 002	15,26%
TOTAL	6 715 055	100,00%	5 478 889	100,00%

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020.

Alencar (2005a; 2005b) construiu um panorama geral da questão agrária cearense, em uma análise histórica tendo como base dados fundiários da agricultura cearense, constatou um processo semelhante ao que identificamos nos dados apresentados.

A fim de visualizar a condição permanente de concentração fundiária organizamos os dados referente a número estabelecimentos rurais e área ocupada por extrato de área da década de 1950 a 2017 (Ver tabelas 6 e 7). Realizamos uma análise estatístico para determinar a característica de funcionamento da dinâmica da posse da terra no Estado do Ceará. Mesmo havendo uma dissonância metodológica entre os censos agropecuários, tal ferramenta de compreensão de um cenário macro é imprescindível, em escala nacional não há um banco de dados que apresente solidez em tempo e abrangência como o trabalho do IBGE, daí escolha sobre este material.

Em termos gerais os aspectos do que é chamado de concentração fundiária permanente nesta pesquisa, é percebido ao primeiro olhar lançado sob as tabelas 4 e 5 encontramos um aumento no número de estabelecimentos até 50 hectares de 52.174 em 1950 para 343.423 em 2017. Já a área ocupada deste extrato de área mais que duplicou de 929.519ha para 1.984.868ha. Para os olhares descuidados existe um aparente aumento relativo, porém há de fato um descompasso, enquanto o número de estabelecimentos aumentou em quase 560% a área ocupada por este grupo não ultrapassou de 113%, o que revela um processo contraditório, combinado e articulado de concentração fundiária e de minifundiarização no campo. Esse processo está apoiado no avanço do agronegócio, especulação financeira de territórios, principalmente em áreas rurais litorâneas, entre outros.

A análise geohistórica demonstra que a situação somente se agrava, pois, na década de 1950 no extrato de área de 50 ha, havia uma média de 17 ha por

estabelecimento, em 2017 a média é de 5 hectares por estabelecimento. A interpretação dos dados estatísticos se apresenta como uma das fundamentais ferramentas de leitura dos processos de apropriação dos espaços. Os dados demonstram assim, o mesmo padrão de organização espacial que é encontrado na história do país e do estado, o latifúndio e a concentração fundiária como elemento dominante.

Tabela 6 - Número de estabelecimentos rurais no Ceará, IBGE, 1950 a 2017

Intervalo de área (ha)	Ano																	
	1950		1960		1970		1975		1980		1985		1995		2006		2017	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Menos de 1 a 50	52.174	60,18	82.568	67,36	200.463	81,67	209.303	83,17	199.735	81,23	281.909	86,94	305.118	89,85	311.057	81,64	343.423	87,14
50 a 100	14.303	16,49	18.060	14,73	21.413	8,72	20.472	8,13	22.393	9,1	20.463	6,32	16.393	4,83	14.495	3,91	13.963	3,54
100 a 500	16.832	19,41	18.625	15,19	20.022	8,15	18.855	7,49	20.316	8,26	18.840	5,81	15.183	4,48	13.291	3,49	11.465	2,91
500 a 1.000	2.000	2,3	2.123	1,73	2.054	0,83	2.017	0,8	2.155	0,87	1.920	0,59	1.688	0,49	1.534	0,4	1.174	0,3
Mais de 1000	1375	1,57	1199	0,97	1238	0,48	1002	0,49	1091	0,43	1009	0,3	835	0,23	685	0,18	501	0,127
Sem declaração	6	-	1	-	242	0,09	1	-	191	0,07	137	0,04	385	0,11	-	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.535	10,38	23.613	5,99
Total	86.690	100	122.576	100	245.432	100	251.650	100	245.881	100	324.278	100	339.602	100	381.017	100	394.330	100

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020; Alencar (2005).

Tabela 7 - Área dos estabelecimentos rurais no Ceará, IBGE, 1950 a 2017

Intervalo de área (ha)	Ano																	
	1950		1960		1970		1975		1980		1985		1995		2006		2017	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 1 a 50	929.519	9,11	1.345.224	12,29	2.312.574	19,1	2.305.490	20,97	2.316.699	19,72	2.384.667	21,66	1.977.894	22,06	1 776 336	22,35	1.943.297	28,13
50 a 100	1.000.286	9,8	1.265.769	11,56	1.485.242	12,26	1.415.641	12,87	1.554.360	13,23	1.422.672	12,92	1.137.759	12,69	1 022 887	12,87	953.110	13,8
100 a 500	3.539.340	34,69	3.810.268	34,82	3.963.377	32,75	3.712.206	33,77	3.988.713	33,96	3.707.106	33,67	2.985.673	33,3	2 626 054	33,04	2.205.837	31,93
500 a 1.000	1.361.522	13,35	1.455.294	13,29	1.404.650	11,6	1.375.709	12,52	1.472.478	12,53	1.292.113	11,73	1.135.762	12,67	1 035 575	13,03	778.953	11,28
Mais de 1000	3 370 210	33,04	3 067 384	28,03	2 939 266	24,28	2 182 534	19,86	2 411 013	20,55	2 202 599	20,02	1 726 756	19,28	1 487 215	18,71	1 026 982	14,87
Total	10200877	100	10943939	100	12105109	100	10991580	100	11743263	100	11009157	100	8963844	100	7 948 067	100	6.908.179	100

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020; Alencar (2005).

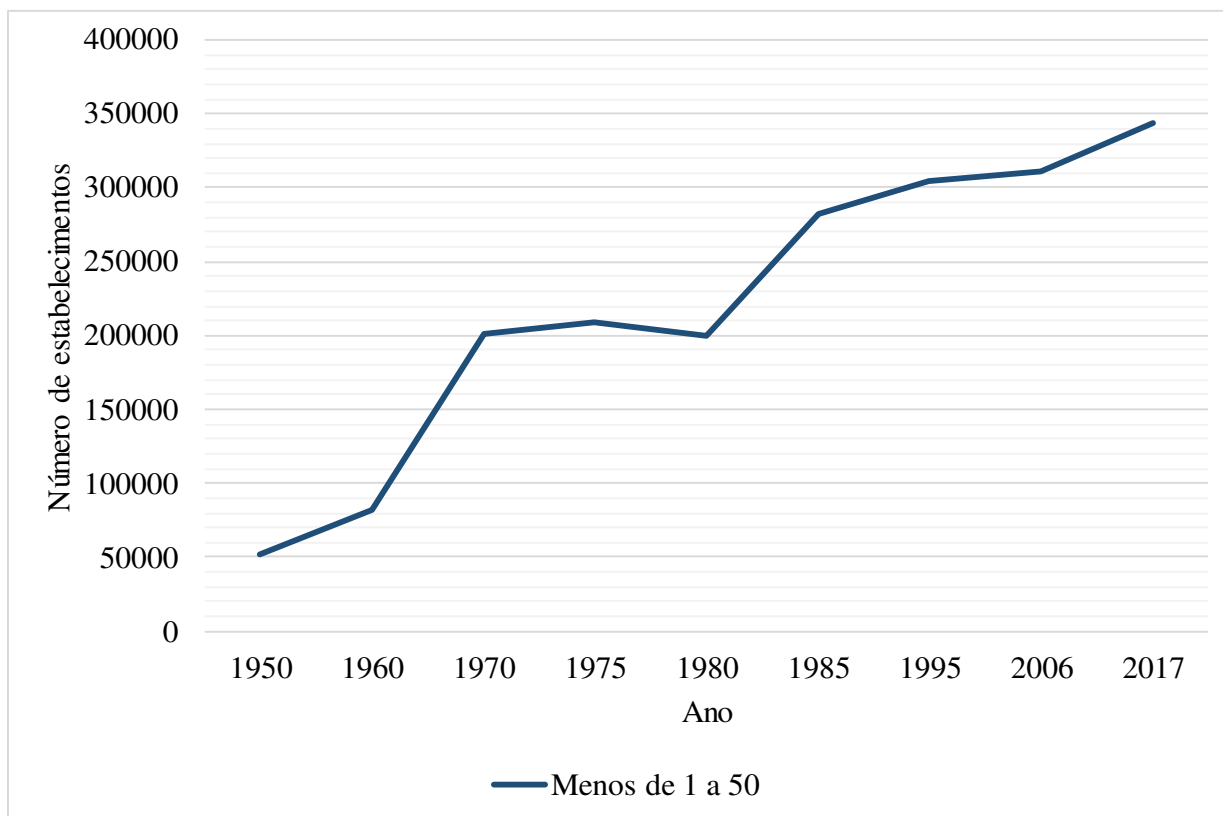
Entendemos que um modelo fixo poderia ter acarretado no enviesamento da pesquisa, alterando a realidade concreta ao encaixe da leitura foi almejado alcançar (SANTOS, 2009), os caminhos se apresentam portanto numa perspectiva de um plano-leitura que conjugou a flexibilidade e adaptação conforme as informações se encontravam disponíveis, portanto após construir um banco de dados sobre a estrutura fundiária tendo como base os censos agropecuários foi encontrado um caminho de descobertas.

Para isso, apresenta-se uma leitura quantitativa das informações tratadas acima, conforme delineado na metodologia. Queremos avaliar a evolução histórica do número e a área de estabelecimentos rurais no Ceará, no ano 1950 a 2017. Na Tabela 4 temos os dados correspondente ao número de estabelecimentos.

Mostraremos essas informações graficamente afim de facilitar a interpretação. Para análises no decorrer do tempo, o gráfico mais adequado a se utilizar é o gráfico de linhas, pois mostra claramente a evolução temporal da variável estudada, por isso apresentaremos em sua maioria gráficos desse tipo aqui.

No Gráfico 1 podemos ver o número de estabelecimentos rurais com área de 1 a 50 hectares no Ceará, e como podemos ver, o número de estabelecimentos classificados nessa categoria de área aumentou bastante ao longo do tempo, crescendo de cerca de 50 mil para até quase 350.000 mil estabelecimentos dentro desses 67 anos.

Gráfico 1 - Estabelecimentos rurais com área de 1 a 50 hectares



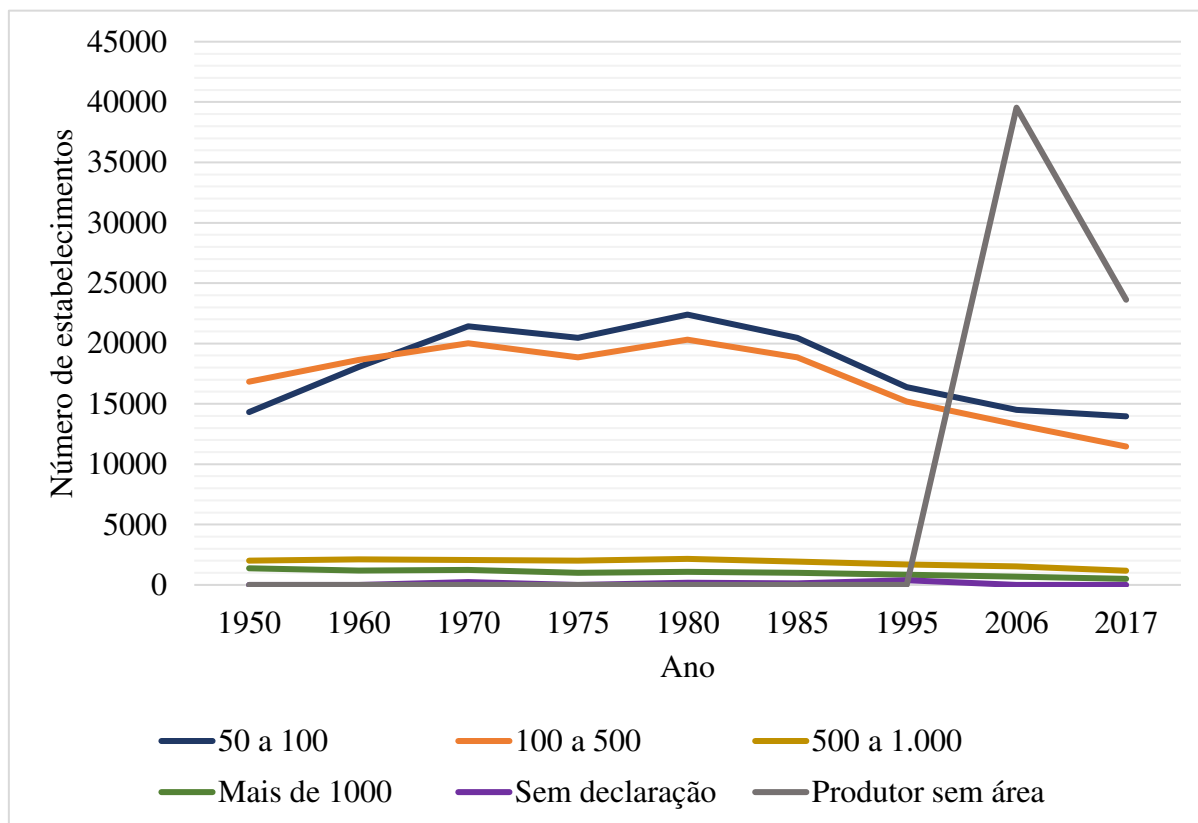
Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

No Gráfico 2 podemos visualizar o número de estabelecimentos para cada uma das demais categorias de área, ao longo do tempo. Para os estabelecimentos com área classificada nas categorias, 100 a 500 e 50 a 100, entre 1960 e 1980 há um crescimento do número de estabelecimentos, decaindo a partir de 1985, já para os estabelecimentos com Maior área, de 500 a 1000 e mais de 1000, há uma certa constância, com leve decaimento nos últimos anos.

Vale notar que até 1995 não existiam produtores sem área¹⁰ (a informação não existia enquanto procedimento metodológico), e a partir de 2006 essa categoria cresce muito, chegando a mais de 10% do total de das categorias no período, e decaindo para aproximadamente 6% em 2017.

¹⁰ Não havia esta categoria até censo agropecuário de 2006, assim os números passam a valer a partir deste ano, a queda brusca se dá por mudança metodológica do censo - antes criações de empregados tinha questionário aberto após dados gerais do estabelecimento, em 2017 tal procedimento mudou e permanece somente o questionário referente ao estabelecimento agropecuário no qual se dá essa produção/criação

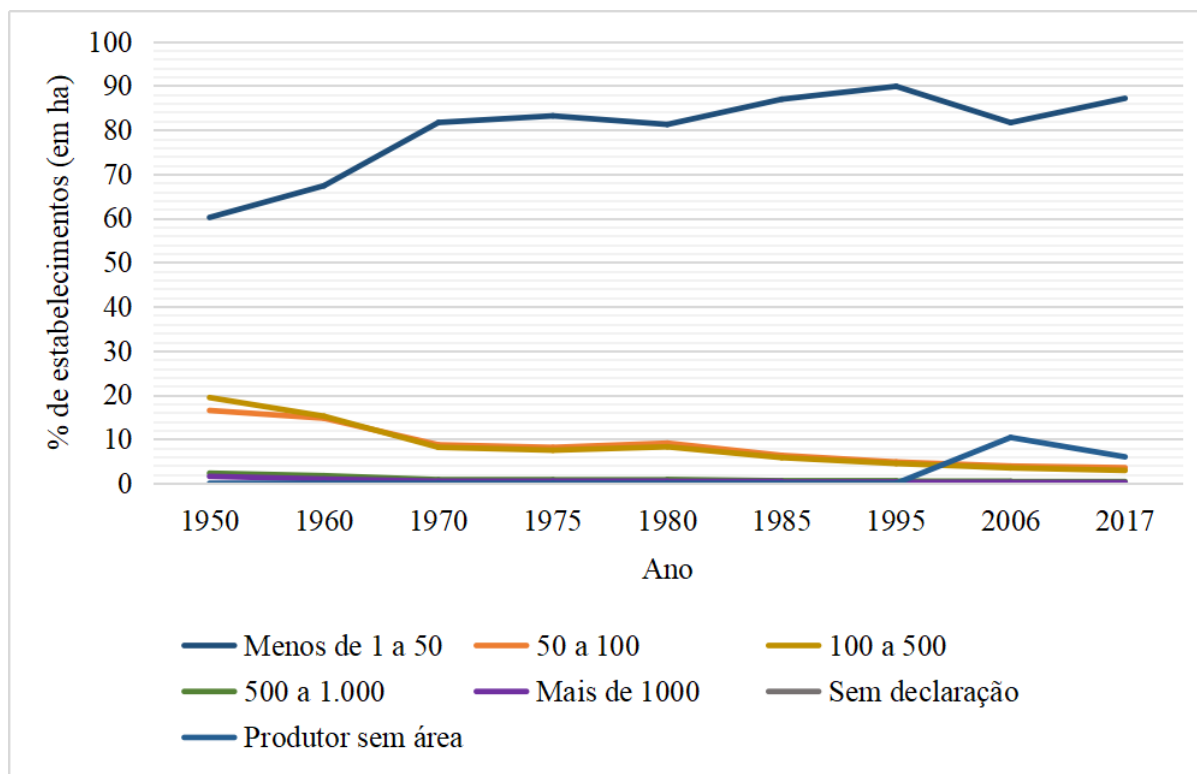
Gráfico 2 - Estabelecimentos rurais no Ceará



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Além do número bruto de estabelecimentos, é interessante mostrarmos o percentual de estabelecimentos, pois assim poderemos incluir na evolução histórica o número de estabelecimentos total. A avaliação percentual é quase sempre melhor do que os números brutos pois leva em consideração a proporção dos dados, por exemplo, se o número de estabelecimentos da categoria A aumentou ao longo dos anos, nem sempre significa que realmente há um crescimento dessa categoria, pois talvez ela esteja aumentando porque o número total de estabelecimentos no Estado também está aumentando, logo esse acréscimo da categoria seria apenas a constância da proporcionalidade, ou como preferimos classificar - **concentração fundiária permanente**. Dito isso, no Gráfico 3 mostramos a evolução histórica do percentual de estabelecimentos no Ceará.

Gráfico 3 - Percentual de estabelecimentos no Ceará



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

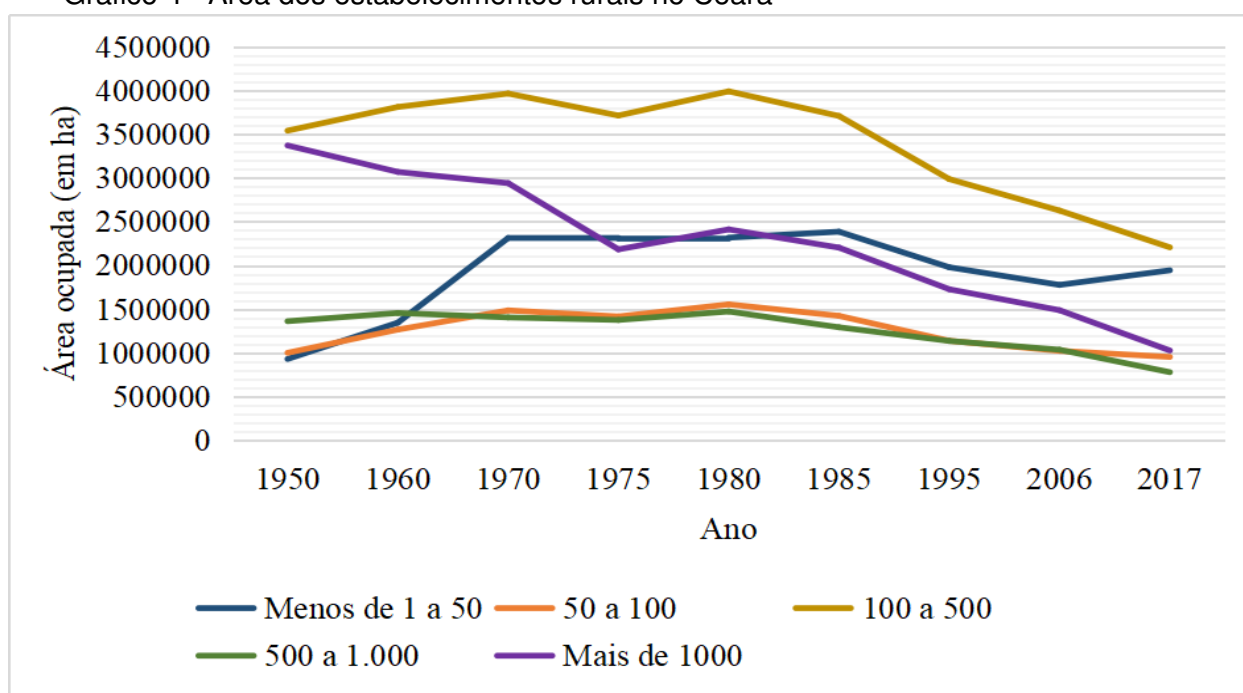
Como podemos ver, realmente o número de estabelecimentos de 1 a 50 hectares cresceu no Ceará, pois em 1950 60% dos estabelecimentos encaixavam-se nessa categoria, atingindo um máximo em 1995, com 89,85% e chegando ao dado mais atual, 2017, com 87,14% do total de estabelecimentos. Porém com relação as categorias 50 a 100 e 100 a 500, vemos que há apenas um decréscimo na proporção de estabelecimentos, diferentemente da análise não proporcional, que havia um acréscimo seguido de decréscimo, no total essas categorias caem de 16% e 19% para aproximadamente 3% do número de estabelecimentos no Ceará, respectivamente.

Para as categorias com Maior tamanho de terras, há um decréscimo também, os com 500 a 1000 hectares deixam de representar 1,57 % do total de estabelecimentos em 1950 para apenas 0,3% em 2017, e os com mais de 1000 caem de 1,57% para 0,13%. Ou seja, temos um aumento relativo dos estabelecimentos de menos de 1ha a 50ha e uma queda relativa dos estabelecimentos acima de 500, mas, o que isso significa? Uma real desconcentração ou estratégias de permanência do grande latifúndio?

Para compreender melhor o que significa isto analisamos também a área total abrangida por cada categoria de classificação de estabelecimento, os resultados da Tabela 7 mostram isso.

No Gráfico 4 é dado os valores das quantidades de área de cada categoria ao longo dos anos estudados, e como podemos ver, há um grande crescimento da área total ocupada por estabelecimentos de 1 a 50 hectares de 1950 a 1970, até 1985 há uma constância no espaço ocupado, decréscimo até 2006 e leve aumento em 2017. A categoria de 50 a 100 hectares teve pequeno crescimento seguido de decréscimo ao longo do tempo, mantendo no final mais ou menos o mesmo espaço de hectares. A categoria 500 a 1000 manteve-se constante na maior parte dos anos, e em 2017 apresenta uma constante, mesmo que haja uma leve diminuição destes estabelecimentos. E as categorias 100 a 500 diminuiu aos longos dos anos, a categoria de estabelecimentos acima de 1000 que representa em parte os mega latifúndios também apresentam uma curva em série de diminuição.

Gráfico 4 - Área dos estabelecimentos rurais no Ceará

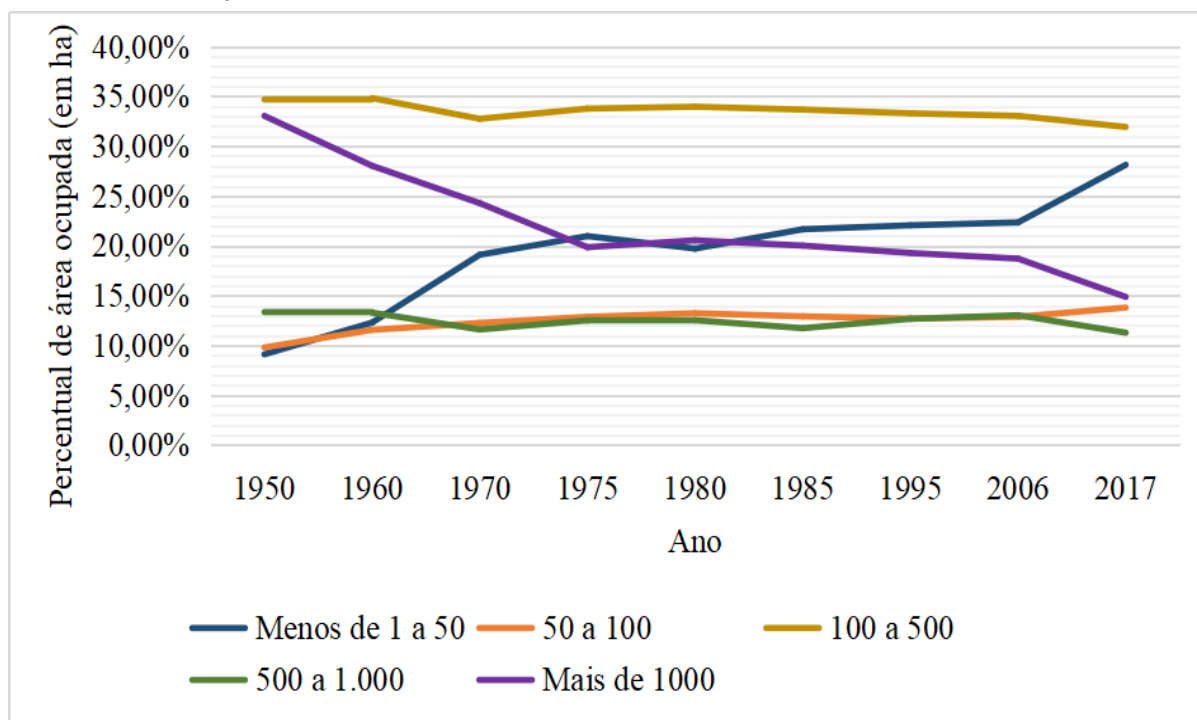


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Como no caso anterior, é bem mais interessante uma análise proporcional dos dados, por isso no Gráfico 5 é dado os valores percentuais do total de terra ocupada por cada categoria de estabelecimento.

Já notamos um comportamento bem distinto da análise não proporcional, proporcionalmente falando, a categoria de 100 a 500 hectares mantém-se constante ao longo do tempo, há apenas um leve decaimento nos últimos anos. Mas a categoria 1 a 50 mantém um crescimento do percentual de terras ocupadas em quase todo o tempo, em 1950 os estabelecimentos dessa categoria ocupavam 9,11% do total de terras, chegando a 28,59% em 2017. Os estabelecimentos de 50 a 100 hectares tem um leve crescimento da ocupação percentual total, e os estabelecimentos com 500 a 1000 hectares realmente são constantes até 2006, havendo uma sutil redução, conforme podemos ver no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Área percentual dos estabelecimentos rurais no Ceará



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Basicamente a categoria que tem a maior perda do espaço percentual é os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, entre 1950 até 1975 há grandes

decréscimos do percentual ocupado por essa categoria, a partir desse ponto até 2006 há uma certa constância e em 2017 há uma leve queda, de forma que em 1950 essa categoria de estabelecimento ocupava 33,04% da área total e em 2017 caiu para 14,87%. Em uma análise quantitativa é preciso estar atento para as armadilhas numéricas, para isso um trabalho qualificado também requer compreensão do movimento concreto destes números, a partir de variáveis que possibilitem enxergar que de fato há um crescimento dos estabelecimentos do grupo de área de 1 a 50ha, e uma queda do grupo que representa estabelecimentos acima de 1000ha, para isso determinamos o movimento estatístico de médias proporcionais - a área média ocupada por cada grupo de área durante a série histórica analisada.

Como citado, mesmo sabendo de tudo isso algo ainda nos intriga, que é os pequenos estabelecimentos, de 1 a 50 hectares, vimos até agora que há um crescimento do número de estabelecimentos, e há também um crescimento da área total ocupada por esses, mas será que este crescimento é semelhante? Ou talvez o número de estabelecimentos está crescendo mais rápido do que a área ocupada? Para responder tais perguntas fizemos o cruzamento desses dois fatores através do cálculo do tamanho médio de hectares de cada estabelecimento, veja a Tabela 8.

Tabela 8 - Área média de estabelecimentos rurais no Ceará, IBGE, 1950 a 2017

Área (ha) / Estabelecimento	Ano								
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 1 a 50	17,82	16,29	11,54	11,02	11,60	8,46	6,48	5,71	5,66
50 a 100	69,94	70,09	69,36	69,15	69,41	69,52	69,41	70,57	68,26
100 a 500	210,27	204,58	197,95	196,88	196,33	196,77	196,65	197,58	192,40
500 a 1.000	680,76	685,49	683,86	682,06	683,28	672,98	672,84	675,08	663,50
Mais de 1000	2451,0	2558,2	2374,2	2178,1	2209,9	2182,9	2067,9	2171,1	2049,8
	6	9	1	8	1	5	7	2	6

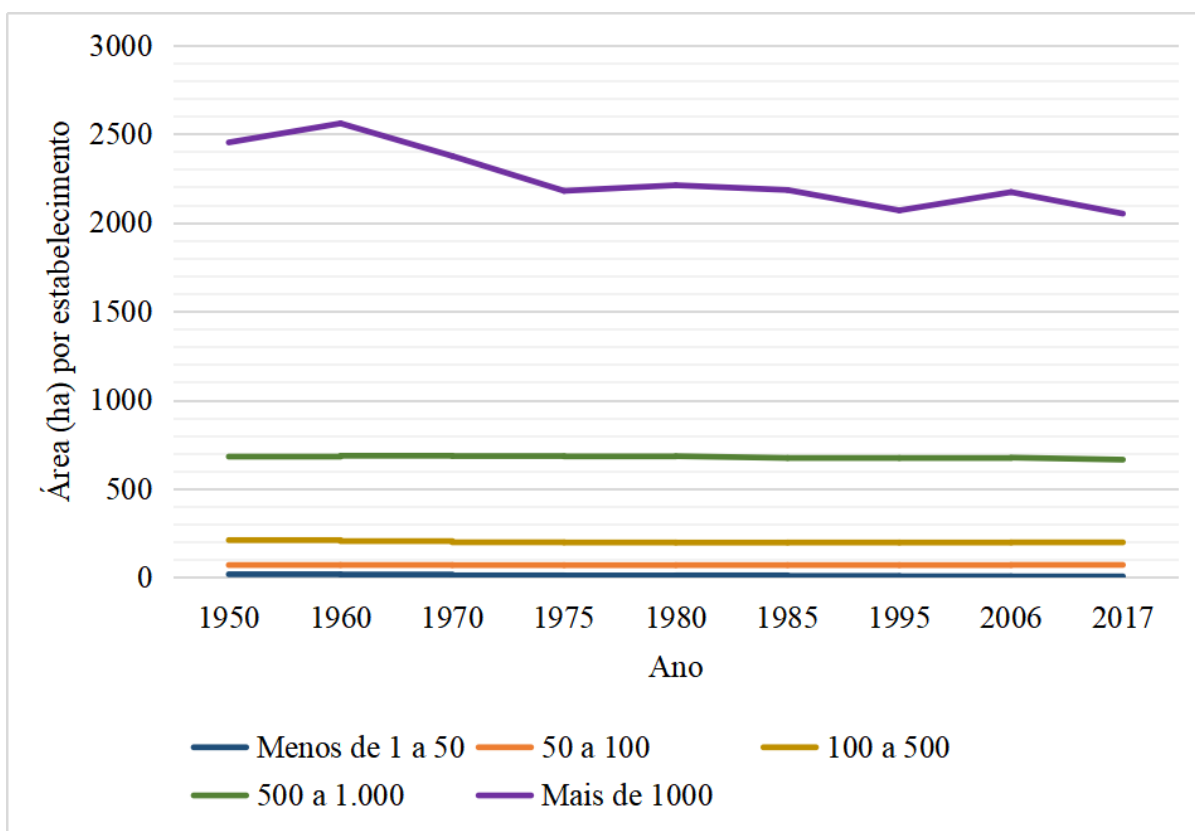
Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Na Tabela 8 foi dividido os hectares totais dominados por cada categoria de estabelecimento pelo número de estabelecimentos rurais, obtendo assim o número médio de hectares por estabelecimento rural. Por exemplo, em 1950 os estabelecimentos entre 1 a 50 hectares tinham em média 17,82 hectares, em 2017 há uma queda para a média de 5,66 hectares, uma queda de mais de 10ha médios por estabelecimento, o que traz a tona a questão levantada anteriormente - o aumento de

estabelecimentos deste grupo de área não significou de fato uma democratização do acesso à terra, mas na verdade um processo de elevado confinamento de grupos sociais que realizam suas práticas agrícolas em estabelecimentos cada vez menores, impossibilitando uma dinâmica mais ativa da própria agricultura familiar camponesa

. No Gráfico 6 damos a evolução histórica desses valores para todas as categorias de estabelecimento. Porém de antemão chamo atenção, conforme já citado anteriormente a diferença entre os grupos de área em extensão e quantidade de estabelecimentos exige que façamos uma leitura gráfica da totalidade levando em consideração as unidades, aqui os grupos de área, para entender como evoluíram, trazendo à tona o debate aqui proposto.

Gráfico 6 – Área média (ha) por estabelecimento rural



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Vemos uma linearidade no gráfico, justamente pela diferença na natureza dos grupos de área um gráfico condensado não permite uma visão da totalidade em sua complexidade, para isso realizamos um recorte de cada grupo de área nesta análise, fornecendo detalhadamente o comportamento de cada grupo de área no decorrer das décadas dos censos agropecuários, conforme as retas de linearidade se apresentam no gráfico 7.

Gráfico 7 – Área média (ha) por estabelecimento rural



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Como vemos, a resposta para a pergunta feita anteriormente é respondida nesse gráfico, o número de estabelecimentos cresceu, a área total desses estabelecimentos também cresceu, porém, o tamanho médio (em hectares) de cada estabelecimento diminuiu ao longo do tempo, em 1950 cada estabelecimento dessa categoria tinha em média aproximadamente 18 hectares, enquanto que em 2017 esse tamanho é próximo de 6 hectares, é uma diminuição de quase 3 vezes.

Os estabelecimentos classificados na categoria 50 a 100 hectares possuem uma certa variação dos hectares médios ao longo dos anos, tendo seu Maior pico em 2006 e o Maior decréscimo em 2017. Avaliando os índices da regressão ajustada na reta de linearidade pode-se dizer que o hectare médio por estabelecimento dessa categoria não mudou significativamente. O que revela um grau de permanência da situação deste grupo de estabelecimentos, em contraste com a diminuição por década encontrada no primeiro grupo.

Os estabelecimentos de 100 a 500 hectares também diminuíram um pouco ao longo dos anos, sendo que em 1950 cada estabelecimento tinha em média 210 hectares, e em 2017 esse valor é 192 hectares. De acordo com a regressão há um decréscimo significativo de 0,2 hectares por ano, isto é, 2 hectares a cada 10 anos.

Os estabelecimentos enquadrados em 500 a 1000 hectares e mais de 1000 hectares são os com comportamento mais estáveis, até o ano de 2006 aparentemente mantêm-se constantes, com média em torno de 680 hectares, e em torno de 2200 hectares, respectivamente. Em 2017 ocorre leve decréscimo nessas categorias, onde os estabelecimentos de 500 a 1000 hectares diminuem para a média de 663,50 hectares, e os com mais de 1000 diminuem para média de mais de 2059 hectares por estabelecimento. Conseguimos individualmente em cada grupo de área encontrar a permanência de dois padrões, o primeiro encontrado no grupo de área mais marcante numericamente os de menos de 1 a 50 hectares, onde vemos uma queda brusca na área média ocupada, representando, geograficamente um processo de confinamento e de aglutinação de grupos sociais que majoritariamente destinam-se a ocupar áreas pequenas e muitas vezes de inviabilidade de garantia de um grau de produção aceitável.

O segundo padrão é o de permanência e estagnação da área média, onde em todos os outros grupo de área se encaixam em nossa análise, temos assim um processo de diminuição do que os grupos de áreas nos apontam como

estabelecimentos que se caracterizaram por sua extensão na leitura de questão agrária aqui proposta, como latifúndios, porém, há uma permanência da área média ocupada, não sendo percebido uma mudança estrutural como de fato se imagina a partir da leitura desatenta dos dados mostrados na tabela 6 e 7.

Com tudo o que foi dito podemos nos perguntar: e a variação do espaço geral de estabelecimentos, não será levada em conta? Por isso pegamos o número médio de hectares por estabelecimento e dividimos pela área total ocupada por todos os estabelecimentos do Estado, obtendo assim o percentual médio de hectares de cada estabelecimento, de cada categoria de classificação. Essas informações são dispostas na Tabela 9 e Gráfico 8 a seguir.

Tabela 9 - Área (%) por estabelecimento rural

Área (%) / Estabelecimento rural	Ano									
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017	
Menos de 1 a 50	0,0002	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
50 a 100	0,0007	0,0006	0,0006	0,0006	0,0006	0,0006	0,0008	0,0009	0,0010	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
100 a 500	0,0021	0,0019	0,0016	0,0018	0,0017	0,0018	0,0022	0,0025	0,0028	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
500 a 1.000	0,0067	0,0063	0,0056	0,0062	0,0058	0,0061	0,0075	0,0085	0,0096	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
Mais de 1000	0,0240	0,0234	0,0196	0,0198	0,0188	0,0198	0,0231	0,0273	0,0297	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	

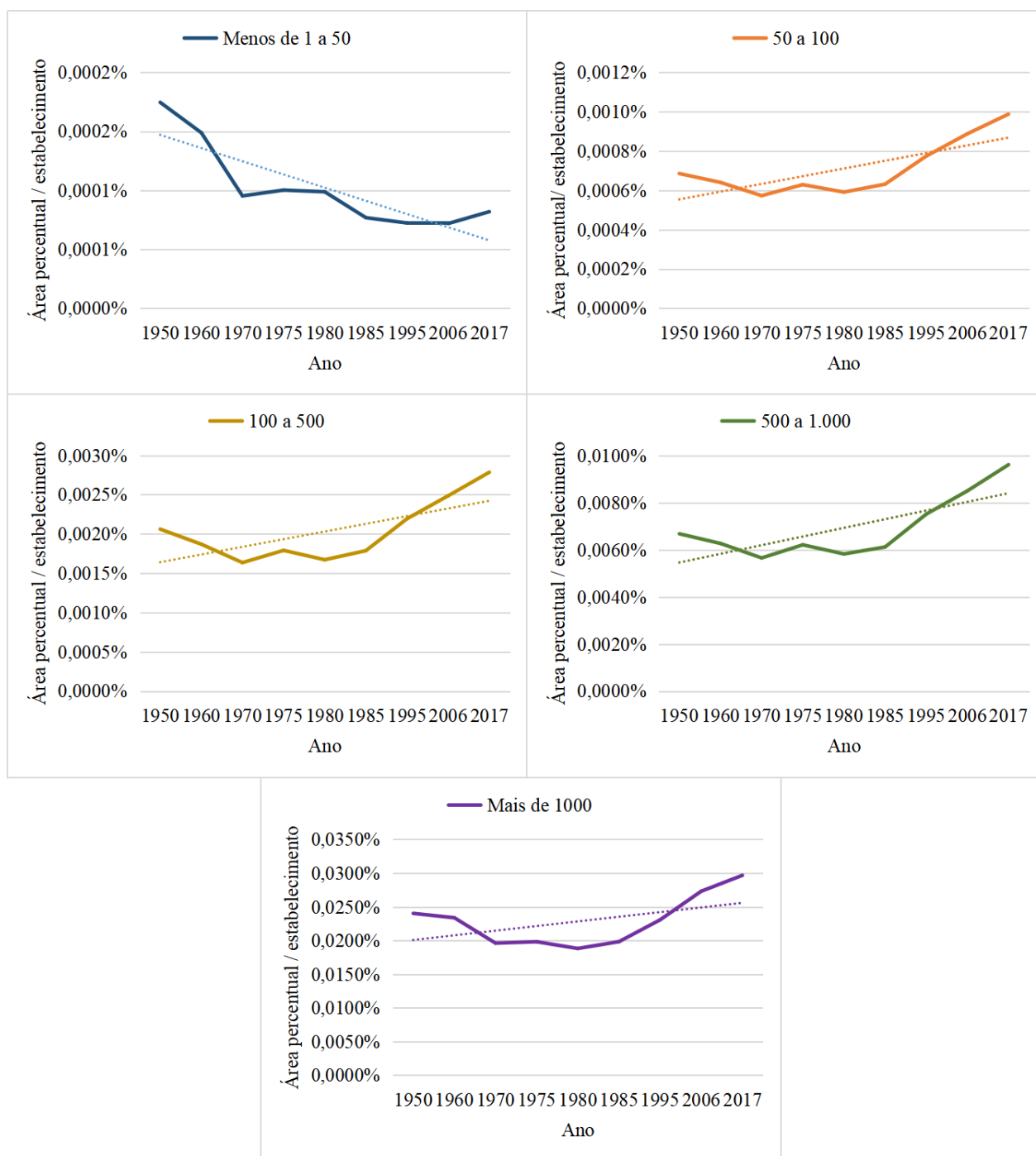
Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

A compreensão dos valores dados é o seguinte, por exemplo, em 1950 dos estabelecimentos classificados entre 1 a 50 hectares, cada estabelecimento possui em média 0,0002% do total da área ocupada por estabelecimentos no Ceará, e ao longo dos anos esse percentual diminui chegando a aproximadamente metade.

Os estabelecimentos de 50 a 100 hectares, na realidade crescem ao longo dos anos, o que não é visto nos dados que não levam em conta a área geral. Já em 1995 e adiante há um crescimento contínuo do percentual de área de cada estabelecimento dessa categoria.

A categoria de 100 a 500 hectares também mostrou um leve crescimento semelhante ao da categoria 50 a 100 hectares. Para ilustrar melhor o que as taxas percentuais indicam, refizemos o gráfico de linearidade agora com o percentual médio da área ocupada pelos grupos abordados.

Gráfico 8 - Área (%) por estabelecimento rural



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2020

Dos estabelecimentos de 500 a 1000 e mais que 1000 hectares da mesma forma que anteriormente, notamos um certo padrão de queda entre os censos agropecuários de 1960 até o censo de 1985, entre os censos de 1995 e o de 2017 há um relativo crescimento do percentual de terra ocupada por estabelecimento destes grupos.

Como no caso anterior todos os modelos de regressão são bem ajustados, e é percebido as transformações na estrutura fundiária sob a ótica do censo agropecuário, a proposta de uma análise dos dados revela que há possibilidades de aprofundamento e ramificações para se descobrir os elementos político-jurídicos e econômicos que regem as políticas agrárias que influenciam na mudança ou permanência do padrão de ocupação na terra no Ceará, podendo-se extrapolar a análise para a escala Brasil em futuros trabalhos. No caso, podemos concluir que:

- A cada 10 anos, há uma diminuição de 0,000014% na área geral dos estabelecimentos da categoria 1 a 50 hectares.
- A cada 10 anos, há um aumento de 0,000052% na área geral dos estabelecimentos da categoria 50 a 100 hectares.
- A cada 10 anos, há um aumento de 0,00013% na área geral dos estabelecimentos da categoria 100 a 500 hectares.

Determinamos assim que de fato há uma condição permanente de concentração fundiária, que influencia e massacra historicamente o campesinato cearense, que vem resistindo e encontrando saídas para garantir a sua reprodução social, conforme abordaremos mais à frente no quarto capítulo desta dissertação.

Para se ter uma dimensão complementar da situação da estrutura fundiária, também recorro aos dados do INCRA disponibilizados através de bancos de dados em documentos obtidos em visitas técnicas, documentos coletados nas pesquisas documentais no órgão responsável e na verificação de publicações referentes aos dados cadastrais. Mostro a partir de uma breve exposição dimensionar ainda mais o problema que é possível constatar a partir da análise prévia já realizada com os dados disponibilizados pelo censo agropecuário.

O INCRA trabalha com a classificação de imóvel rural¹¹ que se diferencia do conceito de estabelecimento agropecuário utilizado pelo IBGE. As informações sobre os imóveis rurais são levantadas a partir do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e geridos através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

¹¹ "Imóvel rural, segundo a legislação agrária, é a área formada por uma ou mais matrículas de terras contínuas, do mesmo titular (proprietário ou posseiro), localizada tanto na zona rural quanto urbana do município. O que caracteriza é a sua destinação agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial." (INCRA, 2019)

Tais informações apresentam as características da estrutura fundiária e outros elementos, mas no momento enfatizo o primeiro elemento. Conforme os dados previamente levantados, apresentados na tabela 10, datados de 2015, é possível averiguar um cenário semelhante referente a concentração fundiária já vista em análise mais detalhada do censo agropecuário.

Tabela 10 - Ceará: Estrutura fundiária por categoria de imóvel rural
Fonte: SNCR 2015, INCRA. Org. Bezerra, I. R.

Como é possível visualizar, os minifúndio no Estado do Ceará representam 77,63% do total de imóveis cadastrados, o que evidencia o processo de

Categoria de imóveis	Imóveis Rurais		Área (ha)	
	Número	Percentual	Hectares (ha)	Percentual
Minifúndio	161.996	77,63%	2.254.355,12	21%
Pequena propriedade	37.418	17,93%	4.270.436,67	41%
Média propriedade	8.315	3,98%	2.781.672,51	27%
Grande propriedade	941	0,45%	1.188.016	11%
TOTAL	208.670	100%	10.494.480,20	100%

minifundização já citado anteriormente, o elevado número desta categoria revela que há uma intrínseca desigualdade no campo, o que torna uma avaliação geohistórica válida para comprovar este cenário de constância. Para demonstrar a gravidade, os minifúndios ocupam 21% da área cadastrada, enquanto as grandes propriedades que representam 0,45% do número de imóveis, sozinhas, ocupam 11% da área cadastrada.

Para uma visão mais específica das condições da estrutura fundiária das terras privadas do Ceará existe documento detalhado sobre as condições dos módulos fiscais (Anexo A) onde a concentração fundiária a partir dos extratos se apresenta de uma forma mais grave, pois demonstra que os grupos que ocupam menores área dentro dos minifúndio e pequenas propriedades sobrevivem no limite de um limiar que é constante na organização espacial do Ceará. Ressaltamos que apesar da datação diferenciada dos dados do INCRA se fez fundamental sua leitura para compreensão da totalidade aqui abordada. Por serem dados recolhidos a partir de auto declaração há uma certa dificuldade em conseguir documentos com

amostragem geral, por isso escolhemos a utilização dos dados publicados de 2015, por serem mais efetivos e menos fragmentados.

Neste sentido, voltamos ao termo utilizado no início deste tópico - os bolsões de minifúndio no Estado do Ceará, como já foi afirmado, existe uma situação uma concentração fundiária permanente, considerando que seja uma condição determinante no entendimento do espaço agrário estadual, os dados do INCRA também somam à demonstração da pulsante desigualdade na distribuição da terra, um primário e estrutural para um projeto de valorização do campesinato.

O que torna evidente um processo reverso à democratização da terra, que se fundamenta em uma constante contradição, entre forças que inviabilizam a efetivação de políticas públicas agrárias e estruturais, mediação encontrada em Cosme (2019) que afirma:

Assim é mister destacarmos que qualquer tentativa de alteração desse estado de coisas vigentes foi duramente enfrentada e repreendida pelas frações da classe dominante, basta citarmos, a título de exemplo, como explicitamos no itens anteriores, a ação das forças da contrarreforma agrária nos últimos 70 anos pelo menos, impedindo qualquer alteração na estrutura fundiária do país. (p. 120)

A afirmativa que há uma sabotagem sistemática para garantir a perpetuação de uma estrutura fundiária altamente concentrada se assinala também em documento referente ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Estado do Ceará (Anexo C) com compilações do ano de 2019, onde os dados coletados se alinham com as comprovações de dados aqui já mostrados. De acordo com este documento o Estado do Ceará, em dados divulgados em setembro de 2019, constava em imóveis rurais cadastrados uma quantidade total de 232.465, desta totalidade 227.448 imóveis representam minifúndio e pequenas propriedades (de 0 a 4 módulos fiscais); 4.329 representam médias propriedades (de 4 a 5 módulos fiscais) e 688 as grandes propriedades (Maior que 15 módulos fiscais).

Os mesmos dados que foram divulgados pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente (SEMACE) revelam que os imóveis com mais de quatro módulos fiscais, apesar de corresponderem a somente 2,15% do total de imóveis cadastrados no estado, representam 32,9% da área cadastrada, temos assim em 3 bases de dados diferentes, uma melhor explorada neste capítulo, um conjunto de evidências que trazem à tona o caráter desigual em que se encontra o espaço agrário cearense, tais

características podem ser extrapoladas em busca de análises a nível Nordeste, Brasil e até América Latina, porém não cabe aqui tal debate. O que resta são questionamentos que nos levam a pensar em como o campesinato resiste dentro desta realidade, quais as estratégias e as políticas públicas que viabilizaram o acesso à terra para este grupo, mesmo enquanto movimento não estrutural.

3.2 Acesso à terra no Ceará

Não é pretendido aqui extenuar um debate e esgotar todas as informações existentes, mas sim enunciar a partir de trabalhos consolidados, informações, números, nomes e programas de políticas de acesso a terra, não deixando de reconhecer que nelas se encerram suas próprias contradições. Para isto alguns autores auxiliam neste empreendimento, seja em informações cruas, seja em seu diálogo com a geografia e a espacialidade destes processos.

Um resgate histórico das informações sobre programas e políticas de acesso a terra no Ceará se constituiu desafio enquanto capacidade de disponibilidade de algumas fontes. Em termos gerais em obras basilares para compreensão da questão agrária no Ceará como Alencar (2005) e Oliveira (2014) que discutem no escopo geográfico a questão agrária cearense, são encontradas informações referentes aos diversos mecanismos de acesso à terra a partir de recortes históricos que percorrem todo o século XX.

Ponto elementos que considero significantes para a compreensão destas ações de intervenção fundiária no Ceará, levando em consideração o recorte histórico da análise dos dados fundiários do IBGE que constituem a revelação do problema central, a concentração fundiária.

Partindo do pressuposto de um debate consolidado em obras de pesquisadoras e pesquisadores desta questão, determino a apresentação de informações em algumas fases: a primeira em que considero a fase prematura destas intervenções/políticas onde no final da primeira metade do século passado podemos encontrar alguns elementos organizativos de tais ações; a segunda que se caracteriza por medidas em plena ditadura civil-militar; e a terceira, onde encontramos elementos enraizados em um neoliberalismo ascendente a partir de 1985 com a abertura democrática do país.

Conforme evidenciado por Alencar (2005) a institucionalização da questão fundiária a partir da criação do Departamento Terras e Colonização (DTC) em 1937 e o próprio Decreto - Lei nº. 1.676 de 20 de março de 1946 que criou a primeira lei de terras no Ceará não imbuíu de caráter prático o acesso à terra, encontrando resultados inconclusivos naquilo que se objetivava a realizar. A primeira intervenção em território cearense veio a partir de ação da Igreja católica em 1956, resultado:

[...] do I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande, Estado da Paraíba, de 21 a 26 de Maio de 1956. Este encontro torna-se referência concernente ao papel da Igreja Católica no Nordeste do Brasil, com relação à sua posição quanto às crises sociais, políticas e econômicas vividas pelo Brasil na década de 1950. A solução das crises para os participantes do encontro passa pelo abastecimento de alimento das grandes cidades, pela reforma agrária e por outras soluções alternativas. (*ibidem*, p. 121)

Esse projeto de engajamento político da Igreja para garantir a relação e ocupação político-ideológica necessária ao campesinato frutificou no projeto de implantação de núcleos de colonização, no Ceará a ação se deu no município de Pacatuba com a compra da fazenda São Jerônimo culminando **Núcleo Colonial Pio XII**. Além deste levantamento outras duas intervenções marcam o Estado do Ceará - a regularização fundiária a partir da década de 1970 e a desapropriação, como medida de implementação da reforma agrária baseada no estatuto da terra de 1964, da fazenda Japuaara no município de Canindé no ano de 1971 (Alencar, 2005).

Para além das intervenções enunciadas acima, programas foram projetados e executados, seja no período da ditadura civil-militar no que tange as prerrogativas deixadas pelo Estatuto da Terra de 1964, partindo da escala federal à estadual. Alguns destes programas merecem atenção para se compreender o emaranhado de contradições que regem a questão fundiária e destaco três breves explicações para enriquecer o debate: o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte Nordeste (PROTERRA), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Plano Regional de Reforma Agrária do Estado do Ceará (PRRA-CE).

Os três programas foram pesquisados por Lima (1990) que buscou compreender a partir destes os problemas inerentes a contradição ocasionada por políticas reformistas:

As explicações para a manutenção das desigualdades do meio rural passam pelo entendimento do tipo de Estado que possui essa sociedade, ao mesmo tempo que é preciso conhecer as nuances da penetração do capitalismo na produção material dessa sociedade. Numa sociedade de classes o Estado não se sobrepõe às classes dominantes, sendo, na verdade, uma relação das classes que conjunturalmente estejam no domínio do poder político (p. 278).

O PROTERRA vigorado a partir de Decreto-lei no. 1179 de julho de 1971 surgiu como projeto de fomentação de acesso a terra, fortalecimento da mão de obra e desenvolvimento da agroindústria, neste caso, no Nordeste, área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), seu ponto primordial era pronunciar o acesso a terra enquanto pauta, mas com mecanismos de fortalecimento das figuras latifundiária a partir dos incentivos a agroindústria e possibilidade de compra de terra com recursos por parcelas da classe dominante. Um dos fatores que beneficiava os latifundiários era a livre escolha da parcela de terra a ser vendida para o tópicos de acesso por parte de camponeses, o que fortalecia uma sobressalente escolha sobre as terras de pior qualidade (*ibidem*, p. 10).

Criado em 1975 o POLONORDESTE surge dentro de um campo de visão enviesado por uma leitura neoclássica do que podemos considerar Região, visto que era entendido que dinâmicas espaciais e econômicas específicas davam um sentido quase natural as desigualdades (GOMES, 1995) e que a correção deveria ser feita pelo Estado. O programa tinha como objetivo criação de polos de desenvolvimento viabilizando um reordenamento fundiário - incorporado em todo o Ceará no que foi denominado **Projeto Ceará**.

Assim, com base no Estatuto da Terra de 1964 o POLONORDESTE tentou se estabelecer como nova *estruturação fundiária*, mas como já discutido acima encerrou-se em suas próprias contradições de (re)produção do latifúndio, pois a irrisória determinação de proporcionar uma reforma agrária ampla e democrática esbarrou nos anseios de enriquecimento dos donos de terra, pois “Como a compra e a venda de terras representava o mecanismo de mais fácil controle pelos latifundiários, foi este o item primordialmente utilizado” (LIMA, 1990, p. 280) garantindo, através deste mecanismo, acesso a parcelas dos recursos destinados ao programa por parte daqueles que articulavam estrategicamente na venda de parcelas de terra contempladas pelo programa.

O PRRA surge a partir do Decreto nº 92.617, de 2 de Maio de 1986. com o objetivo de:

Mudar a estrutura fundiária vigente, distribuindo e redistribuindo terras com vistas à gradual extinção do minifúndio e do latifúndio, assegurando surgimento de regime de posse e uso que atenda ao princípio da justiça social e ao aumento da produtividade, bem como promover o desenvolvimento econômico do país, garantir a realização sócio-econômica e direito à cidadania do trabalhador rural. (BRASIL, 1986).

Dentro de um panorama de elevação das lutas sociais e reabertura democrática ao fim do período ditatorial as junções políticas levaram a esperanças a partir do I PNRA, porém, no que se tratou do Ceará, o PRRA-Ce fruto do programa geral não frutificou em benesses para o campesinato, não enquanto o que havia sido prometido. De acordo com Lima (1990) havia uma perspectiva em plano de dar acesso à terra a 50.100 famílias, porém até o ano de 1989 só havia 4.129 famílias assentadas.

Neste mesmo trabalho, encontramos afirmativas que corroboram com a série histórica analisada, onde apesar de mecanismos e programas de acesso à terra instituídos pelo Estado, não houve a democratização necessária, conforme a tabela 9 podemos verificar o ínfimo número de beneficiários dos programas de acesso à terra apresentados neste trecho. Visualizamos que o número é reduzido e demonstra a ineficácia das tentativas de políticas públicas entre 1971 e 1989, tem-se assim um vislumbre de que as políticas reformistas não transformaram tema tão urgente quanto a organização fundiária do Estado do Ceará.

Tabela 11 - Assentamentos realizados pelo PROTERRA, POLONORDESTE e PRRA no Estado do Ceará (1971-1989)
Fonte: LIMA (1990).

PROGRAMAS	Beneficiários	Imóveis desapropriados
PROTERRA	3.815	254
POLONORDESTE (PROJETO CEARÁ)	819	28
PRRA-CE	4.129	53
TOTAL	8.773	335

A problemática geral, elucidada a partir de informações do PRRA-Ce demonstram a capacidade de entrave político institucional de políticas públicas que atinjam eixos estruturantes do capitalismo brasileiro, como a posse da terra, assim:

[...] as impressões e expectativas com relação a elaboração do PRRA foram a princípio, as melhores possíveis, sentida por diversos segmentos sociais. No entanto suas ações foram ano a ano decaindo, devido, principalmente, a obstáculos políticos institucionais. O I PRRA não conseguiu provocar mudanças estruturais do sistema de **posse e uso da terra**, e tampouco nas relações de produção. (VASCONCELOS, 2007, p. 74, grifo nosso).

Dentro deste debate a década de 1990 em diante também possui seu leque de situações que merecem uma breve enunciação aqui. Compreendendo que esta década se situa em um período constituído por fortes ajustes neoliberais, conforme classifica Fernandes *et. al.* (2017) caracterizando-se em uma conjuntura de políticas valorização do mercado em governos como Sarney (1985-1990), (Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Neste período em questão a reforma agrária assumiu caráter funcional para o mercado financeiro através do interesse do Banco Mundial em medidas de inclusão de mercado, ou seja, como nos traz Sauer e Pereira (2002), uma relação mercadológica da terra para *pequenos agricultores*, conforme visão do projeto, em acesso a parcelas de terras.

Tutelado nos governos de Fernando Henrique Cardoso essa lógica chegou ao Ceará materializado em dois programas durante o período em questão: O projeto São José (*Reforma Agrária Solidária*) e o programa Cédula da terra. Ao discutir a questão Oliveira (2014) apresenta a relação entre funcionamento do capital e o interesse no que se determina a falha central do programa, a não erradicação da pobreza e miséria das famílias camponesas no Estado do Ceará.

Brandão (2000) em estudo da Reforma Agrária Solidária revela que no projeto piloto a meta de 800 famílias contempladas e 40.000ha de área disponibilizada para ação fundiária não foram atendidas em sua integralidade, beneficiando um número de 694 famílias em 23.622,59ha, tal número abaixo do programado se deu principalmente pelo fator do aumento do preço médio do hectare, ocasionando no não atendimento da demanda. Alguns pontos ainda se tornam fundamentais na avaliação geral do programa, como a necessidade de paridade de tratamento de assentados da ação e das áreas oriundas da desapropriação para fins sociais, intensificação da assistência técnica, amortização e carência de valores pagos por beneficiários além de aumento e extensão do número de beneficiados.

Importante também frisar o papel do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) durante o governo petista de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) que apresentava como meta assentar 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003 a 2006 (FERNANDES, 2013), porém atingiu somente 37% da meta em seus dois mandatos.

A questão de apresentar um debate breve sobre as diversas ações, programas e políticas se dá na necessidade de demonstrar que as metas tímidas, muitas vezes contraditórias a própria lógica de um Estado que resguarda o latifúndio como elemento estruturante de sua organização, justifica em grande parte, a situação de concentração fundiária permanente detectada nos dados dos censos agropecuários no decorrer de 7 décadas.

A atual conjuntura que se inicia com o governo Michel Temer (2016-2017) após golpe instituído contra o governo eleito de Dilma Roussef apresenta novas camadas para o debate, a paralisação de políticas públicas de acesso a terra, o sucateamento de órgãos como o INCRA, extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) são continuidades de uma lógica que não admite espaço ao camponês. O Governo eleito de Jair Bolsonaro em 2019, subsidiado pelo agronegócio e pela face mais brutal da violência no campo segue em uma ode de aversão a qualquer ideia de reforma agrária democrática.

Porém, entendemos que a continuidade do campesinato em meio a esta conjuntura e por todas as situações determinadas durante as últimas décadas se dar em um processo de constante resistência, a partir das mesmas ações contraditórias citadas, há a semente da esperança na permanência destes sujeitos como categoria

social determinante para além do espaço agrário. A fim de compreender melhor, recorreremos as práticas materiais de resistência e modo de vida a partir dos assentamentos analisados no capítulo seguinte.

4 FORMAS DE POSSE E USO DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E 13 DE MAIO – QUIXADÁ/CE

4.1 Quixadá e os Assentamentos rurais: em busca de uma autonomia camponesa

Neste cenário de concentração fundiária, constatado no Estado do Ceará, tornou-se necessário um mergulho mais profundo para identificar e compreender como se dá a permanência de um campesinato, nas diversas formas na qual se materializam. A alternativa seguida na pesquisa foi determinar uma área que se caracteriza pelo histórico da concentração fundiária, Quixadá/CE no sertão central cearense.

Quixadá está localizada no sertão central do Estado, aproximadamente a 172km de distância da capital, constituindo-se enquanto um dos municípios mais importantes do sertão cearense. De acordo com a caracterização fornecida pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o município foi fundado oficialmente em 1870, constituindo assim uma cidade que possui muitas especificidades históricas.

Possui uma área de 2.019,8 hectares, caracterizada pelo clima tropical quente semiárido e constituído por um relevo caracterizado pela depressão sertaneja e maciços residuais, também conhecidos por *inselbergs*, assinatura que concede uma imagem característica de Quixadá (IPECE, 2019).

Tabela 12 - Distritos do município de Quixadá/CE

Distrito	Ano de criação
Quixadá	1870
Califórnia	1993
Cipó dos Anjos	1964
Custódio	1937
Daniel Queiroz	1933
Dom Maurício	1938
Juá	1993
Juatama	1933
São Bernardo	1991
São João dos Queirozes	1990
Riacho Verde	-
Várzea da Onça	-
Tapuiará	1943

Fonte: Perfil Municipal Quixadá 2017, IPECE. Org. Bezerra, I. R.

O município é formado por treze distritos (ver tabela 12) que conformam sua organização interna, sendo o distrito de Quixadá sede do município, o mais importante em termos econômicos, populacionais e políticos. O município possui 80.604 habitantes, destes 71,32% são considerados população urbana e 28,68% população rural (IPECE, 2017).

É um dos municípios mais importantes na produção agropecuária do sertão central, e tem uma participação fundamental nas culturas características da agricultura familiar camponesa (ver tabela 13), o milho é uma das principais culturas, pois, além do consumo para alimentação animal o valor agregado que representa é de importância para o complemento da renda familiar, como pode ser visto é o produto que teve Maior área colhida e Maior rendimento no ano agrícola de 2018¹². Em seguida, aparece o feijão com uma área colhida de 3.610 ha. O algodão, embora tradicional, apresenta uma pequena quantidade colhida, sendo o retrato dos processos de sua decadência, conforme será contextualizada a frente.

Tabela 13 - Culturas agrícolas de Quixadá/CE: Ano Agrícola 2018

Produto	Produção (tonelada)	Área colhida (ha)	Rendimento (kg/ha)
Milho em grão	3870	4300	900
Mandioca	75	13	5769
Feijão em grão	1772	3610	491
Algodão Herbáceo	80	100	800

Fonte: SIDRA 2019, IBGE. Org. Bezerra, I. R

Ao analisar a malha fundiária de Quixadá percebo que 67,40% dos imóveis rurais são formados por minifúndios e ocupa uma área de apenas 13%, o que caracteriza o município com um dos bolsões de minifúndio. Quando amplio a combinação entre minifúndios e pequenas propriedades, o município possui 91,58% dos imóveis rurais ocupando 40% da área de imóveis cadastrados. Por outro lado, as grandes propriedades, representam 1,41% dos imóveis rurais e ocupam quase 1/3 da área, determinando uma concentração de terra.

¹² Ano agrícola de 2018 é o mais recente disponibilizado pelo SIDRA – IBGE.

Tabela 14 - Estrutura fundiária de Quixadá/CE por categoria de imóvel rural em 2019

Fonte: SNCR 2019, INCRA. Org. Bezerra, I. R.

A produção de galinha, na forma das granjas, e um elemento importante na

QUIXADÁ – ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL - 2019				
Categoria de imóveis	Imóveis Rurais		Área (ha)	
	Número	Percentual	Hectares (ha)	Percentual
Minifúndio	2.194	67,40%	36.697,05	13%
Pequena propriedade	787	24,18%	74.697,01	27%
Média propriedade	228	7,00%	84.863,75	30%
Grande propriedade	46	1,41%	83.243	30%
TOTAL	3.255	100%	279.500,37	100%

economia agrícola do município, de acordo com levantamento de Pesquisa da Pecuária Municipal, o número do rebanho de galináceos total era de 3.100.000 em 2018, já no ano seguinte o número aumentou para 3.250.000, o que mostra grande participação do setor nos atos agrícolas que constituem a atividade primária de Quixadá.

Com relação aos assentamentos rurais são nove: Califórnia, Monte Castelo, Campo Alegre, Olivença/Palmares, Tijuca/Boa Vista, Iracema, Guanabara/Manaus e Geraldo Onofre. Estes assentamentos se apresentam como perspectiva antagônica ao modelo de desenvolvimento imposto e materializado nos latifúndios.

Para aproximar-me ao máximo da realidade concreta do município de Quixadá recorri ao trabalho de campo. Através de participação em reuniões e realização de entrevistas abertas, foi possível verificar a dinâmica e apontamentos que deliberam as possibilidades para os caminhos a serem seguidos na construção da pesquisa.

No município, o ponto de partida que revelou algumas proposições da questão agrária de Quixadá sob a perspectiva institucional aconteceu na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar com uma roda de conversa com secretário da pasta e alguns funcionários, a metodologia se fundamentou na perspectiva de buscar a compreensão narrativa (MOURA E LIMA, 2014) sob a ótica

institucional da agricultura local, os relatos obtidos se encontram abaixo, onde sistematizados funcionam como panorama do objetivo enunciado.

Quixadá se caracteriza por uma agricultura baseada na Oiticica; Carnaúba; e Cultivos caracteristicamente da agricultura familiar e economia local (feijão, milho e algodão)¹³. Estes cultivos se alinham com a pecuária que sempre esteve presente, variando sua importância no tempo e espaço. O secretário chama atenção para o papel da Serra do Estevão, onde na década de 1960 a produção de cana através do engenho de rapadura era significativa, somada as grandes farinhadas que ocorriam, no atual distrito Dom Maurício.

Ainda na década de 1960, era comum a prática da troca de produtos, como milho, feijão, galinhas, dentre outras culturas da agricultura familiar camponesa, entre as famílias. Esta prática, ainda persiste em algumas comunidades, gerando e fortalecendo a sociabilidade, fraternidade frequentes até hoje.

Como é sabido, no século XX o Ceará se tornou grande produtor de algodão para exportação, fatores geopolíticos e geoeconômicos influenciaram fortemente na alta demanda que culminou na priorização da cultura do algodão.

A cotonicultura significou a interrupção do exclusivismo pastoril do Ceará. Como estado com maior porção territorial com clima semiárido intensifica-se a plantação algodoeira, fortalecendo-se como base econômica (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011, p. 56).

Em Quixadá a intensificação desta cultura se deu neste contexto, a partir da instalação de usinas que centralizavam a partir da compra da produção, com preços definidos a partir da cotação de mercados e da chegada da ferrovia, fundamental para o escoamento da produção. A indústria do algodão gerou uma cadeia de crescimento que elevou o município de Quixadá em grau de importância.

A decadência da cultura do algodão ocorreu por alguns fatores, o primeiro deles foi a denominada “praga do bicudo” que se disseminou dizimando inúmeras plantações de algodão no Ceará. Importante frisar que numa perspectiva agroecológica o bicudo também faz parte da natureza e a necessidade de métodos diversos, através do conhecimento e respeito aos tempos da natureza (REDAÇÃO SEMEAR, 2019).

¹³ Informação verbal (Secretaria de desenvolvimento rural e agricultura familiar, QUIXADÁ, 2019)

Um segundo fator, foram os aumentos dos custos de produção em decorrência da praga do bicudo, que inviabilizou a continuação da produção com a garantia de preços justos pelo trabalho e recursos investidos na lavoura. Estes dois fatores se atrelam a elementos da problemática do acesso à terra e conflitos sociais, proporcionaram a decadência do algodão.

Outras cadeias produtivas desenvolveram-se, principalmente as vinculadas a pecuária, exemplo disto é a cadeia produtiva de laticínios que influenciou diretamente na agropecuária quixadaense. Com a instalação de indústrias do setor em Fortaleza e com a interiorização que chegou a Quixadá a importância da pecuária leiteira cresceu. Em períodos anteriores, leite e seus derivados não possuíam uma precificação alta, devido a cultura da troca de queijos, nata, coalhada e outros derivados. Porém, com este desenvolvimento houve aumento da precificação do leite, e a pecuária leiteira assumiu um panorama comercial. No período da década de 1970 a produção de leite do município chegava a 75.000 litros por dia. A cadeia produtiva do leite permanece importante, porém houve diminuição para 45.000 litros de leite por dia¹⁴.

Atualmente a Secretaria de Agricultura Municipal tem com um dos principais objetivos atender a agricultura familiar camponesa. Uma das suas ações é a feira dos animais no Parque de Exposições da Secretaria, uma vez por semana. Esta é uma das Maiores feiras de pecuária recorrente do Estado, e talvez seja, a Maior devido sua rede de influência e a existência produtores e vendedores vindo de todos os cantos do Ceará e de outros estados, como foi possível encontrar-me com grupos do Rio Grande do Norte e Paraíba. Há uma circulação em média de 1.200 a 1.300 cabeças de animais (entre ovinos, caprinos e bovinos). A prefeitura de Quixadá semanalmente organiza a infraestrutura e cadastramento, tornando a feira agenda recorrente da pauta agropecuária do município e arredores.

Nas informações recolhidas na pasta se evidenciou o Projeto Fomento Mulher, que é implementado através de um termo de cooperação entre INCRA e prefeitura com um financiamento de R\$ 5.000,00 por beneficiária, para investimentos

¹⁴ Informações cedidas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, apesar de informações incompletas, é possível associar a queda da produção leiteira ao forte período de estiagem em que o Estado do Ceará, e as áreas mais secas como o sertão central, passaram na última década.

em agropecuária e mecanização, fornecendo garantia para melhorias da produtividade (anexo b). O projeto foi desenvolvido em parceria com o INCRA, coube ao órgão federal os recursos financeiros e a prefeitura a assistência técnica. Os assentamentos beneficiados são:

1. Assentamento Geraldo Onofre (estadual)
2. Assentamento Olivença/Palmares;
3. Assentamento 13 de Maio;
4. Assentamento Califórnia;
5. Assentamento Guanabara/Manaus;
6. Assentamento Francisca Pinto;
7. Assentamento Campo Alegre;
8. Assentamento Iracema;
9. Assentamento Boa vista;

Houve incremento da pecuária através de compras de criação, ovinos e caprinos, incremento da produção agrícola e mecanização com compras de equipamentos como forrageiros. Neste cenário os assentamentos Califórnia e 13 de Maio se destacam como participantes do projeto, o que determina que há uma importante significância da agricultura familiar nestes assentamentos, tendo o crédito do projeto em questão fortalecido a autonomia e a agricultura familiar na figura das mulheres.

Outro projeto fundamental para agricultura citado foi o Programa de Irrigação minha Propriedade – PIMP (verificar área de abrangência, informações e período em que foi implementado) de acordo com documentos da secretaria. Houve uma diversidade de projetos voltados à agropecuária no período entre 2004 e 2014, informação que entra em conflito com o detalhe de falta de políticas e projetos nas gestões anteriores¹⁵.

Outro projeto fundamental para agricultura citado foi o Programa de Irrigação minha Propriedade – PIMP. Houve uma diversidade de projetos voltados à

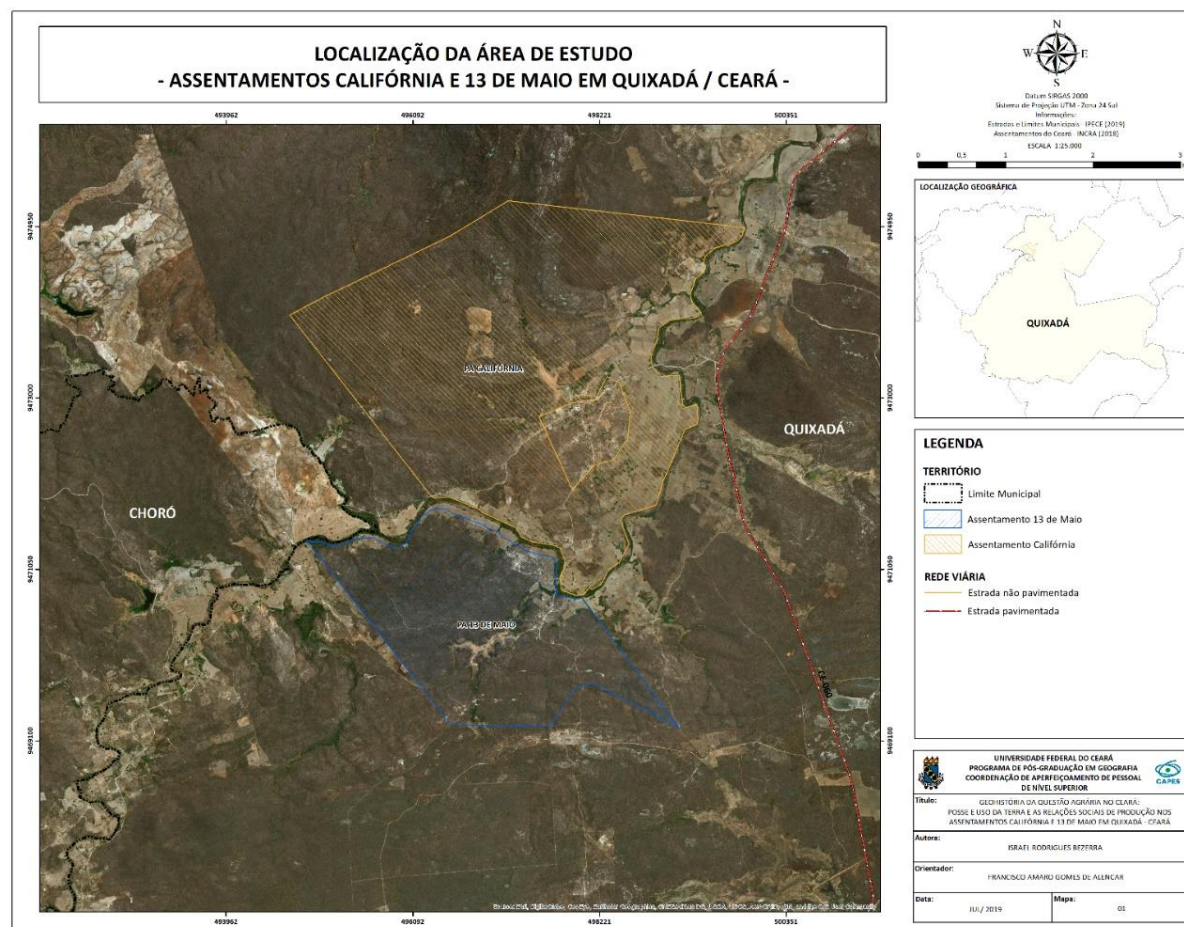
¹⁵ Existe uma falta de registros e arquivos, as informações e sistematizações das políticas públicas são encontradas em depoimentos e em informações localizadas de forma irregular na internet.

agropecuária no período entre 2004 e 2014, informação que entra em conflito com o detalhe de falta de políticas e projetos nas gestões anteriores.

O Assentamento 13 de Maio tem doze famílias, porém, somente cinco foram beneficiadas com Projeto Fomento Mulher. O Assentamento Califórnia possui 47 famílias, destas apenas 15 famílias foram beneficiadas com o Projeto Fomento Mulher. Destaco que de acordo com documento do termo de cooperação do projeto em questão (anexo b), Califórnia e 13 de Maio são os únicos assentamentos com todas as famílias homologadas. Os demais listados possuem menos famílias homologadas do que de fato poderiam de acordo com as respectivas capacidades produtivas dos assentamentos.

Os Assentamentos Califórnia e 13 de Maio são frutos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, portanto, são considerados assentamentos federais, logo, vinculados ao INCRA-CE (v. figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização dos P.A Califórnia e 13 de Maio



Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Para evidenciar a importância dos assentamentos na luta pela terra Fernandes (1998), caracteriza o assentamento como uma fração do território, já que a partir das conquistas de sua implantação, o assentamento propicia a união de sujeitos com interesses em comum mobilização e de organização de experiências e estratégias que fortalecem a luta do camponês, perante o Estado.

Os assentamentos rurais são resultantes de processos políticos, de luta e de conquistas que geram a ação do Estado no comprometimento na implantação de assentamentos, mas é necessário saber que a luta não cessa na conquista da terra em si, para isso são necessárias garantias de produção e aporte de necessidades básicas, como habitação, educação, saúde e lazer

Na gestão do assentamento é necessário que ocorram benfeitorias para que possam desenvolver atividades produtivas e que alcance os resultados que os assentados almejam. Segundo Alencar (2000, p.85) as famílias assentadas têm consciência de que, para superar a servidão, necessitam de recursos financeiros em tempo para financiamento das atividades produtivas. Trabalham em sistema de cooperação, mutirão, roçados coletivos e apresentam resultados que possibilitam razoáveis

Assim neste conjunto de relações entre o camponês assentado e o Estado, entendo que o processo de luta, resistência e conquista se enraíza em um fundamento que pode ser determinado como a busca por uma autonomia camponesa, fundamentada na dignidade humana, no direito de produzir em terra própria, de garantias de direitos e afirmação da agricultura como modo de vida viável para a população do campo e em específico o campesinato.

Esta compreensão de autonomia se constitui a partir do fortalecimento da campesinidade, onde as afirmações socioculturais se materializam nas formas de produzir, se relacionar, trabalhar e cuidar da natureza, a força de uma organização *tipicamente camponesa*, não significando um retorno ao passado, mas a persistência da organização camponesa e sua conseqüente permanência (ILHA, 2017) a autonomia emerge como elemento primordial na luta popular por terra e garantias de qualidade de vida para a população do campo.

A busca de uma discussão teórica fundada brevemente exposta aqui, é o caminho encontrado para captar a essência da realidade e dos processos que ocorrem no espaço geográfico. Os assentamentos rurais e as atividades

desenvolvidas nele depois de implantado são motores da dinâmica do espaço agrário, e entende-los nos auxilia na interpretação de nossa sociedade.

As relações políticas que regem a organização espacial do campo brasileiro trazem questões constantes. Os questionamentos sobre a (re)existência são necessários, para compreender o papel dos assentamentos rurais. Assentamentos enquanto locus de humanismo radical, apresenta respostas para o ponto primordial evidenciado no trabalho até aqui construído: a permanência do campesinato em um contexto de concentração fundiária permanente. Apesar das transformações das formas de ocupação no espaço agrário, duas situações ainda coexistem, o latifúndio e o campesinato e a organização da luta nos assentamentos apresentam algumas respostas essenciais.

4.2 Assentamento Califórnia: Sujeição, luta, resistência e conquista

Para compreender as formas de posse e uso da terra no Assentamento Califórnia, recorri ao trabalho de campo, para perceber melhor as nuances da trajetória do assentamento Califórnia. A partir de relatos e leitura de alguns documentos históricos foi possível traçar um perfil inicial da caminhada das famílias assentadas no imóvel Califórnia.

O assentamento em questão está inserido em um território marcado por conflitos e resistências, como já abordado, em um cenário de concentração fundiária naturalizado. A luta dos camponeses começou quando ainda eram moradores da fazenda também denominada Califórnia. Conforme Martins (2004) moradores de sujeição são aqueles que vivem na área da fazenda com pequeno sítio de plantio cedido, geralmente fornecendo serviço e parte da produção para o dono da fazenda.

A fazenda pertenceu no século XIX a Arcelino de Queiroz e com sua morte, os seus herdeiros ganharam direito sob a propriedade. Justamente neste período se evidencia o regime de trabalho que caracterizava a condição de sujeição dos antigos moradores. Os moradores eram responsáveis pela quase totalidade da produção de milho, feijão, algodão e outras culturas, pagavam a chamada renda conhecida como meia – em que toda a produção, metade ficava com os donos da fazenda – era a garantia de permanência na terra, além da renda em trabalho cedida na lavoura da fazenda, e os restos dos roçados ficavam para o gado..

A renda em trabalho se caracterizava a partir do período de plantio e colheita quando os moradores cediam de 2 a 3 dias de trabalho por semana a fazenda, gerando assim um desequilíbrio com a manutenção dos próprios cultivos. Compreendo renda da terra a partir da leitura de Marx (2017) que a caracteriza como uma forma pré-capitalista de sujeição da riqueza produzida. A renda em trabalho logo se caracteriza quando o camponês paga o uso da terra com dias dedicados a trabalho não remunerado na lavoura do grande proprietário.

No contexto da produção de milho e feijão era significativa e o trabalho empregado na agricultura não compensava com o sistema imposto, a articulação entre os camponeses desencadeou conflitos com os donos herdeiros da fazenda nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, os proprietários não aceitavam a redução da renda paga. Os movimentos de articulação das lutas sociais se fortaleceram na década de 1970 juntamente com o apoio do Sindicato e da Igreja nas figuras de Padre Moacir e Irmã Cleide (FONTES, 2014). A principal reivindicação era o pagamento de renda de 10% para o fazendeiro, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Terra de 1964. O objetivo era o fim do pagamento da renda meia e da renda em trabalho paga.

Com a intensificação dos conflitos, segundo narrativa dos assentados e processo oficial do INCRA, um conflito que causou a morte de duas pessoas trouxe a urgente inserção do INCRA, fazendo com que a desapropriação ocorresse.

Um conflito no dia 10 de novembro de 1984 provocou a morte de Francisco Tavares, irmão do esposo de Rachelzinha Queiroz (prima da escritora), pelo morador Manoel Ferreira da Silva. Isso elevou a tensão e como reação dos donos houve a morte do morador José Antônio. Nove meses depois, Califórnia foi desapropriada pelo INCRA e para lá rumaram outras famílias, perfazendo um total de 90. Embora tivessem tido o apoio do Padre Moacir, das Irmãs Cleide e Tereza (padre e irmãs das CEB's), a Associação seguiu as orientações dadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá e pelo advogado Ilário Marques. (MUNIZ, 2019, p. 259).

Em relato do presidente da associação de Califórnia existiam no início da luta 61 famílias envolvidas, mas que após consolidação do projeto, permaneceram as 47 famílias que hoje constam no cadastro oficial do INCRA (SIPRA). De acordo com

dados oficiais do INCRA o assentamento Califórnia tem como data de criação o dia 26 de agosto de 1986¹⁶.

O assentamento é formado por um grupo de três famílias principais, que estão no Califórnia desde o final do século XIX Garcia, Alípio e Pindó que “estão lá desde que se entendem enquanto gente”¹⁷. Os relatos são tão antigos que revelam de acordo com alguns assentados a existência de escravos na antiga fazenda Califórnia. A casa grande da fazenda (figura 2) era conhecida por suas inúmeras janelas, segundo informações, o número total chegava a 166 fazendo com que fosse símbolo e frutificasse diversas histórias a seu respeito. Também existia um engenho para atender a demanda da plantação de cana-de-açúcar existente na fazenda, principal cultura da lavoura dos fazendeiros do período.

Figura 2 - Ruínas da casa grande da antiga Fazenda Califórnia



Fonte: Do autor, 2019

Figura 3 - Área de plantio planejada para irrigação

¹⁶ Informações preliminares adquiridas através do <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

¹⁷ Informação verbal.



Fonte: Do autor, 2019

O assentamento tem aproximadamente 1.200 ha. E já foi implementado alguns projetos. Sr. Maurício chama atenção para dois projetos, um é o Projeto São José, em que a comunidade foi beneficiada com um trator. O outro é o projeto Fomento Mulher, já citado na reunião com o técnico da secretaria de agricultura familiar, que atendeu 15 mulheres, com o recurso para criações e agricultura. Também existe uma área de 24 ha. que era previsto um sistema de irrigação (figura 3), porém com a falta de vazão de água para o encaminhamento o projeto foi deixado de lado. Nesse local está o cultivo de milho em sequeiro.

As famílias assentadas são a terceira geração a viver no que era antiga fazenda Califórnia. Os moradores antigos, as gerações anteriores viveram sob jugo de fazendeiros, a fazenda foi vendida 2 vezes, porém é preciso buscar informações mais apuradas sobre a menção destes processos. Mesmo com esta mudança de gestão da fazenda os camponeses permaneciam no sistema de meia e de tempo de serviço, mas foi com os atuais assentados que a luta e resistência atingiu patamares que se materializaram no atual projeto de assentamento Califórnia.

Figura 4 - Trator recém-adquirido P.A Califórnia



Fonte: Do autor, 2019

Dentro da área do assentamento a dinâmica de subjugação foi aos poucos sendo superada. Existe uma agricultura autônoma no sentido de ser produzida por e para os assentados. Nesse sentido as famílias produzem fava, mandioca, cana-de-açúcar, algodão. Eles destacam como principais produtos o milho e o feijão para consumo e comercialização, particularmente o milho pelo potencial de venda. A capacidade produtiva do assentamento fornece controle do processo de venda sem participação de atravessadores, a associação possui dois tratores (figura 4), um mais antigo e recém-adquirido a partir do projeto São José, o que potencializa a produção do milho, principal cultura do assentamento, com a ajuda do trator em 2019 colheita já representa 1.500 sacas de milho contra 400 do ano de 2018 (figura 5).

Figura 5 - Estoque da colheita de milho P.A Califórnia



Fonte: Do autor, 2019

Os assentados possuem lotes individuais para a plantação, variando de 3 a 4 hectares, os lotes são separados e ficam nas extremidades do assentamento, fora do núcleo de moradia, geralmente trabalham sozinhos e com familiares em momentos oportunos – pois é comum nas falas de vários assentados que os filhos não devem ir para o roçado e sim para escola – em períodos de colheita, onde há necessidade de aumento da mão de obra, e os filhos não participam, especificamente na quebra do milho geralmente há o pagamento de diária, devido a complexidade e o peso do trabalho despendido.

Os quintais produtivos não surgem como significativos e segundo relato de assentados¹⁸ existe uma dificuldade em aumentar estes tipos de ações. Foi evidenciado de formas gerais o calendário agrícola do milho e feijão, evidenciando o trabalho anual e a forma camponesa de produção. A agroecologia não se apresenta como alternativa priorizada, mas os agrotóxicos são evitados, existem produções com sementes crioulas e há aproveitamento de áreas “nas beiras” (constituindo áreas de planície próxima a córregos e pequenos corpos hídricos) da cultura do milho para a produção de mandioca, favas e outras culturas da agricultura familiar.

Os assentados são a terceira geração, de agricultores que eram moradores e hoje conquistaram o direito de acesso a terra, muitas memórias constroem o território do Assentamento Califórnia, e o que as define é a resistência e a força de vontade. Mesmo em meio a dificuldades os trabalhos nos roçados continuam, as

¹⁸ Informação verbal

festas e alegrias são compartilhadas na festa do milho, que ocorre em junho, toda a colheita é seguida por um calendário agrícola que especifica as atividades anuais dos assentados (apêndice a).

Dentro desta dinâmica de relações sociais de produção que moldam a organização espacial do P.A Califórnia se insere em uma intersecção de avanço das urbanidades sob o espaço agrário, um processo corrente e contemporâneo importante é sobre a ocupação de outras pessoas nos arredores do assentamento, a igreja recebeu doação de terra para santo, porém foram vendidas e há o aumento populacional no núcleo urbano do Distrito Califórnia que fica dentro da área do assentamento, existindo uma intersecção de instâncias municipal e federal (ainda resta Maior esclarecimento sobre a criação do distrito em 1993¹⁹, que de acordo com poligonal do sistema de cadastro do INCRA, se encontra dentro do assentamento, este tem seus 1200 hectares ao redor desta área municipal).

Neste sentido informação importante sobre P.A Califórnia se deu na perspectiva do decreto que determinou um distrito dentro do território do projeto de assentamento, durante o período da implementação do Projeto Fomento Mulher, um debate sobre regularização fundiária foi realizado para determinar os reais beneficiários do programa nacional de reforma agrária. Técnicos do INCRA estiveram à frente deste trabalho de regularização, desencadeado pelo avanço do núcleo urbano e de pessoas não beneficiárias para dentro do território do assentamento.

Durante o percurso em trabalho de campo muitas observações foram feitas, no sentido de descobrir as relações que se invocam na dinâmica do assentamento. A postura dos sujeitos sociais ali alocados se traduz nas relações sociais de produção desenvolvidas, há uma mediação natureza-sociedade a partir das práticas de agricultura e das autonomias. A condição de morador requeria especificidades que a condição de assentado não requer e vice-versa. Com o aprofundamento a partir das análises do documento e o resgate geohistórico que os próximos passos da pesquisa apresentam poderei traçar o perfil vivenciado pelos assentados no decorrer do século XX, fornecendo um diálogo Maior com os dados obtidos e mostrados na dissertação.

4.3 Assentamento 13 de Maio: Nos rastros da luta pela terra

¹⁹ Pela lei municipal nº 1528, de 09-09-1993, foram criados os distritos de Califórnia e Juá e anexado ao município de Quixadá.

No mundo das ocupações de terra, aqueles que participam de uma ocupação e subseqüentemente de um acampamento devem seguir uma etiqueta particular: montar um barraco e se instalar debaixo da lona preta. Essa é a forma apropriada de proceder e de “dizer” que se quer terra e que se “pertence” a determinado acampamento. (LOERA, 2014, p. 47).

O assentamento 13 de Maio localizado ao lado do P.A Califórnia se diferencia no processo de ocupação histórica a partir das relações sociais de produção. O que se evidencia não é um traçado histórico de média ou longa duração, mas sim uma história recente caracterizada pela luta e pelas estratégias de ocupação de terra a partir da lona preta.

O acesso ao P.A 13 de Maio (figura 6) é difícil considerando o seu vizinho P.A Califórnia, sendo necessário inclusive passar pela área do segundo para chegar ao 13 de Maio. Atualmente o assentamento possui 530 ha com capacidade de 12 famílias cadastradas e assentadas. A luta pela terra do assentamento se deu de forma a resistir a pobreza rural, a ocupação iniciou-se em 2005 com o apoio de moradores do distrito Califórnia e assentados do P.A Califórnia.

Figura 6 - P.A 13 de Maio



Fonte: Do autor, 2019

O processo de ocupação durou 4 anos, a fazenda que deu origem a esse P.A pertencia a um fazendeiro que nunca fez questão de disputar diretamente com os ocupantes, a fazenda foi obtida através de desapropriação no ano de 2008 e logo em seguida, no ano de 2009 foi instituído o assentamento. O tempo de ocupação se deu

pela morosidade do processo de desapropriação e não diretamente por conflitos diretos ao suposto dono da fazenda.

As famílias assentadas vieram do distrito Califórnia, agricultores sem-terra que viram na luta e ocupação uma chance de ter *seu pedaço de chão*²⁰. Antes da desapropriação a produção era feita nas várzeas e “nas beiras”, em pequenas lavouras. Somente após a conquista do assentamento é que de fato a produção de milho e feijão se iniciou nos 3 hectares que em média são produzidos por cada assentado. Não há lavoura coletiva, cada agricultor possui seu roçado.

Milho e feijão também são as principais culturas do P.A 13 de Maio, padrão semelhante ao verificado no P.A Califórnia, com destaque para o milho devido sua importância de consumo e excedente para comercialização. De acordo com assentados a safra anual foi de 50 sacas²¹ de milho por unidade produtiva, o que configura uma colheita abaixo do que foi verificado no assentamento Califórnia.

As condições de produção são diferenciadas, há uma estrutura organizacional que difere da vista no P.A Califórnia, alguns elementos precisam ser aprofundados em futuros desdobramentos do trabalho para identificar com maior precisão o baixo nível produtivo do assentamento, uma das dificuldades encontradas durante a pandemia. As relações sociais de produção desenvolvidas caracterizam uma fragmentação do trabalho, pois alguns assentados se dividem entre o roçado familiar e o fornecimento de diárias de trabalho nas lavouras do Assentamento Califórnia.

Apesar das dificuldades existentes fica acentuada a importância do projeto fomento mulher, termo de cooperação INCRA e prefeitura de Quixadá, a assistência técnica e a injeção de recursos fornecem possibilidades que podem mitigar a necessidade de outras formas de trabalho fora dos roçados do assentamento. Uma análise e inventário das políticas que influenciam diretamente nas formas de posse e uso da terra que o campesinato vem desenvolvendo no decorrer da geohistória agrária do Ceará são fundamentais e a construção do perfil a partir dos assentamentos escolhidos tem fornecido caminhos e indicativos.

²⁰ Informação verbal – expressão utilizada em relato fornecido por assentado.

²¹ Informação verbal - adquirida de relato de camponês assentado através de controle de sua caderneta de produção.

Na fala dos assentados é evidente o discurso referente mudança de qualidade de vida, a terra nas mãos do campesinato encerra com a necessidade de submissão aos fazendeiros e grandes proprietários. A autonomia é o caminho principal que se apresenta a partir da mudança efetiva da posse e uso da terra, o campesinato assumindo o controle da posse da terra oferta novas possibilidades de uso que avançam no sentido da (re)produção enquanto sujeitos sociais.

As tentativas de contato com o Assentamento 13 de Maio apresentou certa complexidade ainda antes do período de pandemia do ano de 2020. As 12 famílias vivem em uma área mais afastada e de acesso difícil, durante o período do trabalho de campo o período da quebra de milho fizera com que os assentados, em sua maior parte homens jovens fossem trabalhar como diaristas na quebra do milho no Assentamento Califórnia.

O trabalho diário consiste em prestar dias de serviço devido a alta demanda e necessidade de mão de obra, este tipo de relação pode ser conceituada como a medida necessária para garantir os recursos da reprodução da vida, muitas vezes não alcançado através da produção agropecuária, que pode encontrar problemas, como alguns que foram percebidos, tais como: estiagem prolongada, falta de assistência técnica, baixo nível de produtividade.

Esta relação de trabalho, mesmo feita em solidariedade entre camponeses dos dois assentamentos consiste em uma relação tradicional-moderna que se caracteriza por ser elemento das transformações sociais no campo, mas também pela permanência de formas de sociabilidade que contribuem para a produção da vida e da sociedade (MARTINS, 1975).

A máquina e o trator que debulham o milho são operadas e abastecidas por um trabalhador que cumpre uma função que em sua aparência é antagônica, mas que permanecem em sua essência no mesmo espaço-tempo. Estas relações entre os dois assentamentos poderiam ser melhor avaliadas em um segundo trabalho de campo, impossibilitado pela pandemia e o fechamento total realizado no Município de Quixadá.

Porém é entendido que mesmo em uma relação de trabalho fora do roçado familiar e do assentamento esta relação ainda se constitui como escolha do camponês, ou seja, mesmo forçado pelas dificuldades de produção e colheita o trabalho em forma de diária em outro assentamento constitui elemento de uma rede

de solidariedade e não a sujeição, pois o elemento de garantia de sua terra é fundamental para determinar sua liberdade.

Conseguir manter-se na terra, tanto para o pequeno produtor quanto para o foreiro, significa conservar sua condição de livres em contraposição ao morador e ao trabalhador assalariado, que são considerados como sujeitos.” (p. 142)

A terra surge como condição da liberdade, de certa forma considerar uma das formas de humanismo radical dos grupos camponeses. A permanência na terra, as condições de produção, o reconhecimento da função da agricultura soma-se as lutas e a rede de solidariedade, formando um elo que contribuiu ativamente para a permanência destes camponeses assentados, mesmo como já comprovado, em uma realidade que apresenta a constante priorização do latifúndio e de uma produção de lógica industrial que diretamente faz parte da exploração e da minifundização do campo.

Avalio também que, partindo do entendimento de um desenvolvimento sustentável, que significa a realização das potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em sinergia com seu entorno ambiental e seus valores políticos e éticos (COSTABEBER; CAPORAL, 2003), surge de uma ação emancipadora e sustentável, a garantia da agricultura familiar camponesa como forma e conteúdo de uma organização no campo mais adequada a potencializar a mudança estrutural para uma sociedade menos desigual. A água assume fator essencial neste debate, onde se vincula a terra como elemento essencial a vida e a reprodução social das famílias camponesas, pois, se a terra é condição para o trabalho, a água é para a vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo baseado nos Censo Agropecuário do IBGE que abarca o período de dos anos de 1950 a 2017 permite afirmar a concentração fundiária permanente que caracteriza o espaço agrário cearense. Foram analisados setenta anos que são caracterizadas por uma constante no aumento da apropriação de terras por poucos. Os diversos programas e políticas públicas de acesso a terra ampliaram o debate sobre a temática da questão agrária, mas não sanaram este problema histórico no Brasil e no Ceará.

Para garantir acesso a terra, o campesinato, inicialmente disperso e depois através das suas lutas e das diversas formas de organizações conquistaram garantias, mesmo que mínimas de acesso a terra, com as políticas pública. Estes programas, geralmente, são contraditórios. Pois, por um lado, acontece a valorização da terra como mercadoria, por outro, tenta a libertação e autonomia a partir da gestão do campesinato sob o território.

Os Censos Agropecuários do IBGE constituem-se num dos principais bancos de dados do Brasil sobre a malha fundiária e a produção agropecuária usando como categoria o **estabelecimento rural**. Daí a necessidade de nos apropriarmos desta ferramenta como elemento essencial para instrumentalizar os povos do campo para as lutas pela terra, por uma reforma agrária popular, por seus territórios, bem como fazer denúncias fundamentada cientificamente manutenção de uma organização espacial que segrega a séculos esses povos.

Um olhar geohistórico crítico das informações dos Censos Agropecuários do IBGE sobre a realidade permite identificar o papel fundamental da agricultura familiar camponesa para a questão agrária brasileira. Mesmo em situação de atomização da propriedade camponesa as escalas de produtividade de alimentos equivalem aproximadamente a 60% da produção de alimento, excluindo-se as *commodities* que são itens de exportação, portanto de grande função para a acumulação capitalista.

As conversas, diálogos e observações realizadas em campo forneceram o panorama geral da articulação camponesa em suas lutas. Os Assentamentos Califórnia e 13 de Maio são exemplos exitosos de que a organização e a solidariedade constituem base para a busca de uma autonomia camponesa, uma quebra das

correntes da alienação, e o direito de viver bem, onde a dignidade humana e o direito de acesso a terra pelo campesinato se associam diretamente.

De acordo com os relatos de sindicalistas, assentados camponeses as conquistas encontram caminho em meio as denúncias e a atividade constante de mobilização social, as características de uma realidade marcada pela violência, pela negação de direitos e por um histórico de coronelismo que dominou e condenou parte de sujeitos históricos a uma condição de subalternidade são motores que movem a resistência a partir de um desejo de mudança da realidade.

Neste caminho, essa pesquisa buscou não somente a denúncia de que há uma concentração fundiária que, além de impedir, a função social da terra, força esse campesinato a se aglomerarem em espaços de confinamento. Mas a de também evidenciar os espaços de esperança, no dizer de David Harvey, pois, carregam consigo uma caminhada de 500 anos de resistência e paixão pela vida. Foi nesse estudo, que apareceu de forma contundente, para mim, nas experiências dos dois assentamentos pesquisados, mais do que isso, nas falas desse campesinato, sertanejo os ensinamentos compartilhados comigo, de suas lutas, derrotas, vitórias, dores e alegrias de viver a vida com simplicidade.

O assentamento Califórnia erigido por gerações de lutadores, agora com os bisnetos, netos e filhos dos pioneiros buscam cotidianamente a afirmação de suas conquistas, o primeiro passo foi dado com a conquista da terra e do assentamento, vinda através da luta constante, as formas de organização e melhorias das condições de vida caminham em direção ao acesso a educação as crianças e jovens, além do processo de alfabetização e letramento dos anciãos que por terem em grande parte de suas vidas direitos negados não conseguiram acesso a educação formam enquanto eram jovens. As garantias de produção como crédito, infraestrutura e assistência técnica são buscadas para que a cada ano agrícola as condições de colheita representem fartura e o brilho da esperança de dias melhores, fundados na luta e na alegria de viver.

Ao ouvir no assentamento 13 de Maio que um assentado camponês afirma que em seus anos de vida, sentiu a mudança de qualidade de vida no momento em que conquistou a terra em suas mãos acabando com a necessidade de submissão aos fazendeiros, encerrando o sofrimento ao pagar para produzir e “plantar as

plantinhas”²². As palavras, as ações e a solidariedade que compõe a articulação interna e externa dos camponeses assentados revelam que a luta urge a partir de uma corrente de esperança, o fato de assentados deste assentamento irei ao P.A Califórnia prestar serviços na colheita de milho em sistema de diária pode revelar mais sobre a organização interna e as relações sociais de produção, tanto no assentamento em questão, quanto na relação com o assentamento vizinho. Questões que surgem dentro de um contexto de terra conquistada, mas de constantes desafios que mobilizam a organização e a luta mesmo após conquista da terra.

Muitos desafios surgiram durante a pesquisa, questões que permanecem. Quais as perspectivas de conquistas? Quais os caminhos que se apresentam para potencializar a produção em estabelecimentos que possuem tamanho inferior ao necessário a reprodução da vida? Como se organizar a luta numa conjuntura de ataques aos direitos da população do campo?

Com as informações ainda a serem públicas sobre a regularização fundiária do Estado do Ceará através do IDACE em 2021, podem surgir novas formulações sobre os bolsões de minifúndio que surgem aqui como erupções da desigualdade.

Outro elemento que destaco é a pandemia do novo coronavírus que marcou o período de escrita deste trabalho. As dificuldades de elaboração, diálogos e novos trabalhos de campos indicam das novas mudanças que estão ocorrendo na dinâmica da organização dos assentamentos rurais. Futuros trabalhos e artigos podem, juntamente com apoio de movimentos sociais e sindicais, revelar elementos de reinvenção da resistência camponesa. Mas além disto, fator importante é a autonomia da organização destes sujeitos que, encontraram em sua atividade de existência, na produção agropecuária, no modo de produção camponês as formas de garantir solidariedade a população brasileira em uma situação de precariedade e abandono do Estado²³.

Por fim, encerro as considerações enquanto pesquisador, professor e sujeito político reconhecendo a força da luta a partir da forma pela qual tive contato

²² Informação oral – expressão utilizada por assentada camponesa do 13 de Maio.

²³ A solidariedade na contribuição e partilha de alimento saudável sob autonomia da gestão camponesa: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/19/durante-pandemia-agricultores-familiares-distribuem-439-toneladas-de-alimentos-no-ceara.ghtml>; <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/08/mst-e-mpa-distribuem-33-mil-toneladas-de-alimentos-mas-nao-aparecem-no-jn.html>; <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/03/campanha-nacional-do-mst-ja-dou-1-200-toneladas-de-alimentos-durante-pandemia;>

com o campesinato e suas formas políticas de organização. O reconhecimento dos programas e políticas como conquistas são indiscutíveis e são demonstração da força política deste grupo social. Minha visão enquanto pesquisador foi inundada de esperança ao ver na luta pela terra a característica fundamental ao sonhar com um mundo igualitário e justo, a *utopia* de sonhar em mudanças substanciais na forma de viver e se relacionar com mundo e semelhantes, como ensina o poeta, compositor Zé Vicente com a canção Utopia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. (Re)descobrimo o rural no Ceará. *In*: SILVA, José Borzacchiolo da; CAVALCANTE, Tércia Correia; Dantas, Eustógio Wanderley Correia (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 411-428.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão dos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Ceará**. 2005. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BANDEIRA, Juliana Santos. **Nos trilhos do atraso: os impactos socioterritoriais da ferrovia nova transnordestina em Iguatu, Ceará**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **O engodo do novo mundo rural: reflexões a partir de Canindé-CE**. 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis v. 2, n. 1/3, jan./jul. 2005, p. 68-80.

BRANDÃO, Wilson. A reforma agrária solidária no Ceará. *in*: LEITE, Pedro Sisnado *et al.* (org.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, DF: Paralelo 15: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento: MDA, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986. Declara a área rural do estado do ceara como zona prioritária para efeito de execução e administração da reforma agraria, e da outras providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2 mai. 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d92617.htm. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Império. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Coleção das leis do Brasil**. Rio de Janeiro, 6 set. 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l06011850.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no sertão alagoano**. 2019. 523 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35353>. Acesso em: 29 ago. 2020.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In*: VELA, Hugo (org.): **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DERRUAU, Max. **Geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1977. v. 1.

DINIZ, Aldiva Sales. **Poder e resistência: a oligarquia cearense e os espaços recriados pelos camponeses**. 2008. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Lourênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. *In*: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 191-206.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. *In*: MEDEIROS, L. *et al.* (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UDUNESP, 1994.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia**. geografia agrária no Brasil (1930-1990). São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FONTES, Ir. Cleide. **Rastros agrários: da terra ao brotar da cidadania**. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia, 1972. (Coleção Saber Atual).

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1984.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E. *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GONDIM, Linda M. P. O projeto de pesquisa no contexto do processo de construção do conhecimento. GONDIM, Linda M. P. (org). **Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: Edições UFC, 1999. p. 17-38.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOFFMANN, Rodolfo. **A agricultura familiar produz 70% dos alimentos no Brasil?** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas/SP, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregado**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020 Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 30 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 17 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conceituação das características divulgadas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>. Acesso em: 18 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **1- O que é imóvel rural?**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.cadastrorural.gov.br/perguntas-frequentes/propriedade-rural/o-que-e-imovel-rural>. Acesso em: 8 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil municipal 2017 Quixadá**. Fortaleza: IPECE, 2018. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2018/09/Quixada_2017.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.20, n.1, p. 133-163, jan./jun. 2012.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 1999.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Luiz Cruz; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Os novos espaços seletivos no Campo**. Fortaleza: Eduece, 2011.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014.

MAIA, Carlos Roberto da Silva. **Polos de produção de biodiesel e a integração empresa-agricultor camponês: o modelo de desenvolvimento territorial rural do PNPB**. 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo** (estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. volume III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAIS, Clodomir Santos de. Histórias das ligas camponesas no Brasil (1969). *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 17-76.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista temas em Educação**, João Pessoa, v. 1, n. 23, p. 98-106, jun. 2014.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A participação do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no mundo**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

- OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- REDAÇÃO SEMEAR (Paraíba). **Produção de algodão agroecológico.** João Pessoa, 2019. Redação Semear. Disponível em: xapuri.info/agroecologia-2/projeto-de-algodao-agroecologico-da-paraiba-vence-premio-nacional-de-tecnologia-social/. Acesso em: 20 ago. 2020.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** São Paulo, EDUSP, 2009.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma eografia crítica.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de assentamentos**, Araraquara, v. 20, n. 1, 2017.
- SHANIN, Teodor. **La classe incomoda.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- SILVA, José Graziano da *et al.* **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SOUSA, Marcos José Nogueira; LIMA, F. A. M.; PAIVA, J. B. Compartimentação topográfica do Estado do Ceará. **Ciênc. Agron.** v.9, n.12, 1979, p. 77-86.
- STEDILE, João Pedro. Introdução. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-31.
- VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira. **"Reforma agrária de mercado" e territorialização: um estudo a partir do programa cédula da terra em Canindé - CE.** 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária.** 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.;
- VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil: 1968. *In*: STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 127-168.
- WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

APÊNDICE A CALENDÁRIO AGRÍCOLA SIMPLIFICADO

Nome do Agricultor: Seu Maurício (Presidente associação Califórnia)

Município: Quixadá

Unidade Geoambiental: Depressão sertaneja

Condição do agricultor em relação a terra: Assentado

Area de produção (há): 4 há (padrão para os assentados, mais áreas adjacentes a residência)

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Atividade no roçado	Início do plantio	Continuação do plantio (outra metade da área agricultável)	Limpa do terreno	Colheita do feijão	Espera da colheita do milho	Espera da colheita do milho	Colheita e quebra do milho	Colheita e quebra do milho	- Cuida da criação e cercamento	- Cuida da criação e cercamento	- Organização e cuida do estoque	- Organização e cuida do estoque
Número de pessoas envolvidas	2 pessoas	2 pessoas (geralmente um membro da família)	Atividade individual (geralmente o agricultor realiza essa tarefa sozinho, caso alguém mais da família exerça agricultura no mesmo lote também participa.	Atividade individual (geralmente o agricultor realiza essa tarefa sozinho, caso alguém mais da família exerça agricultura no mesmo lote também participa.	-	-	2 a mais pessoas (a depender da área a ser colhida) – troca de dias de serviço entre assentados ou contratação através de diárias.	2 a mais pessoas (a depender da área a ser colhida) – troca de dias de serviço entre assentados ou contratação através de diárias.	Individual	Individual	Individual	Individual
Descrição do processo	Risco da terra com o animal e plantio com o matraqueiro	Risco da terra com o animal e plantio com o matraqueiro	- Limpa do mato	Apanha dos grãos em casca; seguido de secagem e desbulha na máquina.	Atividades gerais desenvolvidas a nível produtivo e organizacional da vida.	Atividades gerais desenvolvidas a nível produtivo e organizacional da vida.	- Ocorre a colheita do milho e sua quebra dos pés para em seguida ocorrer o desbulhamento e a estocagem em sacas para o armazém do assentamento.	- Ocorre a colheita do milho e sua quebra dos pés para em seguida ocorrer o desbulhamento e a estocagem em sacas para o armazém do assentamento.	- Ocorre a solta dos animais de criação (caprinos em sua maioria) no roçado recém-colhido para alimentação e auxílio na futura limpa do terreno.	- Ocorre a solta dos animais de criação (caprinos em sua maioria) no roçado recém-colhido para alimentação e auxílio na futura limpa do terreno. Após esse período a criação é retirada para cercamento da área a ser cultivada na renovação do ciclo agrícola.	- Ocorre organização da estocagem da colheita; - Preparação para novo ciclo agrícola continua: Arranca dos talos de milho com enxada e início do preparo da terra para próximo plantio	- Ocorre organização da estocagem da colheita; - Preparação para novo ciclo agrícola continua: Arranca dos talos de milho com enxada e início do preparo da terra para próximo plantio
Tipo de cultura	(x) Plantio () Colheita () Não se aplica	(x) Plantio () Colheita () Não se aplica	() Plantio () Colheita (x) Não se aplica	() Plantio (x) Colheita () Não se aplica	() Plantio () Colheita (x) Não se aplica	() Plantio () Colheita (x) Não se aplica	() Plantio (x) Colheita () Não se aplica	() Plantio (x) Colheita () Não se aplica	() Plantio () Colheita (x) Não se aplica	() Plantio () Colheita (x) Não se aplica	() Plantio () Colheita (x) Não se aplica	() Plantio () Colheita (x) Não se aplica
*E observações gerais	- Milho - Feijão - (Cana da Índia no caso de seu Maurício) *Milho e feijão principais culturas que podem ser generalizadas para demais assentados).	- Milho - Feijão - (Cana da Índia no caso de seu Maurício) *Milho e feijão principais culturas que podem ser generalizadas para demais assentados).	*Importante ressaltar que a atividade com a pecuária é recorrente.	- Feijão *Importante ressaltar que a atividade com a pecuária é recorrente **O tratamento do plantio da área adjacente a residência, hortaliça, fruteiras (não no caso de Seu Maurício) mas em geral também ocorre simultaneamente	*Importante ressaltar que a atividade com a pecuária é recorrente **O tratamento do plantio da área adjacente a residência, hortaliça, fruteiras (não no caso de Seu Maurício) mas em geral também ocorre simultaneamente	*Importante ressaltar que a atividade com a pecuária é recorrente **O tratamento do plantio da área adjacente a residência, hortaliça, fruteiras (não no caso de Seu Maurício) mas em geral também ocorre simultaneamente.	- Milho	- Milho	*Importante ressaltar que a atividade com a pecuária é recorrente.	*Importante ressaltar que a atividade com a pecuária é recorrente	*Estocagem que viabiliza possibilidade de comercialização a longo prazo.	*Estocagem que viabiliza possibilidade de comercialização a longo prazo.

ANEXO A – DADOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MÓDULO FISCAL (INCRA)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - DF
 COORDENAÇÃO-GERAL DE CADASTRO RURAL - DFC
 NÚCLEO DE ESTUDOS FUNDIÁRIOS - NEF

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR Cadastro de Imóveis Rurais - Situação Jurídica - Titularidade Particular

TOTAL POR UF - CEARÁ

Total de Imóveis rurais	208.670
Total de área cadastrada (em hectares)	10.494.480,18

Classes de Área Total (ha) Classes de Nº de MF (ha) Categoria de Imóvel Rural	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
31 Mais de 0 a 0,5 MF	129.511	1.055.919,47
32 Mais de 0,5 a menos de 1 MF	32.485	1.198.435,65
33 De 1 a 2 MF	24.183	2.401.596,62
34 Mais de 2 a 3 MF	8.866	1.108.211,24
35 Mais de 3 a 4 MF	4.369	760.628,81
36 Mais de 4 a 5 MF	2.563	571.191,45
37 Mais de 5 a 6 MF	1.607	439.836,07
38 Mais de 6 a 10 MF	2.989	1.109.412,44
39 Mais de 10 a 15 MF	1.156	661.232,55
40 Mais de 15 a 20 MF	410	313.357,70
41 Mais de 20 a 50 MF	436	554.235,70
42 Mais de 50 a 100 MF	75	203.033,96
43 Mais de 100 a 200 MF	14	57.373,11
44 Mais de 200 a 400 MF	6	60.015,43
45 Mais de 400 a 600 MF	0	0,00
46 Mais de 600 MF	0	0,00

Total de Imóveis rurais inconsistentes excluídos 23.575

ANEXO B – TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO TÉCNICA – PROJETO FOMENTO MULHER



Serviço Público Federal
Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Superintendência Regional do Ceará – SR(02)CE



TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 01/2017

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ – SR(02), E A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ, OBJETIVANDO A ATUAÇÃO CONJUNTA PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES QUE INTEGRAM A CONCESSÃO DOS CRÉDITOS DE INSTALAÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS DOS ASSENTAMENTOS INTEGRANTES DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ, NO ESTADO DO CEARÁ (PROCESSO INCRA N° 54130.000356/2017-43).

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n.º 1.110, de 09 de julho de 1.970, alterado pela Lei n.º 7.231, de 23 de outubro de 1.984, revigorado pelo Decreto Legislativo n.º 02, de 29 de março de 1989, CNPJ n.º 00.375.972/0001-60, com sede em Brasília-DF, no Setor Bancário Norte, Edifício Palácio do Desenvolvimento, doravante denominado simplesmente INCRA, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional no Estado do Ceará, **MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA**, nomeado pela Portaria/INCRA n.º 577/2016, portador do RG n.º 90002282092 - SSP/CE e CPF n.º 296.229.131-72, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA n.º 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n.º 23, de 1.º de fevereiro de 2017, página 11; e de outro lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ-CE**, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.444.748/0001-89, com sede na Rua Tabelaio Enéas, n.º 649, Bairro Centro, CEP: 63900-169, Quixadá-CE, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, JOSÉ ILÁRIO GONÇALVES MARQUES**, portador do RG n.º 95002540050 - SSP/CE e inscrito no CPF n.º 161.388.803-15; **RESOLVEM** celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com o **Processo INCRA N° 54130.000356/2017-43**, sujeitando-se, no que couber, à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

01 - CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **ACORDO** tem por objeto estabelecer, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, no âmbito de suas competências, a realização de ações destinadas à concessão e à operacionalização dos Créditos de Instalação, do Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA, previsto no inciso V do caput do art. 17 da Lei n.º 8.629/1993, regulamentada pelo Decreto n.º 9.066/2017, para as famílias beneficiárias dos assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA no Município de Quixadá, localizado no Estado do Ceará, na forma preconizada no Plano de Trabalho, elaborado nos termos do parágrafo 1.º do art. 116 da Lei n.º 8.666/1993.

02 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, metas, etapas, atividades e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins.

03 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO COMPROMISSO

Os partícipes do presente Acordo de Cooperação Técnica assumem reciprocamente o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, propiciando as condições para a implementação de atividades conjuntas entre o INCRA e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ**. Para isso, designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente **ACORDO**.

04 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I – Compete conjuntamente aos partícipes

a) Viabilizar a disponibilização de recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das ações previstas no Plano de Trabalho, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras de cada partícipe, destinada a esta finalidade;

b) Oferecer apoio técnico e disponibilizar o seu quadro de pessoal para a realização conjunta de trabalhos e demais atividades requeridas para execução do objeto deste **ACORDO**;

MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA



Serviço Público Federal
Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Superintendência Regional do Ceará – SR(02)/CE

- c) exercer a articulação interinstitucional para viabilização da cooperação;
- d) disponibilizar dados e informações técnicas necessárias à implementação da cooperação;
- e) acompanhar, avaliar e divulgar os resultados alcançados nas atividades programadas, visando à otimização e/ou adequação quando necessários;
- f) conduzir todas as atividades com eficiência e dentro de práticas administrativas e técnicas adequadas;
- g) indicar os servidores interinstitucionais que executarão esta cooperação no prazo de cinco dias úteis, após a assinatura do presente ACORDO; e
- h) manter registros, arquivos e controles específicos da execução das atividades relativas ao presente Acordo de Cooperação Técnica, pelo período mínimo de cinco anos.

II – Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/CE

- a) instruir o processo administrativo de concessão do Crédito de Instalação;
- b) registrar informações, solicitações e emitir relatórios no Sistema Nacional de Concessão do Crédito de Instalação – SNCCI;
- c) emitir os contratos do Crédito de Instalação e colher as assinaturas nos mesmos;
- d) repassar os recursos do Crédito de Instalação aos beneficiários para viabilização desta cooperação;
- e) prestar o apoio necessário à Prefeitura para que seja concretizado o objeto deste ACORDO, em toda sua extensão;
- f) supervisionar as atividades desenvolvidas até o encerramento do processo;
- g) disponibilizar as informações, normas e todo o material necessário para o fiel cumprimento deste ACORDO;
- h) publicar no Diário Oficial da União extrato deste Acordo de Cooperação Técnica e de seus aditivos; e
- i) comunicar à Prefeitura quando da revogação das normas inerentes ao Crédito de Instalação no decorrer do prazo de vigência deste ACORDO, bem como apresentar as normas que sucederem às revogadas.

III – Compete à Prefeitura Municipal de Quixadá:

- a) designar formalmente os servidores desta prefeitura e/ou de órgãos vinculados responsáveis por operacionalizar os trabalhos no âmbito deste ACORDO;
- b) realizar mobilização junto aos beneficiários para a implementação da concessão do Crédito de Instalação e informá-los sobre os objetivos do crédito, seus direitos e obrigações, bem como a forma de operacionalização e comprovação perante o INCRA;
- c) capacitar, com apoio do INCRA/CE, seus servidores designados para operacionalização desta cooperação de acordo com os preceitos do Decreto Federal nº 9.066, de 31 de maio de 2017, com as demais normas que regulam a matéria, ou outras que vierem a substituí-las;
- d) apresentar o projeto técnico para aplicação do crédito de instalação e, ao final, o laudo de acompanhamento da unidade familiar produtiva atestando o progresso no desenvolvimento do projeto e, quando for o caso, laudo referente à primeira operação da modalidade Fomento, como também à sua conclusão, elaborados por profissional habilitado, entendendo-se como habilitado aquele previamente qualificado, com registro no competente conselho de classe e possuidor da habilitação exigida por lei;
- e) orientar e acompanhar todo o processo de execução dos trabalhos até seu encerramento com a devida prestação de contas;
- f) prestar o apoio necessário ao INCRA para que seja alcançado o objeto deste ACORDO em toda sua extensão; e
- g) garantir recursos financeiros e estrutura necessária à operacionalização das atividades previstas neste Termo.



Serviço Público Federal
 Casa Civil da Presidência da República
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Superintendência Regional do Ceará - SR(02)CE



05 - CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ACORDO é de 04 (quatro) anos, a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado por acordo entre os partícipes, mediante termo aditivo.

06 - CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

O presente ACORDO poderá ser alterado a qualquer tempo, exceto quanto ao seu objeto, mediante termo aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

07 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente ACORDO, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

08 - CLÁUSULA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional das atividades deste ACORDO, deverá ser obrigatoriamente consignada à participação das partes, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todo e qualquer material de divulgação e propaganda, alusivas às ações previstas neste instrumento, deverão fazer expressa menção ao Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e à Prefeitura Municipal de Quixadá, ainda que somente através de siglas e logotipos, respeitando idênticas proporcionalidades, devendo o respectivo material ser submetido à outra parte para ciência e aprovação.

9 - CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS

Para cumprimento das obrigações assumidas no presente ACORDO, as partes disponibilizarão recursos materiais, humanos oriundos de suas respectivas estruturas, e financeiros que constem ou venham constar de seus respectivos orçamentos, alocados nas atividades específicas previstas no objeto do presente ACORDO, não havendo compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os partícipes e não gerando direito a indenizações. Os recursos do Crédito de Instalação serão transferidos diretamente para os beneficiários do Programa da Reforma Agrária, através de instituição financeira federal contratada pelo INCRA para essa finalidade.

10 - CLÁUSULA DEZ - DA RESPONSABILIDADE

O INCRA não será responsável por quaisquer contratos, encargos trabalhistas, previdenciários e de qualquer outra natureza ou outros compromissos assumidos pela Prefeitura Municipal de Quixadá com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente ACORDO, bem como por quaisquer danos ou indenizações a terceiros em decorrência de atos praticados por prepostos ou seus subordinados.

11 - CLÁUSULA ONZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Prefeitura Municipal de Quixadá assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao INCRA ou a terceiros, na execução dos serviços objeto deste ACORDO, isentando o INCRA de todas e quaisquer reclamações que possam surgir.

PARÁGRAFO ÚNICO. As dúvidas oriundas do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidas pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do INCRA no Ceará, responsável pela gestão do Acordo de Cooperação Técnica, pelo Superintendente Regional, ou, em última instância, pelo Comitê de Decisão Regional - CDR, observada a Legislação pertinente.

12 - CLÁUSULA DOZE - DA PUBLICAÇÃO

O INCRA providenciará a publicação de extrato do presente ACORDO no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

M. A. S. O *n*



Serviço Público Federal
 Casa Civil da Presidência da República
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Superintendência Regional do Ceará - SR(02)CE

13 - CLÁUSULA TREZE - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes.

14 - CLÁUSULA QUATORZE - DO FORO

O foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza/CE, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim ajustadas, firmam as partes, por intermédio de seus representantes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Fortaleza/CE, 01 de Novembro de 2017.

MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA
 Superintendente Regional do INCRA da SR(02)CE

JOSE ELÁRIO GONÇALVES MARQUES
 Prefeito Municipal de Quixadá

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome: Alma
 RG: 256270
 CPF: 222.262.523-92

Nome: E.A.
 RG: 2000010010549
 CPF: 878.829.903-10



Serviço Público Federal
Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Superintendência Regional do Ceará – SR(02)CE



PLANO DE TRABALHO

Referente ao Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 01 /2017
Processo INCRA nº 54130.000356/2017-43

1 – DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA NO CEARÁ - SR(02)CE			CNPJ: 00.375.972/0001-60
Endereço: Avenida Américo Barreira, nº 4.700, Bairro Bela Vista			
Cidade Fortaleza	UF Ceará	CEP 60.440-092	DDD/Telefone (85) 3299 1303
Nome do Responsável MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA			Cargo SUPERINTENDENTE REGIONAL
ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ			CNPJ: 23.444.748/0001-89
Endereço: Rua Tabelião Enéas, nº 649, Bairro Centro			
Cidade Quixadá	UF Ceará	CEP 63900-169	DDD/Telefone (88) 3412 3864
Nome do Responsável JOSÉ ILÁRIO GONÇALVES MARQUES			Cargo PREFEITO MUNICIPAL

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Identificação do Objeto: Estabelecer a cooperação entre o INCRA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, no âmbito de suas competências, para a realização de ações destinadas à concessão e à operacionalização dos Créditos de Instalação, do Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA, previsto no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629/1993, regulamentada pelo Decreto nº 9.066/2017, para as famílias beneficiárias dos assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA no Município de Quixadá, localizado no Estado do Ceará.	Prazo de Execução Quatro anos, a partir da data publicação deste Acordo de Cooperação Técnica.
Justificativa da Proposição Ao INCRA, enquanto órgão governamental responsável por implementar as políticas públicas direcionadas à reforma agrária no Brasil compete a gestão operacional da concessão dos Créditos de Instalação destinados às famílias assentadas beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, conforme disposto no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629/1993, regulamentada pelo Decreto nº 9.066/2017. No referido decreto, está previsto que para receber os créditos os beneficiários deverão ser atendidos por profissional habilitado, poder ser servidor de órgãos da administração pública municipal que estabeleçam acordo de cooperação. Ressaltamos que, atualmente, na Superintendência Regional do INCRA no Ceará – SR(02)CE, os serviços de Assistência Técnica Extensão Rural – ATER, conforme definido no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, estão suspensos devido a restrições orçamentárias. Salientamos, ainda, que neste Acordo de Cooperação Técnica não há transferência de recursos financeiros entre os partícipes, mas somente a realização de um propósito comum, voltado ao interesse público, onde cada um dos partícipes fornece a sua parcela de conhecimento, equipamento e uma equipe, a fim de que seja alcançado o objetivo deste ACORDO. Portanto, justifica-se o estabelecimento do Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Quixadá visto que os Créditos de Instalação visam assegurar às famílias beneficiárias os meios necessários para sua instalação e seu desenvolvimento inicial, viabilizando projetos produtivos de estímulo à geração de trabalho e renda e projetos para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas ao semiárido.	



Serviço Público Federal
 Casa Civil da Presidência da República
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Superintendência Regional do Ceará – SR(02)/CE

3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PARA: METAS, ETAPAS OU FASES

ETAPA 1. INCRA

Metas a serem atingidas	Prazo de execução	Responsáveis	Resultados esperados	Verificador (formas de entrega)
a) Indicar os servidores que executarão esta cooperação;	Cinco dias úteis, após a assinatura do ACORDO	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Responsabilização dos profissionais.	Ordem de Serviço
b) Capacitar os servidores da Prefeitura Municipal de Quixadá designados para operacionalização desta cooperação;	01 mês	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Profissionais capacitados para desempenhar os trabalhos em conformidade com a legislação em questão.	Relatório
c) Providenciar material de apoio completo para a Prefeitura Municipal de Quixadá: anexos e roteiros para elaboração dos projetos e dos laudos de acompanhamento, conforme as peculiaridades do projeto; e legislação pertinente;	01 mês	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Padronização dos trabalhos a serem desenvolvidos.	Entrega do Kit com material de apoio em meio digital e impresso
d) Fornecer as Relações de Beneficiários – RBs dos Projetos de Assentamentos Federais e Estaduais Reconhecidos pelo INCRA, localizados no Município de Quixadá, para a Prefeitura Municipal de Quixadá;	01 mês	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Identificação da situação regular dos beneficiários e atualização de informações cadastrais.	Meio digital e impresso
e) Reunir com a entidade cooperada para apresentação dos objetivos; * Mobilização para garantir a participação do representante do Executivo Municipal e dos representantes das entidades representativas dos assentados, além de outras autoridades e lideranças;	01 mês	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA e Prefeitura Municipal de Quixadá	Articulação, divulgação e orientação aos representantes dos beneficiários, da Prefeitura Municipal de Quixadá e de outras entidades e lideranças pertinentes.	Relatório da Reunião
f) Conclamar para a participação na reunião geral de todos os assentados, do Projeto de Assentamento a ser visitado, os representantes de entidades da qual os beneficiários são associados e demais autoridades e lideranças do município de Quixadá;	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA e Prefeitura Municipal de Quixadá	Articulação, divulgação e orientação aos beneficiários do Crédito de Instalação.	Relatório da Reunião
g) Instruir processo administrativo para a concessão do Crédito de Instalação;	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Manter toda a documentação referente aos trabalhos desenvolvidos juntada ao processo administrativo.	Processo administrativo.
h) Identificar e qualificar as informações referentes às famílias a serem beneficiadas com o Crédito	Ao longo da vigência do Acordo de	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de	Atualização dos dados da família inseridos no SIPRA; verificação do	Sistema SIPRA do INCRA, processos administrativos



Serviço Público Federal
Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Superintendência Regional do Ceará – SR(02)/CE



Metas a serem atingidas	Prazo de execução	Responsáveis	Resultados esperados	Verificador (formas de entrega)
de Instalação, de acordo com os critérios de elegibilidade;	Cooperação	Assentamento do INCRA	CCU assinado; verificação do não recebimento do crédito de instalação nas modalidades previstas no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.001/2014, conforme a modalidade a ser concedida.	individuais dos beneficiários e processos de créditos de instalação concedidos anteriormente.
i) Registrar a solicitação dos Créditos de Instalação, emitir contratos e relatórios de interação com o agente financeiro;	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Viabilização dos recursos do Crédito de Instalação para os beneficiários.	Sistema SNCCI do INCRA.
j) Publicar o extrato deste Acordo de Cooperação Técnica; e	Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura	Divisão de Administração do INCRA	Dar conhecimento do ato administrativo ao público em geral.	Diário Oficial da União
k) Supervisionar as atividades desenvolvidas	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Verificação da aplicação do Crédito de Instalação em conformidade com este Acordo de Cooperação.	Relatórios.

ETAPA 2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ

Atividades a serem desenvolvidas	Prazo de execução	Responsáveis	Resultados esperados	Verificador (formas de entrega)
a) Designar formalmente os servidores da Prefeitura Municipal de Quixadá responsáveis por operacionalizar os trabalhos no âmbito deste ACORDO;	Cinco dias úteis, após a assinatura do ACORDO	Prefeitura Municipal de Quixadá	Responsabilização dos profissionais.	Ordem de Serviço
b) Reunir com a entidade cooperada para apresentação dos objetivos; * Mobilização para garantir a participação do representante do Executivo Municipal e dos representantes das entidades representativas dos assentados, além de outras autoridades e lideranças;	01 mês	Prefeitura Municipal de Quixadá e Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA	Articulação, divulgação e orientação aos representantes dos beneficiários, da Prefeitura Municipal de Quixadá e de outras entidades e lideranças pertinentes.	Relatório da Reunião
c) Conclamar para a participação na reunião geral de todos os assentados, do Projeto de Assentamento a ser visitado, os representantes de entidades da qual os beneficiários são associados e demais autoridades e lideranças do município de Quixadá;	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA e Prefeitura Municipal de Quixadá	Articulação, divulgação e orientação aos beneficiários do Crédito de Instalação.	Relatório da Reunião
d) Capacitar os servidores da Prefeitura Municipal de Quixadá	01 mês	Divisão de Desenvolvimento	Profissionais capacitados para	Relatório

Atividades a serem desenvolvidas	Prazo de execução	Responsáveis	Resultados esperados	Verificador (formas de entrega)
designados para operacionalização desta cooperação;		de Projetos de Assentamento do INCRA	desempenhar os trabalhos em conformidade com a legislação em questão.	
e) Realização de atividades de atualização cadastral;	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Prefeitura Municipal de Quixadá	Coletar cópias dos documentos dos beneficiários, para atualização cadastral, a serem encaminhadas ao INCRA.	Entrega de Relatórios ou formulários preenchidos.
f) Verificação dos critérios de elegibilidade para a concessão do Crédito de Instalação; e	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Prefeitura Municipal de Quixadá	Conforme a modalidade do Crédito de Instalação, constatar se os beneficiários estão cadastrados no CadÚnico, se contrataram operações do PROCERA, do PRONAF, de crédito rural com risco bancário, ou se não estão inscritos na dívida ativa da União.	Relatórios, formulários e declarações.
g) Elaboração do projeto para cada unidade produtiva e do laudo técnico de acompanhamento da unidade produtiva familiar.	Ao longo da vigência do Acordo de Cooperação	Prefeitura Municipal de Quixadá	Desenvolvimento do projeto orientado por profissional habilitado e constatação do progresso no desenvolvimento do referido projeto.	Entrega de projetos e laudos individuais.

4 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO OBJETOS DESTE PLANO DE TRABALHO

No primeiro momento, serão beneficiadas 283 famílias assentadas nos 9 (nove) Projetos de Assentamentos localizados no Município de Quixadá, criados ou reconhecidos pelo INCRA, podendo ser ampliado para 313 famílias, após o processo de cadastro, seleção e homologação de mais 30 famílias, para assentamento em áreas/parcelas/lotes vagos, conforme quadro a seguir:

Código SIPRA	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Capacidade	Famílias Homologadas	Vagas
CE0380000	PA 13 DE MAIO	QUIXADA	12	12	0
CE0008000	PA CALIFÓRNIA	QUIXADA	47	47	0
CE0069000	PA CAMPO ALEGRE	QUIXADA	18	17	01
CE0415000	PA FRANCISCA PINTO	QUIXADA	15	13	02
CE0291000	PA GUANABARA/MANAUS	QUIXADA	60	45	15
CE0288000	PA IRACEMA	QUIXADA	60	59	01
CE0212000	PA OLIVENÇA/PALMARES	QUIXADA	58	55	03
CE0277000	PA TIJUCA/BOA VISTA	QUIXADA	30	26	04
CE0544000	PE GERALDO ONOFRE	QUIXADA	13	9	04
TOTAL	09 Projetos de Assentamento		313	283	30

Ad L



Serviço Público Federal
 Casa Civil da Presidência da República
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Superintendência Regional do Ceará - SR(02)CE



5 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Este Acordo de Cooperação Técnica é um instrumento firmado entre o INCRA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADA para se estabelecer um vínculo cooperativo entre si, que têm interesses e condições recíprocas e equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público.

Os partícipes fornecem, cada um, a sua parcela de conhecimento, equipamento e uma equipe para que seja alcançado o objetivo acordado, não havendo, contudo, nenhum tipo de repasse financeiro.

É comum que esse tipo de cooperação ocorra nos campos técnicos e científicos, com cada partícipe realizando as atividades que foram propostas por meio de seus próprios recursos (conhecimento, técnicas, bens e pessoal).

Este Acordo de Cooperação Técnica se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada pelo simples fato de não existir a possibilidade de transferência de recursos entre os partícipes.

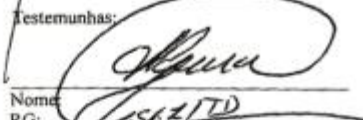
Aprovamos o presente Plano de Trabalho de acordo com o Acordo de Cooperação Técnica nº /2017
 (Processo INCRA nº 54130.000356/2017-43).

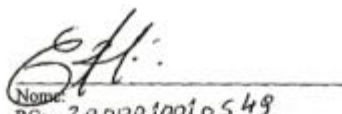
Fortaleza/CE, 01 de Novembro de 2017.


 MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA
 Superintendente Regional do INCRA da SR(02)CE


 JOSÉ HILÁRIO GONÇALVES MARQUES
 Prefeito Municipal de Quixadá

Testemunhas:


 Nome: _____
 RG: _____
 CPF: 121.262.523-91

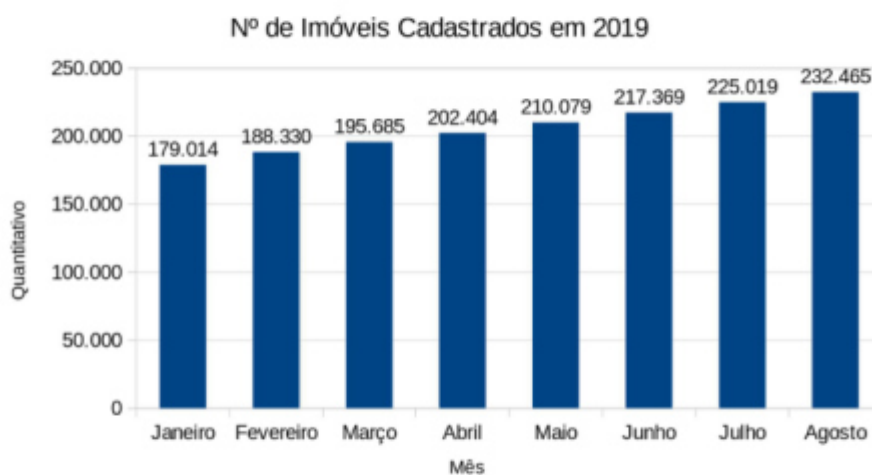

 Nome: _____
 RG: 2000010010549
 CPF: 87882990310

ANEXO C – NÚMEROS DO CAR NO ESTADO DO CEARÁ

Números do CAR no Estado do Ceará

No estado do Ceará, até 31/08/2019, já foram cadastrados 232.465 imóveis rurais, totalizando uma área de 8.900.891 hectares, inseridos na base do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Essas informações extraídas do SICAR revelam que a área cadastrada é superior a área passível de cadastro (7.948.067 ha), estimada com base no Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

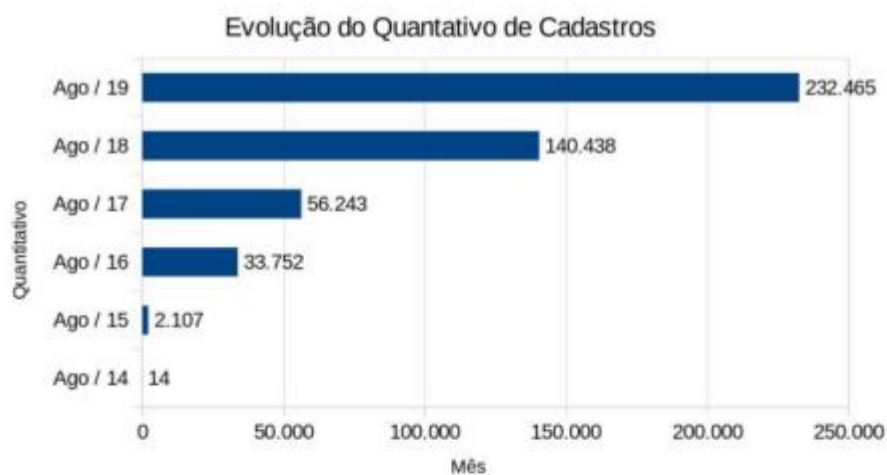
Figura 1 – Número de imóveis cadastrados no SICAR no ano de 2019.



Fonte: SICAR (2019)

Destaca-se também a evolução da quantidade de cadastros realizados durante o período compreendido entre Agosto/2014 (data de implantação do SICAR no Ceará) e Agosto/2019, em que se observa um crescimento significativo da quantidade de imóveis rurais cadastrados a partir do ano de 2018, devido ao impacto do Projeto de Cadastramento dos Imóveis Rurais no Estado do Ceará, implantado pela SEMACE.

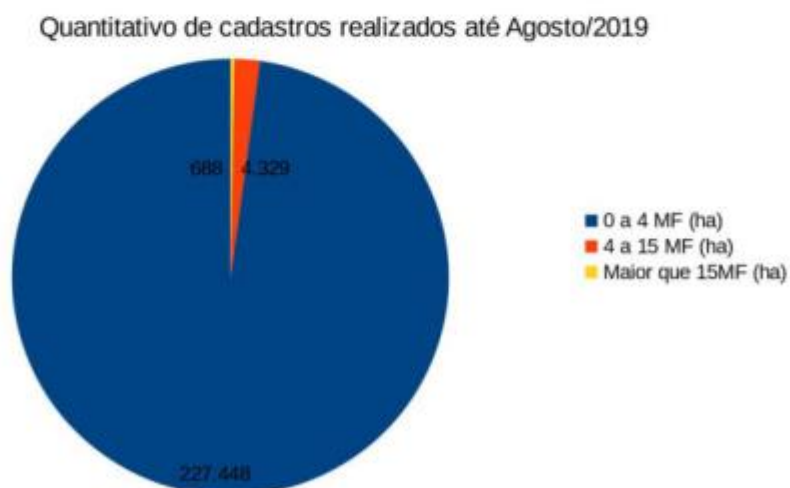
Figura 2 – Evolução do quantitativo de cadastros de imóveis rurais no Estado do Ceará.



Fonte: SICAR (2019)

Ressalta-se também, em uma análise preliminar, o perfil fundiário dos imóveis rurais cadastrados, sendo: 227.448 imóveis (de 0 a 4 módulos fiscais); 4.329 (de 4 a 15 módulos fiscais) e 688 (maior que 15 módulos fiscais).

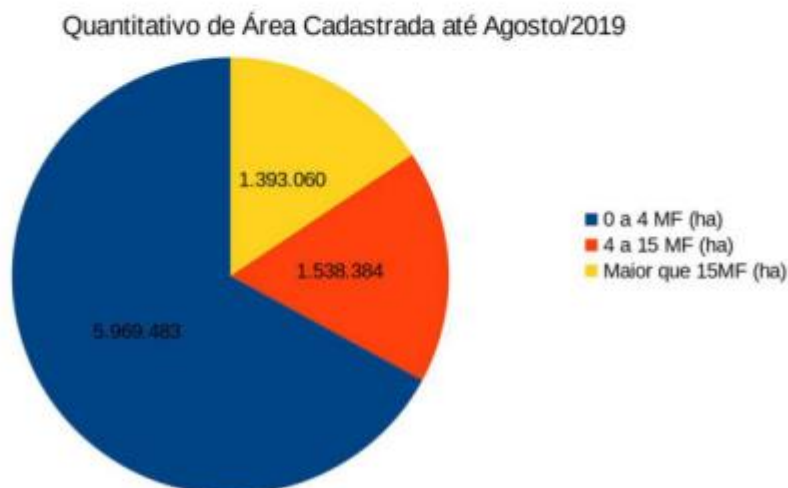
Figura 3 – Perfil fundiário do quantitativo de imóveis rurais cadastrados no SICAR, Ceará, 2019.



Fonte: SICAR (2019)

Tais dados mostram que os imóveis com mais de quatro módulos fiscais, apesar de corresponderem a somente 2,15% dos imóveis cadastrados no estado, representam 32,9% da área cadastrada.

Figura 3 – Perfil fundiário da área dos imóveis rurais cadastrada no SICAR, Ceará, 2019.



Fonte: SICAR (2019)

As atualizações dos dados do SICAR Ceará serão realizadas periodicamente e poderão ser consultadas pelo site www.semace.ce.gov.br. As informações ambientais e a situação de cada cadastro no SICAR podem ser acessadas pelo site www.car.gov.br, na aba consulta pública. Ressalta-se também que as informações dos imóveis declaradas no SICAR pelos proprietários/possuidores serão realizadas pelo órgão ambiental competente.